



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

FERNANDA VALENTIM DANTAS

**A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A EMERSÃO DO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SOUSA/PB**

SOUSA/PB

2017

FERNANDA VALENTIM DANTAS

**A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A EMERSÃO DO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SOUSA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Ms.Tatiana Raulino de Sousa

SOUSA/PB

2017

FERNANDA VALENTIM DANTAS

**A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A EMERSÃO DO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SOUSA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Ms. Tatiana Raulino.

Data da defesa _____/_____/_____

Resultado _____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª MS. Tatiana Raulino (UFCG)

Professora Orientadora

Prof^ª MS. Maria Clariça Ribeiro Guimarães (UFCG)

Professora Avaliadora

Prof^º MS. Reginaldo Pereira França Junior (UFCG)

Professor Avaliador

SOUSA/PB

2017

*Ao meu pai, a minha mãe, ao meu irmão que
fizeram com que sonho se tornasse realidade,
e a todos amigos e professores/professoras
que incansavelmente contribuíram com esta
pesquisa.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer o bem que recebemos é retribuir um pouco do bem que nos foi feito. (Augusto Branco).

Eis que foi chegado o momento que preciso materializar todo o conhecimento apreendido nesses longos 4 anos de formação acadêmica, digo longos, não pelo seus 1.460 dias, talvez um pouquinho mais, mas pelas intensas, ricas e dolorosas experiências vivenciadas durante o período que estiver na cidade Sorriso. Hesitei muito na feitura desses agradecimentos, pois sei o quanto seria difícil agradecer cada pessoa que contribuiu para que eu chegasse até aqui, logo não sou muito boa com as palavras e sei que vou derramar muitas lágrimas no desenvolver dessas breves palavras (estranho seria se não chorasse).

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus por ter me dado FORÇAS para chegar até a conclusão dessa etapa de minha vida, digo FORÇAS por que foi o que ele me proporcionou até aqui, foi pela FORÇA que me ele deu que alcancei coisas que jamais pensei e conseguir, mesmo sendo um pouco distante da minha fé sei que ele sempre esteve ao meu lado.

Gostaria de agradecer a minha mãe Cida e ao meu pai Narcizo, que foram pessoas fundamentais nesse processo, pois ela/ele são mediram esforços para me tudo que eu sempre precisei. Minha mãe, mulher guerreira e de muita fé, foi aquela que sempre esteve ao meu lado, mesmo em alguns momentos eu não merecendo, foi ela que esteve sempre comigo, pra TUDO. Desde muito cedo eu sempre fui uma criança doente, mas você mãe, em muitos momentos abdicou de viver para cuidar de mim, sem nunca pedir nada em contra, apenas pelo fato de ter um AMOR INCONDICIONAL e eu agradeço muito por ser quem tu és, pela mãe maravilhosa que tu és, não poderia querer ter outra mãe, eu te amo. Meu pai, durante boa parte de minha vida esteve ausente, não por querer está ausente, mas pela necessidade de trabalhar muito para poder tentar dar uma vida digna a mim, meu irmão e minha mãe. Vivemos em sociedade que a classe-que-vive-do-trabalho não tem tempo para sanar suas necessidades emocionais e afetivas, uma vez que precisamos trabalhar exaustivamente para manter um sistema que não se preocupa se estamos vivendo bem ou não, seu único interesse é o lucro, apenas esse! Não culpo meu pai por se fazer ausente em algumas fases de minha infância e adolescência, pelo contrário agradeço pelo pai que sempre foi pra mim, mesmo diante das adversidades da vida e das contradições da sociedade que vivemos, sempre fez de tudo para me fazer feliz e dar tudo que precisei, amo você. Obrigada pai e obrigada mãe.

Agradeço ao meu irmão Luís, por ser sempre tão paciente comigo, mesmo eu sendo um poço de stress. Obrigada pelas diversas vezes que você me auxiliou com seus conhecimentos em informática. Muitas vezes eu estava quase pirando achando que fosse perder tudo, principalmente durante a realização das entrevistas desse trabalho, que por um momento pensei que tivesse perdido tudo e você como sempre salvando a pátria e nunca me deixando desamparada. Obrigada também por nunca deixar de acreditar em mim, até quando nem eu mais acreditava. Obrigada!

Gostaria de agradecer a minha orientadora, Professora e amiga Tatiana Raulino, pelas belíssimas e enriquecedoras contribuições, tenho certeza que essa pesquisa jamais seria a mesma sem você e agradeço por acolher o meu interesse pela temática. Obrigada por sempre tão competente, esforçada, compromissada, acessível e absurdamente generosa. Nós quebramos a cabeça em alguns momentos (muitos momentos, dei muito trabalho), mas você sempre me guiou e orientou da melhor forma, com muito carinho e amizade. Meus sinceros agradecimentos a você.

Obrigada as meninas do meu quarto (Apt. 15) todas vocês deixaram uma marca registrada no meu coração e sem dúvidas alguma aprendi muito com cada uma de vocês. Obrigada por entenderem essa fase difícil e turbulenta que é o desenvolvimento do TCC, sei que em alguns momentos fui insuportável, mas a vida acadêmica faz isso com a gente, mais para frente vocês vão entender o que estou dizendo. Obrigada!

Agradeço a Priscylla e a Sonaly que desde o início do curso estiveram ao meu lado, seja nos trabalhos da faculdade ou até nas dificuldades da vida, um presente maravilhoso que Sousa me deu. Muito obrigada.

As meninas do quarto 06 (Joelma, Hiasmin e Luzia), de verdade não sei o que seria da minha vida nessa residência sem vocês. Cada uma na sua singularidade, me fez ver que é possível construir laços familiares em uma casa com personalidades tão diferentes. Foi ao lado de vocês que eu renasci, que eu me fiz Fernanda novamente, em todos os momentos desses últimos 4 anos, que não foram fáceis, vocês estiveram ao meu lado, me aconselhando, brigando comigo, me fazendo sentir as melhores emoções da vida, muito obrigada!

Aos meus amigos Jaqueline e Neto, que desde o período do vestibular estivemos juntos sempre dando forças uns aos outros, mesmo não sendo um período fácil para todo/toda estudante nós nunca deixamos de acreditar capacidade de cada um. Compartilhamos todos os momentos dessa longa e árdua caminhada acadêmica, mesmo com a distância nossos laços sempre foram estreitos e verdadeiros. Agradeço principalmente, por vocês não se esquecerem de mim, quando eu movida por sentimentos que acreditava ser verdadeira me afastei de vocês,

mas vocês não! Nunca deixaram de ser minha/meu irmã/irmão de vida, pelo contrario foram vocês que estiveram ao meu lado, quando tudo que acreditava desmoronou. Obrigada, obrigada mesmo. Amo muito vocês! Agradeço também aos meus/minhas amigos/amigas de Parelhas e do povoado Cobra (Fatinha, Gigi, Jaciara, Jacineide, Liz, Matheus Gianinni, Matheus Martins, Marquinhos, Juninho e Cinho) que desde o período do ensino médio me incentivaram muito tanto no período do próprio vestibular, como também na graduação, obrigada por cada palavra, cada conselho, por cada conversa, simplesmente obrigada.

Agradeço também aos meus amigos da UFCGAY e os/as agregados/agregadas do quarto 04 da residência masculina (Alan, Anderson, Don, Isaac, João Vítor, Karmem) pela paciência, pela amizade, pela lealdade e por todo amor que consolidou nossa amizade, vivi ao lado de vocês experiências maravilhosas e tenho certeza que vou levar para vida toda. Amo demais vocês. Agradeço principalmente a Don, por ser essa pessoa tão maravilhosa e humana, um exemplo de Homem, de amigo, de irmão, enfim uma pessoa que tenho forte admiração e que me fez acreditar que possível enfrentar muitas barreiras que essa sociedade nos impõe. Nem de longe tenho seu refinado vocabulário, mas através dessas simples palavras que declaro o imenso carinho, respeito e acima tudo o amor sincero que tenho por você.

Por último, isso não quer dizer que seja menos importante, gostaria de agradecer o Mineiro mais doce, gentil e barbaqueiro que poderia conhecer, Regis, meu Professor, conselheiro, amigo e sem dúvidas o ser humano mais incrível que já conheci. Um pouco mais de um você chegou aqui na UFCG, nunca imaginei que poderíamos construir uma relação tão próxima, mas vida foi tão surpreendente e fez com que a gente se aproximasse, em uma fase que eu estava bem triste e você bem sabe disso. Sim, eu só tenho a agradecer a Deus por você ter passado nesse concurso em um momento que eu ainda estava aqui, pois eu tive a oportunidade de conhecer um dos profissionais mais incríveis que poderia pensar em conhecer e além de tudo de ter construído uma amizade com uma pessoa tão generosa, carinhosa, linda e companheira como você. Pode ter certeza que cada palavra, cada conselho seu contribuiu para que chegasse a finalização desse trabalho e dessa primeira etapa de minha com sucesso. Eu simplesmente agradeço por tudo que você foi e ainda é para mim. Te amo Regis.

“Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence.”

(Bertold Brecht)

RESUMO

A presente monografia resulta de uma pesquisa realizada em torno do tema da expansão/ampliação da educação superior no Brasil, como também do processo de interiorização das universidades públicas federais e como essa expansão proporcionou a criação do curso de Serviço Social na cidade de Sousa, Alto Sertão da Paraíba/PB, que se deu especialmente durante o governo do PT, nos anos 2000. Partimos da premissa que o processo de Reforma e contrarreforma do Estado e da educação superior atingiu de modo direto as universidades públicas, dando um caráter mais privatista a educação superior, uma vez que tratou com primazia, ao longo das últimas décadas, uma formação acadêmica baseada no aumento de vagas nas instituições privadas, promovendo a mercantilização do ensino, deixando a desejar no tripé básico da educação que é ensino, pesquisa e extensão. Desse modo, a expansão/ampliação do acesso ao ensino superior foi promovida pelo aumento da inserção de alunos/alunas em cursos superiores, na contraposição essa expansão não veio associada aos mecanismos precípuos para que a educação superior viesse a ser ofertada com qualidade. Esta monografia tem por objetivo: Analisar o processo de precarização da educação superior no Brasil, identificando possível interface da emergência do curso de Serviço Social no município de Sousa do Alto Sertão Paraibano; Investigar o processo de ampliação das Universidades Federais e dos Institutos de Formação Privada na lógica de mercantilização da educação brasileira e a possível articulação com a implantação do curso de Serviço Social no Alto Sertão Paraibano; Analisar, dentro da lógica de ampliação da educação superior no país, a emergência do curso de Serviço Social no município de Sousa no Alto Sertão Paraibano. Além trazer algumas reflexões acerca da importância do processo da interiorização das IES públicas federais para inserção dos filhos/filhas da classe trabalhadora no ensino superior. Para isso, realizamos um estudo bibliográfico e documental referente às temáticas das políticas educacionais no período ditatorial, sobre neoliberalismo, Reforma e contrarreforma do Estado e do ensino superior, do governo do PT, como também das legislações vigentes referentes às propostas governamentais para a educação brasileira. Realizamos a aplicação de um questionário a fim de traçar o perfil dos alunos e além de entrevistas gravadas e semi-estruturadas. Assim, podemos compreender que o processo de expansão do ensino superior, da maneira que está sendo conduzido, ocasiona em uma precarização e desvalorização do ensino superior público, donde iremos ter a promoção do ensino à distância que vêm ganhando cada dia mais espaço e de modo que não está sendo garantindo um ensino público, totalmente gratuito, laico, de qualidade e socialmente referenciado.

Palavras Chaves: Educação. Interiorização. Precarização. Serviço Social.

ABSTRACT

The present monograph results from a research carried out around the topic of expansion of Higher Education in Brazil, as well as the process of internalization of federal public universities and how this expansion provided the creation of the Social Work course in the city of Sousa (Alto Sertão of Paraíba/PB), which occurred especially during the PT's government in the 2000s. We start from the premise that the process of reform and counter-reform of the State and Higher Education directly affected public universities, giving a more privatizing character to Higher Education, once treated how priority, over the past decades, an academic training based on the increase in vacancies in private institutions, promoting the education's commodification, leaving it to be not fully satisfying in the basic education's tripod, that is teaching, research and extension. This way, the expansion of access to higher education was promoted by the increase in the enrollment of students in higher education; in contrast, this expansion was not associated with the prevailing mechanisms for this education to be offered with quality. This monograph has for object: To analyze the process of precarization of higher education in Brazil, identifying possible interface of the Social Work course in the municipality of Sousa in Alto Sertão of Paraíba; To investigate the process of expansion of the Federal Universities and Private Training Institutes in the logic of commercialization of Brazilian education and the possible articulation with the implementation of the Social Service course in the Upper Sertão Paraibano; Analyze, within the logic of expanding higher education in the country, the emergence of the Social Service course in the municipality of Sousa in Alto Sertão Paraibano; Analyze, within the logic of expanding higher education in the country, the emergence of the Social Service course in the municipality of Sousa in Alto Sertão Paraibano. In addition, some reflections on the importance of the process of the interiorization of federal public HEIs for the insertion of working class children in higher education. In order to do this, we carried out a bibliographic and documentary study on educational policies in the dictatorial period, on neoliberalism, Reform and counterreformation of the State and higher education, of the PT government, as well as on the current legislation regarding governmental proposals for Brazilian education. We carried out the application of a questionnaire in order to trace the profile of the students and in addition to recorded and semi-structured interviews. Thus, we can understand that the expansion process of higher education, in the way that is being conducted, leads to a precariousness and devaluation of public higher education, where we will have the promotion of distance learning that have been gaining more and more space every day. Which is not guaranteeing a public education, totally free, secular, quality and socially referenced.

Keywords: Education. Internalization. Precariousness. Social work.

Lista de Siglas

ABEPSS - Associação Brasileira de Pesquisa e Extensão em Serviço Social
AVALIES - Avaliação da Educação Superior
CASS - Centro Acadêmico de Serviço Social
CCJS - Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
CF - Constituição Federal
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONAMP - Associação Nacional dos Membros do Ministério Público
CREDOC - Crédito Educativo
DA - Diretório Acadêmico
DAAM - Diretório Acadêmico de Antônio Mariz
DCE - Diretório Central dos Estudantes
EAD - Ensino a Distância
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
ENESSO - Executiva Nacional de Serviço Social
FAFI - Faculdade de Filosofia
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
FMI - Fundo Monetário Internacional
GPEMSS - Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Serviço Social
IES - Instituições de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MARE - Ministério da Administração *Federal* e Reforma do Estado
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social
MEC - Ministério da Educação
ME - Movimento Estudantil
ONG - Organização Não Governamental
PB - Paraíba
PBF - Programa bolsa Família
PDRAE - Plano Diretor da Reforma do Aparelhos do Estado
PEC - Proposta de Emenda Constitucional
PIB - Produto Interno Bruto
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE - Plano Nacional da Educação

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

PPP - Parceria Público Privada

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PT - Partido dos Trabalhadores

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SUS - Sistema Único de Saúde

UAD - Unidade Acadêmica de Direito

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade dos pesquisados	85
Gráfico 2 - Avaliação das Políticas de Assistência Estudantil.	88
Gráfico 3 - Número de beneficiários da política de assistência estudantil	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Expansão das IES – Brasil (2003-2013)	71
Tabela 2 - Número de alunos/alunas matriculados na capital e no interior	74
Tabela 3 - Projetos de extensão do curso de Serviço Social do CCJS	83

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Número de Instituições de Educação Superior, por organização acadêmica e localização (capital e interior), segundo unidade da federação e categoria administrativa das IES no final do primeiro governo de Dilma Rousseff (dados referentes ao ano de 2013)	46
Figura 2 - Praça Venâncio Neiva	59
Figura 3 - Instituições de educação superior, por organização acadêmica, categoria administrativa e localização (capital/interior)	71
Figura 4 - Campus novo do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais	76
Figura 5 - Militante do MESS em manifestação contra PEC 55/241	98

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O PROCESSO HISTÓRICO DE MERCANTILIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	15
2.1 UMA BREVE ANÁLISE DO PERÍODO DITATORIAL NO BRASIL.....	15
2.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NA DITADURA E AS TENDÊNCIAS DE MERCANTILIZAÇÃO	19
2.3 DÉCADA DE 1990 E O DE PROCESSO DE REFORMA E CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO.	23
3 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO	29
3.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO FHC.....	32
3.2 UMA BREVE ANÁLISE DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) E SUA APROXIMAÇÃO COM AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS.....	36
3.3 AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL OCORRIDO NOS PERÍODOS QUE SUCEDERAM O GOVERNO LULA.....	38
3.4 AS NOVAS TENDÊNCIAS PARA O ENSINO SUPERIOR.....	50
4 ASSIM SE CONSTRÓI UMA HISTÓRIA: FORMAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA PARAHYBA	57
4.1 PROCESSO DE DESBRAVAMENTO DO SERTÃO PARAIBANO: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE SORRISO	60
4.2 FORMAÇÃO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS/INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DA PARAÍBA	62
4.3 A FACULDADE DE DIREITO DE SOUSA (1971-2002).....	66
4.4 A EXPANSÃO PELA VIA DA INTERIORIZAÇÃO: NOVOS HORIZONTES SENDO MOLDADOS PELA REFORMA DO ENSINO SUPERIOR.	69
4.5 CAMPUS SOUSA: EMERSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA CIDADE SORRISO	75
4.6 MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SUA IMPORTÂNCIA NA DEFESA DE UMA UNIVERSIDADE PARA TODOS/TODAS.....	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
ANEXOS	110

1 INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa parte da compreensão e análise crítica da precarização da educação brasileira e a possível interface com o surgimento do curso de Serviço Social no município de Sousa. Perante a sua crise, a ofensiva do capital não se resume apenas às estratégias anteriores referentes à “globalização”¹ e ao neoliberalismo², mas vem articulando mecanismos para sua reorganização e das necessidades de acumulação visando contribuir com a recomposição de expansão do capital de forma a reverter as dificuldades de acumulação apresentadas.

No seio da reestruturação produtiva³, a universidade brasileira passou a ser vítima de um processo de mercantilização e precarização, principalmente no que se refere a sua função social. Enquanto instituição emancipadora de sujeitos sociais e formação de indivíduos capazes de transformar a realidade concreta e a sua própria história, a universidade influencia a efetiva democratização da sociedade. Hoje, nossas universidades estão tomadas pelo seguimento mercantil do ensino superior, ou seja, a iniciativa privada tem invadido os corredores destas instituições como via de obtenção de lucros.

Compreendendo esta realidade e trazendo para discussão do Serviço Social, na qual dentro de seu Projeto Ético Político está inscrito a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio autoritarismo, o posicionamento em favor da equidade e justiça social que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais com gestão democrática, se faz necessária à discussão de como está a situação do

¹De acordo com Ianni (1992) apud Guimarães, a globalização é um processo de expansão do próprio capitalismo, bem como o processo civilizatório de alcance mundial. Nessa perspectiva, envolve classes sociais, ideários políticos, nacionalidades, regimes/planos de governos, indivíduos/grupos sociais, culturas e sociedades. Nessa ótica o capitalismo globaliza não apenas a produção em si, mas todas relações que perpassam esse sistema, moldando-os de acordo com suas estratégias e interesses políticos e econômicos, embasada na fomentação e acumulação do capital, além do mais a ampliação do mercado.

²No tocante ao neoliberalismo, está baseada na concepção do mercado ser o principal e insubstituível mecanismo de regulação social, “coordenando as problemáticas sociais” onde a sua ênfase está pautada defesa do Estado mínimo para o social e Máximo para o capital. O Intuito do neoliberalismo é combater as políticas macroeconômicas de matriz keynesiana e rechaçar à garantia e luta pelos direitos sociais, defendendo como fator prioritário a estabilidade monetária, bem como a expansão e ampliação do mercado, objetivando a obtenção de lucros ao capital financeiro.

³Diante a de ampliação do mercado financeiro estratégias são geradas para que haja o acúmulo de capital, desse modo a reestruturação produtiva visa alcançar o auge desse processo, nessa perspectiva o modelo econômico baseado no neoliberalismo são criados mecanismo que viabilizem a expansão do mesmo, porém tais procedimentos são fundamentados a flexibilização do capital financeiro e comercial, na retirada e supressão dos direitos da classe trabalhadora e flexibilização do próprio trabalho, sendo procedimentos que vão ao encontro do capital e acabam inviabilizando melhores condições aos trabalhadores, pois na medida que capital cresce proporcionalmente a classe trabalhadora é mais exploração e consequentemente o índice de pauperismo se eleva.

ensino superior em nosso país, submetido a essa lógica lucrativa e excludente do capital que retira direitos e o acesso de algumas pessoas. Diante da compreensão do atual desenvolvimento do modelo econômico capitalista, expresso principalmente nas contrarreformas do Estado, da supressão da garantia de direitos sociais, na precarização do mundo do trabalho, dentre outras refrações da questão social, destacamos a necessidade de ficarmos de “olhos abertos para educação”. É preciso discutir e defender os princípios e o que normatiza as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, bem como fortalecer o nosso posicionamento diante do projeto da ofensiva neoliberal e neoconservadora que se torna muito presente na sociedade brasileira, sobretudo após a década de 1990.

O interesse pelo debate surgiu por via do meu acompanhamento dos fatos diante da atual conjuntura da educação brasileira enquanto estudante de Serviço Social, cidadã, militante do movimento estudantil de Serviço Social (da gestão Amanha há de ser outro dia) e integrante do GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA MARXISTAS EM SERVIÇO SOCIAL – GEPEMSS (2015/2016) que além de trazer a reflexão acerca do método, nos proporcionou uma compreensão mais crítica do processo de expansão e precarização da educação brasileira.

Partindo desse pressuposto, é essencial para todo e qualquer estudante, principalmente para um aluno/aluna de Serviço Social, a análise crítica do processo de democratização e expansão da educação superior no Brasil. Ocorreu a ampliação das instituições e cursos de graduação no país, entretanto, não garantida à qualidade de ensino e a permanência dos ingressantes na sua formação acadêmica, repercutindo diretamente no crescimento e desenvolvimento das atividades acadêmicas desses indivíduos. Assim compreendemos a substancialmente relevância desse debate, tanto para o meio acadêmico, como para toda sociedade. Além de trabalharmos na perspectiva da defesa de uma universidade pública, popular, laica e primordialmente de qualidade.

Partindo da necessidade de estudos mais aprofundados, foi criado o GEPEMSS em novembro de 2014 na Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa-BR 230. Dentro das ações do referido grupo, foi elaborado o projeto *o surgimento do curso de Serviço Social da UFCG no contexto do processo de interiorização dos cursos de Serviço Social a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)* ainda em andamento que objetiva, de maneira mais ampla, estudar e analisar os determinantes sócios históricos que norteiam a criação do curso de Serviço Social no alto Sertão Paraibano, bem como pesquisar as particularidades socioeconômicas e culturais de Sousa a fim de traçar um perfil sócio econômico dos discentes matriculados na respectiva instituição. Além de compreender quais os reais motivos que levaram ao surgimento do curso

no sertão paraibano, entendo que diante das diversas expressões da questão social faz-se necessário um estudo minucioso e analítico desta realidade com intuito de realizar atividades fora do campo institucional que busquem minimamente transformar a realidade aqui vivenciada.

Em conformidade com informações contidas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande foi criado no ano de 2009, funcionando na Unidade Acadêmica de Direito (UAD) do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), situada no Alto Sertão Paraibano, na cidade de Sousa/PB. A primeira turma com 50 alunos ingressou no ano de 2010 vindo a concluir no ano de 2014.

Ademais, para estruturar a pesquisa do presente estudo, buscamos um caminho delineado pelo materialismo histórico dialético, numa perspectiva de totalidade no sentido de tentar compreender as mais diversas contradições que decorrem do contexto histórico a ampliação/expansão e efetivação das políticas educacionais do ensino superior na contemporaneidade. Consideramos que o “método” nos permite historicizar nosso objeto de estudo no campo das contradições, em um movimento de tentar apreender a realidade concreta e sua dinâmica.

Desse modo pela via do respectivo método, fizemos a análise do processo de expansão das Instituições de Ensino Superior -IES no Brasil e o processo de emersão do curso de serviço social na cidade de Sousa/PB. Buscamos essa compreensão em uma perspectiva de sua totalidade. A totalidade não pode ser percebida como a soma das partes. Ela permite o encontro das partes em seu conjunto, não como átomos separados que possam ser somados, tampouco, dissolvidos no todo, como enfatiza Leandro Konder ao ponderar sobre a perspectiva marxista:

[...] as partes não se diluem no todo: a dialética da história da humanidade não devora os indivíduos. Para o marxismo, o indivíduo não se determina, em qualquer dos níveis em que o consideremos, sem que tenhamos de partir do conjunto das relações ativas que ele mantém com os outros homens e com a natureza (KONDER, 2009, p. 126).

Nesse sentido, transcorremos pelos desafios históricos situados no contexto da ditadura e o processo de mercantilização da educação, como também pelo processo de contrarreforma do Estado e, conseqüentemente, pela contrarreforma do Ensino Superior. Com isso, procuramos analisar como as políticas de expansão das IES proporcionaram aos filhos/filhas da classe trabalhadora o acesso democrático a seio acadêmico, fazendo um recorte em uma cidade do Alto Sertão da Paraíba, procurando elucidar os caminhos que fomentaram a emersão do curso de serviço social na UFCG/Campus Sousa.

Nosso intuito foi realizar uma pesquisa de cunho qualitativa de caráter exploratório, a fim de interpretar os determinantes que norteiam o assunto tratado e para possibilitar que os sujeitos da pesquisa se expressassem de maneira mais espontânea acerca dos determinantes que compõem a realidade por estes vivenciadas. De acordo com Minayo (2010) a pesquisa qualitativa se ocupa com o real e seu conjunto de fenômenos - as motivações, as aspirações, crenças, valores e atitudes -, trabalhando diretamente com estes, entendendo-os como parte constitutiva da realidade. Para a compreensão dessa realidade utilizamos o método dialético de pesquisa.

Os elementos constitutivos do método crítico-dialético é resultado de um longo período investigativo e configura-se como base da elaboração teórico social de Marx. Tal método possibilita um processo analítico que ultrapassa a aparência fenomênica do objeto de estudo e conduz à apreensão de sua essência, ou seja, das particularidades de sua estrutura e dinamicidade

Com o escopo de atingir os objetivos propostos e, está pesquisa se centrou em uma pesquisa bibliográfica, que nos proporcionou realizar ricas análises acerca das mudanças que foram operadas neste cenário de ofensiva neoliberal, Reforma e contrarreforma do Estado e de desmonte da educação superior pública, laica, totalmente gratuita, socialmente referênciada e de qualidade. Assim, estudamos e constatamos propostas presentes nas legislações brasileiras voltadas para o ensino superior, além de utilizar um conjunto de autores que tratam dentro de uma perspectiva crítica a temática proposta para a realização de leituras e fichamentos. Dentre eles: Netto (2005), Netto (2014), Lima (2008), Lima (2006), Lima e Pereira (2009), Iamamoto (2000), Behring (2003), Chagas (2015), Matos, Gadelha, entre outros.

Realizamos também pesquisa documental, Projeto Pedagógico do Curso, Leis, Resoluções e Portarias a fim de se chegar à conclusão dos objetivos traçados neste projeto. Aplicamos inicialmente um questionário a fim de traçar o perfil dos/das alunos/alunas do curso de Serviço Social UFCG-SOUSA nas turmas do 4 e 6 períodos, além de trazer a compreensão dos/das alunas/alunos acerca da temática proposta. Posteriormente realizamos entrevistas gravadas e semiestruturadas com alunas/os representações estudantis da UAD, alunos/alunas que recebem REUNI, residentes da UFCG, que residem em outras cidades e alunos que residem na cidade de Sousa. Entrevistamos ainda pessoas que consideramos estratégicas que compõem e/ou compuseram a gestão administrativa do campus, da coordenação da UAD e do curso de serviço social. O critério da entrevista perpassou pela disponibilidade dos sujeitos, do qual o conteúdo das entrevistas foi inserido no estudo, contribuindo com as análises realizadas. Todo o processo buscou respeitar os princípios da

ética na pesquisa, resguardando os sujeitos e garantindo-lhes as informações necessárias à participação consentida, sigilo e confidencialidade. De forma a resguardar a identidade dos sujeitos, utilizamos pseudônimos para que não fossem identificadas/os.

A exposição da pesquisa em questão encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro, apresentamos uma breve análise do período ditatorial no Brasil e o processo de mercantilização e privatizações do ensino superior brasileiro. Fizemos o recorte temporal considerando ser os anos de ditadura um período que Brasil está com estreita relação de dependência financeira com os países centrais. O segundo capítulo traz algumas reflexões a respeito da reforma e contrarreforma do Estado e suas implicações no desenvolvimento de políticas de expansão das IES a partir do governo. Finalmente, no terceiro momento, procuramos discutir sobre o processo de emersão do curso de Serviço social na cidade de Sousa/ PB a partir do REUNI e como esse processo de interiorização das universidades públicas federais proporcionaram um acesso mais democrático do ensino superior público aos filhos/filhas da classe trabalhadora por todo Brasil.

Ao ler esse trabalho, perceberão que os “achados da pesquisa” foram entremeados com as reflexões e análises teóricas que realizamos. Optamos por esse formato por acreditar que enriqueceria a discussão na medida que dialogassem com os autores/as. Por fim, apresento algumas considerações sobre o estudo e os resultados encontrados. Considerando que o real jamais se esgotará em uma pesquisa.

Frente às considerações aqui expostas, sem a nenhuma pretensão de apontar respostas definitivas, nossa intenção foi provocar indagações que possam contribuir com a inquietude que o atual tempo histórico requer. Afinal, como nos ensina Lukács (2007, p. 229), “não apenas a resposta, mas também a pergunta é produto imediato da consciência que guia a atividade”. Desse modo, esperamos colaborar com a elaboração de questionamentos que possam, em tempo futuro, desdobrarem-se em respostas coletivas pautadas em uma consciência revolucionária.

2 O PROCESSO HISTÓRICO DE MERCANTILIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

2.1 UMA BREVE ANÁLISE DO PERÍODO DITATORIAL NO BRASIL

No presente capítulo pretendemos analisar o processo de mercantilização e privatização das políticas públicas/sociais no cenário brasileiro e, no caso mais particular nas políticas de educação, evidenciando que estas se tornaram com o passar dos anos objeto central de interesse do grande capital internacional. Ao iniciar nossa análise com período alusivo à instauração da ditadura civil-militar (IANNI, 1997), nos proporcionar uma melhor compreensão intensa relação de dependência que o Brasil assumiu com os países capitalistas centrais, que se figurou um período de extrema opressão, repressão, autoritarismo e violência a todos/todas de nossa sociedade.

Ademais, o Estado consentiu, que durante este percurso histórico, as áreas da educação, juntamente com setores, se tornassem um escopo de investimento para o capital estrangeiro, facilitando e fomentando o processo de mercantilização e da privatização da educação no Brasil. Para além de fomentar esse processo, o Estado Brasileiro dava incentivos fiscais as empresas de capital, para que as mesmas investissem na educação.

A exposição e análise do período concernente a implementação do período da ditadura civil militar⁴ (IANNI, 1997) nos trará subsídios que corroboram com a relação de dependência que o Brasil assumiu frente aos países capitalistas centrais no pós-1964, que está intrinsecamente ligado com o processo de tomada de poder dos militares, e com a ampliação e expansão do mercado brasileiro para o capital monopolista⁵.

⁴ Para Netto (2014, p. 74): “O regime derivado do golpe do 1º de abril sempre haverá de contar, ao longo da sua vigência, com a tutela militar; mas constitui um grave erro caracterizá-la tão somente como uma ditadura militar — se esta tutela é indiscutível, constituindo mesmo um de seus traços peculiares, é inegavelmente indiscutível que a ditadura instaurada no 1º de abril foi o regime político que melhor atendia os interesses do grande capital: por isto, deve ser entendido como uma forma de autocracia burguesa (na interpretação de Florestan Fernandes) ou, ainda, como ditadura do grande capital (conforme a análise de Octávio Ianni). O golpe não foi puramente um golpe militar, à moda de tantas quarteladas latino-americanas [...] — foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, conferiu a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e às empresas estrangeiras (e seus agentes, ‘gringos’ e brasileiros)”.

⁵ Segundo com Netto (1992) o capital monopolista para poder se efetivar necessita de estratégias e mecanismo de intervenção extra-econômicos, tendo o Estado como “comitê executivo da burguesia”, que é uma instância máxima responsável pela intervenção que rebate diretamente/indiretamente no interior do sistema organizacional da dinâmica econômica desse modelo societário. Desse modo, podemos delinear que o capitalismo monopolista, “são funções políticas do Estado que embrincam-se organicamente com as suas funções econômicas” (NETTO, 1992, p. 25).

Desde a renúncia de Jânio Quadros em 1961 que o Brasil passava por periódicas crises políticas e econômica, após resignar o cargo de Presidente seu vice, João Goulart, assume a presidência em um meio político adverso. O governo de João Goulart (1961-1964) foi pautado na organização de movimentos sociais, de classes estudantis, organizações de cunho popular e de trabalhadoras/es que passaram a ganhar visibilidade política, causando o desassossego nas camadas conservadoras da sociedade, a exemplo, de empresários, banqueiros, Igreja Católica, militares e classe média. Todos tinham temor de uma guinada do Brasil para o lado socialista. Vale ressaltar, que neste período, o mundo vivenciava o auge da Guerra Fria.⁶

A conjuntura que transcorre no país no período está marcada pelas diversas representações sociais, dentre elas à ascensão das camadas populares no cenário político⁷, a crise financeira que assola a estrutura econômica do Brasil, além das constantes ameaças de ideários comunistas. Nessa perspectiva, o estilo populista⁸ e de esquerda do presidente, gerou uma certa insatisfação por parte dos Estado Unidos, que junto com as classes conservadoras brasileiras, receavam um golpe comunista⁹. A oposição, como o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), inculpavam João Goulart de estar intencionando um golpe de esquerda e de ser o responsável pela inflação que tomava o Brasil naquele momento.

Após intensas crises políticas e fortes ameaças da tomada socialista no país, as forças armadas juntamente com apoio dos Estados Unidos derrubaram o presidente e instauraram um

⁶ A Guerra Fria ficou conhecida pela paz armada, haja vista que não um conflito direto entre Estado Unidos e União Soviética, teve início após Segunda Guerra Mundial, com a disputa pela hegemonia política, econômica e militar no mundo. Desse modo, ambas potências entram na corrida armamentista, distribuindo exércitos e instrumentos bélicos aos países aliados.

⁷ Nos anos de 1964- 1980 o Brasil vivenciou um período de atividade antidemocráticas, repressivas, autoritárias e dominado pelo regime militar no país. Assim, atividades de cunho intelectual e cultural foram criminalizadas e censuras pelos militares de modo que, impulsionou as mais diversas manifestações políticas contra tal sistema. Diante de tal contexto foram organizadas lutas clandestinas e subversivas, além de passeatas e greves que rebateram diretamente no modelo de governo que estava sendo adotado naquele momento. Movimentos sindicais, trabalhistas e estudantis se uniram para lutar contra a exploração e a recessão de direitos que, naquele momento, estavam sendo usurpados pelos militares, além dos diversos ataques aos intelectuais que foram obrigados a sair em exílio do país por perseguição política.

⁸ O estilo de governo populista se fez e ainda se faz muito presente nos mais diversos tempos históricos e presidentes de nosso país. Na década de 1930, com o Presidente Getúlio Vargas, que foi um dos mais marcantes governos populistas, até contemporaneidade com governo de Luis Inácio Lula da Silva, nos anos 2000. O estilo de governo populista não é caracterizado como um sistema de governo, mas como uma forma carismática e popular de governar a fim de conquistar o povo meio de estratégias populares de governo.

⁹ Após a renúncia do Jânio Quadros (tomou posse em janeiro de 1961 e renunciou 25 de agosto de 1961) e a posse do João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964) com suas reformas de bases, começou a se disseminar princípios e ideais de um “golpe/ameaça” comunista no país, além do presidente adotar um modelo de governo voltado mais para atender os interesses de toda a sociedade, defendia princípios comunista que começavam a se formar no Brasil, vendo que esse movimento começou a ganhar força no país o Estados Unidos começou a intervir e a pressionar os militares a tomarem o poder.

governo ditatorial no Brasil. No decurso do golpe de Estado que ocorreu em 1º de abril de 1964 com a retirada do presidente João Goulart do poder, ficou evidente a assolação do já restrito “regime democrático” que vigorava desde 1945. A “autocracia burguesa” (NETTO, 2005) assume uma postura de planejamento tecnicista e retórico de governo, tratava-se de consolidar o aparelho estatal, - substancialmente no Poder Executivo – objetivando fortalecer, orientar e impulsionar a acumulação privada do capital financeiro. Após a implementação de um governo ditatorial, houve uma refuncionalização da figura Estatal, voltada para a reestruturação da crise econômica do capitalismo brasileiro, estando o país submetido às premissas imperialistas do capital estrangeiro. Como afirma Netto:

Levado a cabo pelos setores mais reacionários da sociedade brasileira (a fina flor da burguesia industrial e financeira, os grandes proprietários de terras e as cúpulas militares) e com significativo apoio inicial da alta hierarquia católica e de largas camadas da pequena burguesia, o golpe – que se alto proclamou —revolução!, para ocultar seu caráter reacionário, e —de março!, para escapar à *ironia do dia da mentira* – contou com a mais ativa colaboração dos Estados Unidos e das empresas norte-americanas que atuavam no país. E instaurou uma ditadura que perduraria por duas décadas (NETTO, 2014, p. 17, grifo do autor).

De acordo com o autor supracitado, neste período que perdurou duas décadas (1964 - 1985), muitos foram os malefícios para maiorias dos brasileiros que sofreram duros golpes com a ditadura através da opressão e supressão de direitos, da repressão, censura à liberdade de expressão¹⁰, amortecendo as perspectivas de vida e sonhos. Em consequência de ação militar se estabeleceu um conjunto de perseguições tanto políticas quanto sociais, torturas e mortes. Ademais, determino, por meio de Atos Institucionais¹¹, que o governo autocrático pudesse cassar mandatos legislativos, suspender os direitos políticos (por dez anos) ou afastar do serviço público todo aquele que viesse a ameaçar a segurança nacional.

Em razão das estratégias práticas utilizadas, o governo ditatorial brasileiro foi nominado de “golpe de Estado”. Com a destituição do Presidente João Goulart e o que se pôde aferir foi a tomada da elite brasileira, a queda no governo “democrático populista” e o início de um plano de governo baseado nos ideários da classe dominante composta pela burguesia financeira e industrial, os militares e bancários. Netto (2014) assevera que ocorreu a expansão e formação tecnológica dos grandes latifundiários agropecuários, promovendo uma

¹⁰ Uma das principais características do regime autocrático burguês foi criminalização e censura de todo e qualquer ato e/ou movimentos que fosse contra aos ideários do governo dos militares, tal processo foi adotado com o intuito de calar os opositores do governo e impedir que qualquer informação/organização chegasse a ganhar força e pudesse vir a questionar tal regime. As principais vias tanto da censura, como também da liberdade de expressão foi nos espaços culturais e intelectuais da época, que sempre possuíam um posicionamento crítico reflexivo acerca do atual governo, formando grupos de manifestantes tantos sindicais, trabalhista e estudantis para fazer oposição ao regime militar.

¹¹ **Atos Institucionais** são normas arbitrárias editadas à época do regime ditatorial brasileiro, regidos pelos militares nos anos 1964 -1985, e que tinham o intuito de prevalecer o controle dos militares ante às instituições legais do país, prezando pela segurança nacional procurando dar uma aparência de legalidade aos atos despóticos cometidos na época.

produção exorbitante de mercadorias, bem como a fortalecendo o acúmulo privativo do capital, conservando, assim, as grandes oligarquias e embargando o processo de distribuição de terras para a reforma agrária.¹²

No que corresponde ao desenvolvimento econômico do Brasil, Chagas (2015) afirma que no período da ditadura militar o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 10% ao ano. Esse período foi denominado de “milagre brasileiro”, tendo como base estruturante a abertura do mercado brasileiro para investimentos do capital estrangeiro. Contudo, na mesma medida em que avançou o desenvolvimento das forças produtivas ocorreu o processo de empobrecimento da classe trabalhadora - haja vista que é condição para a acumulação do capital a expropriação da força de trabalho - ampliando o encadeamento da desigualdade social ainda mais acentuada neste contexto, visto que uma grande parcela populacional não tinha acesso ao dito “milagre”. Em conformidade Pereira, afirma que os militares:

[...] realizaram ações em todo âmbito da vida social – do econômico ao político e cultural – com objetivo de criar condições necessárias ao florescimento do setor privado, nacional e imperialista. Isto significava, de um lado, proporcionar a máxima extração de mais-valia absoluta e relativa da força de trabalho assalariada industrial e agrícola, com forte arrocho salarial – congelamento dos salários e queda do seu valor real. O congelamento salarial foi possível graças a uma eficaz política de controle da força de trabalho, seja com bruta violência estatal – a proibição de manifestações e greves – seja com a criação de uma profunda insegurança no emprego [...]. (PEREIRA, 2008, p. 109).

Não obstante, vale salientar que papel do Estado no desenrolar da execução das políticas sociais, objetivava legitimar socialmente políticas compensatórias¹³ e preventivas, a fim satisfazer uma parcela da sociedade considerada excluída, amenizando os excessos oriundos do processo de acumulação do capital. Desse modo, o Estado criou um discurso para atender a camada mais carente da população. Porém, só quem tinha acesso à saúde e educação

¹² Durante o Governo de João Goulart intensas iniciativas de transição do Brasil para o comunismo foram debatidas, porém a extrema direita civil com medo de perda as diversas regalias dadas, sempre divergiam com as propostas que chegavam ao congresso nacional. Dentre as propostas elaboradas pela esquerda do país estava a reforma agrária, que demandava a socialização das extensas faixas de terras apossadas pelas oligarquias ainda presentes no país. Contudo os civis de direita recusavam-se a aprovar o referido projeto sem que houvesse em contrapartida o pagamento de indenizações por parte dos futuros proprietários. Paralelo a andamentos da provação desse projeto, estavam sendo articulado juntos aos militares e os setores da alta sociedade estratégias para tirarem o então presidente do poder, efetivando o dito golpe de 1964.

¹³ Políticas compensatórias, focalistas e/ou seletivas são estratégias do capital para assegurar o consenso da classe trabalhadora, haja vista que diante da ferrenha exploração do modo de produção capitalista perante a classe trabalhadora, cria-se medidas paliativas em moldes de direitos. Em determinados momentos, muitas dessas políticas transferência de renda são estratégias do próprio capital a fim de gerar lucros pra os donos do capital, haja vista que o mercado para as classes mais baixas da sociedade é bastante lucrativa, exemplo disso é o programa de transferência de renda bolsa família. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em setembro de 2015 tivemos 13,9 milhões de família beneficiadas do programa, retirando milhares de famílias da situação de extrema pobreza. Porém, segundo Chagas (2015) afirma que em contrapartida, precisamos considerar que possibilitou ao capital uma obtenção de lucros maior das classes que não eram consideradas inativas pelo próprio sistema.

com mínimas condições de qualidade eram as classes mais favorecidas da sociedade. Não existia o interesse de elevação intelectual das camadas mais baixa da população por via da educação, pois, sabe-se que na medida que há a promoção do desenvolvimento das capacidades intelectivas dessas classes potencializa-se, também, o posicionamento críticos das mesmas.

Partindo desse pressuposto e das análises feitas, se percebe que o desenrolar do período ditatorial no Brasil foi marcado pela repressão das classes populares da sociedade, da repressão dos direitos sociais, bem como pela falta de investimento em educação e demais serviços sociais.

A derrubada da ditadura iniciou por voltar dos anos de 1980, com as fortes manifestações de insatisfação da sociedade para com o governo, em um contexto de ascensão dos movimentos sociais no cenário político. A perspectiva da luta associava a garantia de direitos dos mais diversos segmentos sociais¹⁴ e das pautas da luta da classe trabalhadora.

Nesse sentido, vale salientar que o contexto da ditadura militar no Brasil, foi marcado por fortes investimentos por parte do capital estrangeiro, abrindo campos de exploração e expropriação da força e trabalho. As políticas sociais desenvolvidas ficaram indelneáveis, na medida que o acesso não foi garantido a todos.

2.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NA DITADURA E AS TENDÊNCIAS DE MERCANTILIZAÇÃO

O período que demarcado como a “autocracia burguesa”¹⁵ no Brasil, foi respaldado por um conjunto de reformulações institucionais na área da educação. No auge deste contexto houveram reformas no processo de desenvolvimento da educação superior, pautadas nas constantes relações socioeconômicas, políticas e ideo-culturais pré-estabelecidas desde a formações histórico-social e econômica do país.

¹⁴ A derrocada da ditadura começou por meados do segundo lustros dos anos de 1970 já adentrando nos anos de 1980. O regime não conseguia mais sustentar seu domínio devido as fortes e intensas lutas que vinham demonstrando insatisfação com o próprio sistema. Os jovens estudantes, os sindicatos dos trabalhadores e diversos movimentos sociais foram para a rua questionar um modelo de governo opressor que ia na contramão da democratização da sociedade brasileira.

¹⁵ De acordo com Netto “Os três lustros que demarcaram no Brasil a forma aberta da *autocracia burguesa* (Fernandes, 1975) - constituindo mesmo, no mesmo curso do seu desdobramento, um regime política ditatorial – terrorista - assinalaram, para a totalidade da sociedade brasileira, uma funda inflexão: afirmaram uma tendência de desenvolvimento econômico-social e política que acabou por modelar um *país novo*. (NETTO, 2005, p.15, grifo do autor).

A educação nesse período se estabeleceu por meio da subordinação direta às relações de financeirização¹⁶ do capital estrangeiro. Foram abertas as portas do mercado brasileiro para investimento internacional, no prisma de desenvolvimento da economia educacional de cunho meramente liberal. Netto assevera que:

Entre os anos de 1968 e 1969 houve uma mudança estrutural e qualitativa por parte da autocracia burguesa no que se refere ao trato com a educação brasileira. Se entre o período de 64-68 o que se evidenciava era o combate das ideias e experiências democratizantes, intimidando e controlando o corpo docente, nos anos de 68 e 69 já se observou uma —intervenção direcionada para modelar, pela política educacional, o sistema institucional de ensino conforme as exigências imediatas e estratégicas do projeto modernizador. A política educacional da ditadura passou a —operar a *refuncionalização* que lhe era necessária – e, para tanto, à sua dimensão negativa, acopla-se uma dinâmica construtiva (positiva): o regime autocrático burguês, redefinindo-se na vertente do militar-fascismo, começa a instaurar o seu modelo educacional, congruente com a concretização do seu modelo econômico. Estabelece-se, enfim, a *compatibilização* funcional-operativa entre a política educacional e o conjunto da política social da ditadura – e não é um simples acaso que este processo se desenvolva simultaneamente à consolidação do Estado pertinente à autocracia burguesa (NETTO, 2005, p. 54, 58-59, grifo do autor).

Neste sentido, Lima e Pereira (2009) afirmam que a partir do advento dos princípios capitalistas e desenvolvimento das forças produtivas no país, há uma necessidade de expansão da educação brasileira, considerando que se faz necessária uma qualificação e tecnificação da mão obra aqui encontrada. Também é importante destacar que a ampliação das instituições de ensino é vista pelo capital estrangeiro como novas possibilidades de garantir a acumulação do capital. Sob a ótica manipuladora do capital, o intuito foi implantar “política de educação inclusiva”. Entretanto, intelectuais da época debateram a monopolização do ensino por parte das classes dominantes e a necessidade de democratização interna das universidades. Todavia, Lima e Pereira (2009) destacam que parcelas da burguesia autocrática lutaram pela “modernização”¹⁷ do ensino superior, objetivando responder aos interesses do capital e promover a elitização dos centros universitários.

Ademais, a ampliação/expansão das políticas de caráter educacional no país realizadas pela autocracia burguesa, foi considerada por Florestan Fernandes (1975) apud Lima e Pereira

¹⁶ De modo geral financeirização ou mundialização financeira demonstra a concentração do capital e dos meios de produção nas mãos dos maiores grupos oligárquicos do mundo, moldando estratégias para a elaboração de atividades econômicas.

¹⁷ De acordo com Lima e Pereira o desenvolvimento do capitalismo em nosso país, a expansão do acesso à educação passou a ser uma exigência do próprio capital, seja de qualificação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguesa sob a imagem de uma “política inclusiva”. Esse processo foi historicamente confrontado pela pressão de professores e estudantes para a destruição da monopolização do conhecimento pelas classes dominantes e pela democratização interna das universidades. Por outro lado, as diversas frações da burguesia brasileira reivindicavam a “modernização” da educação superior para atender às alterações no mundo do capital. Esse debate foi travado na década de 1960, quando a reforma universitária entrou na pauta política como uma importante “reforma de base” ou “reforma de estrutura” (FERNANDES, 1975b, p. 154) reivindicada pelos movimentos sociais, dentre eles o movimento estudantil. (LIMA; PEREIRA, 2009, p.33).

(2009, p. 33), um “milagre educacional”, uma vez que foi implantado uma falsa ilusão de democratização do ensino superior público brasileiro, a julgar pela intrínseca relação entre o estado burguês e financiamento privado.

Desse modo, torna-se necessário a apreensão do desencadeamento da educação superior neste período, tendo em vista que todas as reformulações que perpassaram aquele contexto histórico aconteceram objetivando o desenvolvimento das forças produtivas e a segregação das classes. Partindo desse pressuposto, Germano afirma que:

A reforma universitária do Regime Militar representa, sobretudo, uma incorporação desfigurada de experiências e demandas anteriores, acrescida das recomendações privatistas de Atcon, dos assessores da Usaid e de outras comissões [...] criadas para analisar e propor modificações do ensino superior brasileiro. Conceptualmente, ela tomou por base a —teoriza do capital humano! — que estabelece um vínculo direto entre educação e mercado de trabalho, educação e produção — e a Ideologia de Segurança Nacional. Tratava-se de reformar para desmobilizar os estudantes (GERMANO, 1992, p. 123).

O discurso de “restauração” e “modernização” do ensino público nos centros universitários, começou a ser veiculado principalmente a partir de 1964 com o debate da reforma universitária, e respaldado por meio da privatização dessas instituições sob o argumento da estruturação aos moldes do capital. A reforma universitária teve início nos anos de 1968, entretanto, não foi uma iniciativa do governo militar burguês, pois já existiam movimentos articulados desde a 1940 que vinham discutindo a reestruturação da universidade pública, em conformidade com Germano que afirma que “[...] a modernização do ensino superior foi posta em prática por ramificações do aparelho do Estado – entre as quais instituições militares – e reivindicada por setores da sociedade civil, como a UNE” (GERMANO, 1992, p. 118).

A proposta de desdobramento de políticas educacionais é, antes de mais nada, uma consequência do processo de formação sócio histórica do Brasil¹⁸, de forma que a lógica do

¹⁸ De acordo com Caio Prado (1963), para podermos compreender o processo de formação sócio-histórica do Brasil, faz-se necessário uma análise sobre o período de colonização do país, pois ao aprofundarmos “[...] à essência de nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu (...) É com tal objetivo, objetivo exterior que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira” (PRADO JR, p. 26). Desse modo, podemos perceber que o processo de colonização do Brasil se deu e ainda acontece por interesses comerciais de exploração de nossas riquezas. Durante o período de colonização umas das principais atividades econômicas do país foi a agricultura, acompanhada por mais três setores que formavam o território brasileiro naquele momento, dentre eles: os grandes latifundiários, a monocultura e principalmente o trabalho escravo. Após os primeiros anos de colonização tivemos a mineração bastante presente na região sudeste do país, como também o setor extrativista. O povoamento do Brasil se deu pela área litorânea, onde começaram a desenvolver as primeiras cidades, estradas, produtos manufaturas dentre outros. Tudo em uma perspectiva voltada para o desenvolvimento dos países Europeus. Para Prado Jr.” (...) a colonização não se orientara no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração nacional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nela habita. Daí a sua instabilidade, com seus reflexos no povoamento, determinando nele uma mobilidade superior

plano de governo que percorreu a construção do país foi a ascensão da classe burguesa e a exclusão de classes “desmerecidas da sociedade”, ou seja, promoção de regalias para as classes mais abastardas da sociedade e supressão de direitos daqueles que já não possuem quase nada. Partindo desse pressuposto, a ampliação da educação brasileira está intimamente ligada aos interesses do modelo de produção capitalista.

Outrossim, a educação na conjuntura política militar burguesa foi interligada com a qualificação profissional. Como já citado anteriormente, o interesse do capital no seio do desenvolvimento das forças produtivas é a tecnificação do operário, de modo a otimizar a atividade laborativa da classe trabalhadora.

Os anos de 1975-1980 ficaram demarcados pela transitória passagem política no Brasil. Neste momento o governo ditatorial não mais sustentava o domínio no país, que passava por mudanças significativas no cenário político, social e cultural. Diante de um contexto de intensas manifestações tivemos a queda da ditadura militar que tomava o país por 20 anos e entramos em um processo de democratização da sociedade brasileira. Após esse processo, mais uma conquista se deu com a aprovação da Carta Magna, a constituição de 1988, conhecida como “constituição cidadã”, pois instituiu a garantia de direitos a todo e qualquer cidadão.

Após a promulgação da carta magna de 1988, ocorreu amplo processo de implementação de escolas de ensino público objetivando a obtenção de fins lucrativos, considerando que a regulamentação desse dispositivo na Lei de Diretrizes e Bases e na legislação complementar acelerou o crescimento dessas instituições. De acordo com o art. 209 da Constituição Federal de 1988 dispõe que “o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público” (BRASIL, 1988).

Assim, Fernandes apud Lima e Pereira (2009), vem afirmar que a universidade brasileira após a regulamentação da constituição, que permitiu a relação público-privado, de alguma forma, representou uma abertura maior para o capital financeiro. A partir de então uma constante crise é fomentada pela configuração da luta de classes diante das permanentes invertidas da burguesia que exige a privatização de setores estratégicos da sociedade, entre eles a educação. Esta crise é de forma imposta pelas constantes idas e vindas do capital em

ainda à normal dos países novos” (PRADO JR, 1963, p. 67). Por conseguinte, um dos fatores essenciais nesse decurso histórico foi a presença dos escravos negros oriundos do continente africano e dos índios que aqui habitavam. Desta forma, o autor reforça que a formação histórica do Brasil ocorreu pelas grandes navegações marítimas que objetivavam o desenvolvimento da metrópole (Portugal), por via da exploração dos índios e escravos trazidos da África, como também da apropriação das nossas riquezas naturais.

sua busca ininterrupta pela lucratividade e pela conformação de corações e mentes ao seu projeto societário. Dentro dessa lógica mercantil e de livre expansão comercial, a educação passou a ser tratada como prestação de serviço, sendo assim, o ensino superior que é recorte de nosso estudo, deixa de ser um direito institucional e passa a ser uma mercadoria.

Nos anos posteriores a ditadura militar o desenvolvimento da educação ficou marcado pelos fortes impactos acarretados pela Reforma e Contrarreforma do Estado brasileiro, como também pela influência dos processos de formação histórico-social no Brasil, anteriormente citado. Os anos 1980 e 1990 tivemos o avanço da política neoliberal¹⁹ que adentravam o país neste momento, projetando indícios de privatizações tanto na área da educação como dos demais setores da sociedade. Tais mecanismos proporcionaram danos no que se refere a educação, haja vista que foi atribuído um caráter mercantil a educação, ocasionando um retrocesso na educação superior brasileira.

Defronte à intensa expansão dos ideários neoliberais no Brasil, temos uma concretização de Reforma e Contrarreforma do Estado. Mesmo levando em consideração as significativas conquistas, via ao processo de democratização da sociedade na década passada, não podemos dizer que as mesmas foram efetivamente implantadas, considerando o destaque maior às propostas de privatizações do ensino público.

2.3 DÉCADA DE 1990 E O DE PROCESSO DE REFORMA E CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO.

Nos anos de 1970 do século passado, o cenário internacional foi marcado por um contexto de forte recessão na economia, concomitantemente a uma crise do Estado de bem-estar social²⁰, desenvolvendo impactos nas taxas de lucros do capital. Em seguida aos “trinta anos gloriosos” pós-segunda guerra, o capital monopolista passou por intensas recessões, com uma conjuntura econômica de altos índices na inflação. É nesse momento de desequilíbrio econômico, com forte repercussão para a América Latina principalmente com a assinatura do

¹⁹ Segundo Montañó e Duriguetto “ **O projeto/processo neoliberal**” constitui a **atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital – em face da crise do avanço tecnocientífico e das lutas de classes que se desenvolvem no pós 1970, e que se desdobra basicamente em três frentes: a ofensiva contra o trabalho (atingindo as leis e direitos trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas ‘reestruturação’ produtiva e ‘(contra) reforma do Estado’**”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 193, grifo do autor).

²⁰ Segundo Pereira (2008, p. 34) “um conjunto de fatores econômicos, sociais e políticos favoráveis à construção de um moderno conceito de proteção social. E este conceito, ao associar bem-estar à cidadania, expressou verdadeiramente um padrão de regulação sócio econômico avesso ao paternalismo, passando a ser visto como o início do Welfare State.”.

Consenso de Washington²¹, que os ideários neoliberais adentram no Brasil, objetivando buscar alternativas de reestruturar suas bases elementares.

Com a crise do capital foram criadas novas medidas de obtenção de lucros para minimizar os períodos de recessão que vinham tomando conta da economia internacional e nacional. Para tanto, se fez necessário o desenvolvimento de estratégias que viabilizassem sua reestruturação. Tal processo foi pautado no tripé da reestruturação do capital, a saber: um novo modelo de produção o Taylorista,²² a financeirização da economia e advento o da política neoliberal. Desse modo Behring coloca:

Tal resposta, por sua vez, tem a particularidade de amplificar as contradições e ambiguidades do mundo do capital no sentido da barbarização da vida social. Ou seja, trata-se de reinaugurar um ciclo de expansão da taxa de lucros, num contexto de fragilidade dos trabalhadores, e com um custo social altíssimo. *O capitalismo, portanto, nunca foi tão capitalista e suas contradições nunca foram tão explícitas* (BEHRING, 2003, p. 187, grifo do autor).

Partindo desse pressuposto, a década 1980 foi marcada por significativas mudanças no mundo do trabalho e nas relações de produção com a adoção do modelo toyotista de produção, pautado na flexibilização do capital, na flexibilização do modelo econômico, e na flexibilização dos meios de produção, haja vista que tal processo está eminentemente ligado à precarização das condições de trabalho. Afinal, para que o capital possa se reerguer precisava de cortes nos gastos com a produção e aumento das taxas de lucros. Consequentemente, as condições de trabalho tornam-se ainda mais suscetível. Ademais, “um novo padrão tecnológico: a revolução microeletrônica” (BEHRING, 2003, p. 34), mudou a proposta de solidificação do modelo de produção fordista²³. Tais mudanças estão intrinsecamente ligadas

²¹ Em conformidade com Montañó e Duriguetto (2011) “ Com intuito de orientar esse processo - fundamentalmente nos países latino-americanos - em novembro de 1989, realizou uma reunião entre os organismos de financiamento internacional de *Bretton Woods* (FMI, Bird, Banco Mundial) funcionários do governo americano e economistas e governantes latino- americanos, para avaliar as reformas econômicas da América Latina, o que ficou conhecido como **Consenso de Washington**. As “recomendações” (impostas pelo FMI aos governos devedores) dessa reunião abarcaram dez áreas: 1) disciplina fiscal, 2) redução dos gastos públicos , 3) reforma tributária, 4) juros de mercado , 5) regime cambial de mercado, 6) abertura comercial, 7) eliminação de controle sobre os investimento direto estrangeiro, 8) privatização, 9) desregulação de leis trabalhistas e 10) institucionalização da propriedade intelectual (ver Carcanholo ,in Malaguti et al. 1998,p. 25) [...] O plano de ajustes constatava de três fases: a) a primeira, dirigida à *estabilização macroeconômica*, persegue o superávit fiscal reduzindo o déficit da balança comercial e reestruturando (desmontando) o sistema previdenciário ; b) a segunda fase ,dedicada às *reformas estruturais* ,tem por objetivo a liberalização financeira e comercial, a desregulamentação dos mercados e a privatização das empresas estatais; c) a terceira, definida como retomada dos investimentos e do crescimentos econômico (ver Fiori, 1995)”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 210-211, grifo do autor).

²² Taylorismo é um sistema organizacional de empresas criada no Século XX, após a segunda guerra mundial, objetivando o desempenho máximo de rendimento e eficiência em menor tempo de produção a partir de uma organização do trabalho em sério, de modo que cada trabalhador seja responsável por uma única atividade laborativa.

²³ O modelo de produção fordista foi criado pelo empresário norte-americano Henry Ford, donde optar pela fabricação em massa de produtos de consumo. Esse modelo de produção foi criado em 1914, para uma empresa automóveis, na qual planeava em um sistema baseado numa linha de montagem, com o intuito de reduzir ao

à forma orgânica de suprir as necessidades de enfrentamento das longas ondas expansivas do capital. Nesse sentido, a década de 1980 ficou marcada pela necessidade de atender as premissas do processo de acumulação do capitalismo.

O padrão de flexível de acumulação se apresenta como ponto norteador que explica as mudanças ocorridas no processo de trabalho, oriundas da reestruturação produtiva, e no âmbito público-estatal conduzidas pela ordem neoliberal²⁴. Esse modelo modifica as relações de trabalho, está pautado na redução de mão de obra viabilizando a polivalência e ampliando as possibilidades de exploração da classe trabalhadora. Os ideários neoliberais propõem a diminuição da intervenção Estatal nas relações econômicas e sociais do país, bem como incentiva a intervenção da iniciativa privada nos mais variados setores da sociedade. Assim Behring (2003, p. 35), aponta “contrapondo-se à verticalização fordista, a produção flexível é, em geral, horizontalizada/descentralizada. Trata-se de terceirizar e subcontratar uma rede de pequenas/médias empresas, muitas vezes até com perfil semiartesanal e familiar”.

O grande capital, para manter-se enquanto estrutura dominante nas organizações sociais, políticas e econômicas, busca meios para assegurar a rentabilidade e desenvolvimento do sistema, sucumbindo os direitos e garantias sociais. Desse modo, o capitalismo sente a necessidade de implementar medidas que, junto aos meios de comunicação, disseminem uma falsa ideia de conforto e desenvolvimento social enquanto suporte ideológico que a ajude a sustentar o fetiche do universal. Assim, a própria classe trabalhadora torna-se uma mercadoria barata para o capital.

Além disso, a perspectiva de homogeneização do pensamento, escamoteando o conflito de classes contribui para a manutenção *status quo*. O reforço da lógica cultural pós-moderna está intrinsecamente ligada a uma proposta político-ideológica, atribuindo ao efêmero, ao superficial e à subjetividade a proposta da contemporaneidade “impostas” pacificamente.

A evolução do capitalismo de certo modo foi importante para o desdobramento das forças produtivas, entretanto, a forma que ele se desenvolver gera aspectos negativos para a

máximo os valores de produção para assim abranger um maior número de consumidores, como também obter ainda mais lucros.

²⁴ Para Antunes (2010) “particularmente nos últimos anos, como respostas do capital à crise dos anos 70, intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo, por meio do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca, para o capital, especialmente, o toyotismo. Essas transformações, decorrentes, por um lado, da própria concorrência intercapitalista e, por outro, dada pela necessidade de controlar o movimento operário e a luta de classes, acabaram por afetar fortemente a classe trabalhadora e o seu movimento sindical e operário”. (ANTUNES, 2010, p. 195).

sociedade através do processo de mercantilização, exploração e apropriação indevida a força de trabalho. Sendo assim:

A reestruturação produtiva [...] vem sendo conduzida em combinação com o ajuste neoliberal, o qual implica a desregulamentação de direitos, no corte dos gastos sociais, em deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e —mérito! individuais — elemento que também desconstrói as identidades, jogando os indivíduos numa aleatória e violenta luta pela sobrevivência. Assinala-se, então, que o caráter da organização do trabalho na revolução tecnológica em curso é *desagregador da solidariedade de classe e regressivo* (BEHRING, 2003, p. 37, grifo do autor).

Partindo desse pressuposto, compreendemos que o capital tem se mostrando cada vez mais opressor e excludente, haja vista que seu único objetivo é a obtenção de lucro por meio da exploração exacerbada da classe trabalhadora²⁵. Nesse ponto de vista, o trabalho, na perspectiva do capital, encontra-se cada dia mais em processo inconstante, basta observarmos que as relações de trabalho não são mais garantidas, mas sim flexibilizadas pela lógica mercantil desse sistema. O desemprego no capitalismo é considerado componente importante para manter as relações de exploração daqueles que mantêm algum vínculo. Além disso, é tratado pelo viés da culpabilização e responsabilização do indivíduo, em uma perspectiva moralizante e meritocrática. O motivo do desemprego é a falta de interesse do trabalhador e não uma consequência estrutural do próprio sistema.

Na entrada dos anos de 1990 vivenciamos uma reconfiguração do papel do Estado no Brasil através da transferência de uma parcela de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil e para o terceiro setor²⁶. Esse processo de redefinição demonstra que o Estado

²⁵ Marx, na construção d'O Capital volume I, analisa a força motriz da produção capitalista, isto é, o fundamento principal desse modelo econômico e que é o fundamento que movimenta tal sistema: apropriação e exploração da força viva de trabalho. Assim, Marx no transcrever da primeira edição d' O Capital, traz a reflexão de que a exploração da força de trabalho representa nada mais que, as profundas contradições existentes nos moldes do modo de produção capitalista e está posta para todos os proletários do mundo, em um nível elevadíssimo de exploração através da utilização dos meios de produção, objetivando uma maior produção de mercadorias. Para tanto, o capital busca na exploração da força de trabalho a apropriação da mais-valia gerada pelos/pelas trabalhadores/trabalhadoras. A mais-valia, ou mais-valor está representada pela absorção do trabalho alheio não-pago para a criação de produtos/mercadorias. A acumulação do capital está pautada no trabalho alheio não remunerado, pelo tempo de vida tolhido do/da trabalhador/trabalhadora, sem a devida remuneração, apropriando-se de maneira indevida da força de trabalho e produzindo uma riqueza distribuída em favor da classe não produtora. Na medida em que temos o desenvolvimento do capital, em contrapartida temos a exploração da classe trabalhadora e a agudização das contradições inerentes a esse modo de produção, com isso um processo de aprofundamento das diversas expressões da questão social.

²⁶ Após a Reforma do Estado brasileiro dos anos 1990 e o desenvolvimento de políticas de cunho neoliberal, passamos a ter uma conjetura e publicização dos serviços sociais, de modo que terceiro setor e a sociedade civil estão intrinsecamente ligados. Diante das mais perversas implicações que perpassam os princípios neoliberais está a não aceitação da intervenção estatal na distribuição de bens e serviços. Por isso, há uma abertura para a mercantilização e financeirização dessas políticas por meio da transferência da execução do Estado para o terceiro setor e da responsabilização da sociedade civil pelo financiamento desses serviços. Isto sob a justificativa da ineficiência do próprio Estado, tornando, assim, o acesso aos direitos socialmente garantidos ainda mais precário, seletivos e excludente.

continuou voltado para os interesses do capital, objetivando atender a negociações do mercado internacional.

Ademais, as propostas demandadas pelo mercado estrangeiro para a viabilização de políticas sociais caminharam no sentido de precarização e privatização dessas ações, depreciando a imagem da prestação do serviço público estatal e propagandeando a sua “inoperância” e burocratização de modo que a iniciativa privada passasse a assumir responsabilidades que antes eram exclusivamente. Nesse sentido, tivemos um processo nas políticas sociais que caminhou na contramão de propostas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988.

No contexto da realidade brasileira, os estados passaram a desenvolver atrativos financeiro por meio da isenção ou incentivo fiscal, apoiando empresas da iniciativa privada e colocando-se a favor das demandas do capital, uma vez que apresentavam obstáculos para desenvolver políticas industriais (BEHRING, 2003, p. 59). As ações internacionais assumiram um papel primordial no processo de reconfiguração do Estado, principalmente no que tange as políticas sociais (sobretudo, educação e saúde), enquanto o Estado garante o sucateamento por meio do baixo ou inexistente investimento nessas políticas. Consequência disso é a precarização dos serviços abrindo amplo espaço para investimentos da via privada nesses setores. Assim, Behring afirma que:

Liberalizações, desregulações e flexibilidades no âmbito das relações de trabalho – diminuição da parte dos salários, segmentação do mercado de trabalho e diminuição das contribuições sociais para a seguridade; e do fluxo de capitais, na forma de IED e de investimentos financeiros em *portfólio*. Aqui, têm destaque os processos de privatização, reduzindo as dimensões do setor público, para livrar-se de empresas endividadas, mas principalmente para dar —guardada! aos investidores [...] (BEHRING, 2003, p. 59, grifo do autor).

As ideologias neoliberais vêm construindo uma cultura anti-estatal²⁷, de desresponsabilização da garantia e viabilização de direitos sociais pelo Estado, de transferência dessas demandas para a sociedade e de fomento a uma dominação pela via da iniciativa privada. Os ideários neoliberais vêm repercutindo negativamente no mundo do trabalho tendo como consequências reajustes estruturais que atingem diretamente a classe trabalhadora. A flexibilização das relações de trabalho é uma estratégia de diminuir os custos

²⁷ O pensamento liberal a ideia de que a iniciativa privada tem mais condições de fornecer e produzir bens e serviços para a sociedade civil de forma hábil e com menor custo que o próprio Estado, justificando as posturas assumidas pelo Estado são ineficientes e com altos índices de corrupção. Além desses fatores, o discurso propagado é o de que a intervenção estatal dentro das políticas públicas, principalmente no reconhecimento dos direitos sociais acabam deixando de desenvolver os setores econômicos do país, consequentemente prejudicando o seu desenvolvimento.

com as forças produtivas, aumentando substancialmente o trabalho informal, o processo de terceirização, a fragilização dos movimentos sindicais enfraquecendo e impedindo cada dia mais a luta por melhorias para os trabalhadores.

De acordo com Behring (2003), o que se passou no Brasil foi um processo de contrarreforma do Estado brasileiro, correlacionado a um pensamento de política neoliberal pautado numa perspectiva de flexibilização do trabalho. Assim percebe-se que o neoliberalismo se sustenta também porque empreendeu uma ostensiva perspectiva ideológica e cultural, que para se:

[...] constituir uma falsa consciência, a partir da difusão de uma visão de mundo conservadora da ordem existente, segundo a qual o mercado é a grande utopia. Tais estratégias têm sido bastante eficazes para garantir o consentimento de amplos segmentos e evitar uma radicalização da luta de classes. Para as expressões mais radicalizadas de demandas e insatisfações, restam o isolamento político e a coerção violenta (BEHRING, 2003, p. 65).

Outrossim, compreende-se que a contrarreforma do Estado se dá numa perspectiva de Estado liberal. Especialmente se percebe que o processo de desenvolvimento do Estado neoliberal brasileiro representa “[...] as linhas gerais de uma verdadeira contrarreforma [...]” (BEHRING, 2003, p. 58). E, de acordo com a autora o Estado brasileiro, “[...] esteve diante de uma contrarreforma do Estado, que implicou um profundo retrocesso social, em benefício de poucos” (BEHRING, 2003, p. 22). Desse modo, a autora enfatiza que:

[...] Trata-se de uma *contrarreforma*, já que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário, na medida em que são observadas as condições de vida e de trabalho das maiorias, bem como as condições de participação política. [...] As políticas neoliberais comportam algumas orientações/condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade (BEHRING, 2003, p. 58-59, grifo do autor).

Partindo dessa compreensão e análise a perspectiva ideológica central do processo de contrarreforma do Estado (e conseqüentemente da educação superior) baseou-se na mercantilização das políticas sociais, que não suprem as reais necessidades da sociedade, sendo cada vez mais focalizadas, seletiva e paternalista, e com repercussão desastrosa na desqualificação dos serviços públicos.

3 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Com a queda da ditadura militar no início dos anos 1980, o país vivenciou um novo período, marcado pelo processo de democratização da sociedade, com a promulgação da Carta Magna, Constituição Federal de 1988. Novas propostas foram pautadas nos termos legais dos marcos da educação brasileira, posto que tal política seria considerada direito de todos/todas e dever do Estado, da família e da sociedade civil, devendo ser garantida e ofertada gratuitamente. Todavia, alguns aspectos foram moldados de forma a garantir benefícios para a iniciativa privada. No âmbito da educação, principalmente o Ensino Superior.

No percurso histórico da educação brasileira, vale ressaltar que as políticas desenvolvidas atenderam principalmente a perspectiva de manutenção e benefícios estratégicos para o capital. No Brasil, que tem uma economia baseada no modelo econômico capitalista, o capital precisa articular meios para que alcance seu auge de lucratividade. Segundo Lima:

[...] a expansão da educação superior caracterizou-se pela marca de um intocável privilégio social, que começava e terminava nas fronteiras das camadas dominantes. No Regime burguês-militar, essa expansão operou uma efetiva ampliação da ação do setor privado, induzida pelos acordos do governo brasileiro com os organismos internacionais do capital. (LIMA, 2012, p. 12).

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1994-1997 e 1998-2002), o país foi marcado pela reforma do Estado brasileiro, conseqüentemente, um de seus desdobramentos foi o processo de contrarreforma do ensino superior. A educação passou a ser vista não mais como um direito do/da cidadão/cidadã, mas sim, como uma manobra de crescimento econômico e remodelamento do capital. Desse modo, os objetivos da contrarreforma na educação para além da ampliação do ensino, perpassaram por pela adaptação da universidade ao quesito de prestação de serviços, enfatizando a flexibilização do processo de aprendizagem, reduzindo a autonomia universitária e estreitando os laços com a iniciativa privada. Em conformidade Lima:

O projeto neoliberal para a universidade brasileira é claro e articula três núcleos básicos. Em relação ao projeto político-pedagógico, operacionaliza a redução de um número significativo de universidades públicas e/ou de unidades de ensino a —instituições de ensino de graduação através da quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em relação ao financiamento da política de educação superior ocorre o estímulo à privatização interna das instituições públicas e o aumento, tanto da isenção fiscal para os empresários da educação superior, como do número de IES privadas. Em relação ao trabalho docente, evidencia-se a sua intensificação, estimulada pelo número de alunos e turmas nas —instituições e/ou

unidades de ensino e pela lógica produtivista e da competição pelas verbas dos órgãos de fomento nas IES e/ou unidades com política de pós-graduação e pesquisa já consolidada (LIMA, 2012, p. 18).

Destarte, precisa ser frisado, que foi no governo FHC que tivemos a implantação, no ano de 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Esta lei fundamentou-se na perspectiva da política neoliberal e conservadora²⁸ que, naquele momento já assolava o país. Desse modo, ficou garantida a existência e o aumento de instituições públicas e privadas de ensino, assegurando um caminho livre para investimentos em educação para o capital financeiro.

A expansão e avaliação do ensino superior encontram-se inseridos em um plano de reordenamento do Estado brasileiro, determinado pela materialização e dissolução da estreita relação entre o público e privado. Partindo da análise dessa parceria entre Estado e o capital financeiro, temos um grande incremento para a iniciativa privada por meio de incentivos fiscais destinados a essas empresas. As privatizações das instituições públicas de ensino vêm com intuito de reduzir a presença do Estado enquanto agente promotor e regulador de políticas públicas, desresponsabilizando a figura estatal da garantia e viabilização de direitos garantidos, transferindo seu papel para iniciativa privada.

A diversificação das instituições de ensino superior e dos cursos também foi aprofundada, além da estrutura das universidades, centros universitários e faculdades isoladas²⁹ foram criadas. A reformulação da política de educação superior incorporou os cursos sequenciais, os cursos de curta duração, as chamadas Ead's (Ensino de Educação a Distância), os cursos de formação geral e formação específica. Ainda possibilitou a emissão de diplomas, certificados e atestados de aproveitamento como formas de aligeiramento da formação profissional. Esse processo de reorganização do processo ensino-aprendizagem não levou em conta os três princípios educacionais - Ensino, Pesquisa e Extensão - precarizando ainda mais o ensino superior e propiciando a formação de profissionais acríticos.

Portanto, é inegável que a educação se tornou um meio importante e certo do capital para se obter lucro. Essa imagem mercantil da educação é justamente o contrário do seu real

²⁸ Na medida que se instaurou o neoliberalismo no Brasil, o capitalismo começou a vislumbrar planos estratégicos para a obtenção e exploração de lucros para o capital, e será no campo educacional que tais estratégias começarão a ser implantadas. Como sabemos, o neoliberalismo propaga a não intervenção do Estado na economia, mas, principalmente, a diminuição do investimento nas políticas sociais, objetivando que as ações desenvolvidas nesse campo sejam realizadas pelas iniciativas privada. Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (lei 9.394) de 1996, vamos ter a descentralização das competências e atribuições dos setores educacionais de modo a desresponsabilizar o Estado enquanto agente promotor de políticas públicas, transferindo-as para esfera da iniciativa privada. Tal estratégia de desresponsabilização do Estado com a educação retira o direito do acesso e garantia da educação para todos, passando a ser uma condição de privilégio, tornando-se ainda mais seletiva e excludente.

²⁹ Para mais informações acessar o Portal do MEC (<http://www.portal.mec.gov.br/>).

valor, do seu verdadeiro sentido enquanto um direito social e um dever do Estado. Mas, não basta constar como direito na Constituição Brasileira, se esse direito não se institui na prática não é suficiente se estiver apenas papel. Enquanto isso, o processo de mercantilização da educação continua a crescer, haja vista que continua sendo alimentando.

Dados revelam, que expansão e ampliação da educação aumentou tão consideravelmente que chegam a assustar. As universidades privadas dominaram o mundo das Instituições de Ensino Superior - IES. Dados do MEC/INEP (2013) revelavam uma taxa preocupante quando informaram que 74% das matrículas de graduação foram realizadas nas universidades privadas e apenas 26% nas universidades públicas. Segundo dados do INEP extraídos do artigo “Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades” (2014), a privatização na educação vem sofrendo significativas transformações, encontrando no decorrer do processo de expansão possibilidades para seu desenvolvimento de forma grandiosa e eficaz.

Entre os anos de 2012 e 2013 houve mais aumento da rede privada, segundo dados do INEP do resumo técnico do Censo da Educação Superior (2013). Segundo esse resumo, o Brasil marcar em 2013: 7.305.977 matrículas nos cursos de ensino superior, havendo um crescimento nas matrículas do ensino superior de 3,8%, destes, 1,9 na rede pública e 4,5 % na rede privada, sendo perceptível o crescimento. Além disso, os dados revelam que 74% das matrículas na graduação foram feitas nas instituições da iniciativa privadas. Vale destacar ainda, que nesse mesmo ano as instituições privadas representavam 87,4 da IES do Brasil. Sendo assim, é possível observar o protagonismo alcançado pelas instituições privadas desde aquele momento, e que diante do apoio do financiamento do Estado continua a ampliar.

Todos esses dados, além de demonstrar a mercantilização da educação, expressam que existiu terreno favorável e facilitado para a criação de IES privadas, além disso, algumas estratégias contribuíram significativamente para a ampliação dessa lógica, como é o caso da implementação do Programa de Universidade para Todos - PROUNI, programa de bolsas de estudos para cursos de graduação em instituições privadas; e do Programa de Financiamento Estudantil – FIES, uma maneira de financiar esses curso para facilitar seu acesso.

Sendo assim, a tendência frente a essa realidade era de grandes possibilidades de maior crescimento e expressividade dos dados de expansão do ingresso nos cursos das redes privadas. E a previsão foi confirmada. Em 2014, de acordo com os dados do INEP, de um total de mais de 3,1 milhões de alunos que ingressaram em cursos de educação superior de graduação, 82,4% foram em instituições privadas. Mostrando mais uma vez, que a rede

privada demarca uma participação cada vez mais assídua na educação superior, correspondendo 87,4% das instituições de educação superior no Brasil.

Contudo, o capital compreende a educação não como um direito social e sim como um nicho de mercado para obtenção de lucro, capaz de agregar mais capital e incorporar outras alternativas para aumentar sua acumulação de riquezas. O que se pode observar é que por mais que os dados de expansão de ingressos na educação superior tenham mostrado variações mais ou menos expressivas, eles também revelam que o acesso às instituições privadas tem se mostrado favorável e positivo nos últimos anos e encontra-se em constante aumento.

Essa conjuntura decorre do grau de desenvolvimento do modo de produção adotado pelo capital e da mercantilização que ele realiza na educação. Além disso, as possibilidades que o capital cria e encontra para explorar determinado campo e obter ainda mais lucro transforma a educação numa mercadoria em nome do crescimento financeiro, negando-a como direito do cidadão. Tornando, assim, a luta por uma educação gratuita, pública e de qualidade ainda mais desafiadora e necessária.

3.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO FHC

Em conformidade com Chagas (2015) O processo de formação da educação brasileira sempre foi pautado em uma perspectiva elitista e da iniciativa privada, donde apenas quem fazia parte da alta e pequena burguesia tinha acesso aos meios educacionais. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 obtivemos o surgimento de uma universidade operacional, como afirma Chauí (1999) ao analisar que após os anos 1990, com o processo de Reforma do Estado, os direitos passam a ser ofertados a fim de atender e desenvolver os interesses da própria estrutura econômica mundial e local do capital. A educação neste momento passa a ser tratada com uma instituição organizacional.

A partir das reflexões propostas pela autora, podemos inferir que após esse período a universidade passa a ter um aspecto mais funcional do que educacional, na medida em que busca atender a flexibilização do modo de produção capitalista, trazendo uma lógica educacional cada vez mais preocupada em formar profissionais minimamente qualificados para movimentar o ciclo do capital.

Ademais, podemos afirmar que o decurso da educação brasileira foi pautado por via de influências de pensamentos e ideias neoliberais que adentravam no país neste período, promovendo o desenvolvimento econômico com o intuito de diminuir os investimentos na

educação, tencionando cada vez o processo de precarização e ampliação das instituições de ensino pública e/ou privadas.

A reformulação da educação superior na década de 1990 está inserida em um processo mais amplo de reordenamento do papel do Estado na periferia do capitalismo, considerado como uma das principais estratégias da burguesia internacional para o enfrentamento da crise estrutural do capital. (LIMA, 2005, p. 129).

Com a ampliação e solidificação da Reforma do Estado e, conseqüentemente da educação, perceber-se que dentre os países que pertencem a América Latina, o Brasil está classificado com um dos mais países mais privatistas e elitista no que tange a educação. Destarte, o propósito de tal reforma foi à transferência e/ou mudança das instituições públicas na perspectiva de deixar de ser um direito garantido e fornecido pelo Estado para ser um serviço ofertado pela iniciativa privada, modificando e retrocedendo no que se refere a autonomia relativa das universidades. Em conformidade com Castro (2010, p. 195), a captação de recursos para investimentos aconteceria pela via de parcerias com instituições da iniciativa privada, de modo que o ensino não seria totalmente mais financiado unicamente pela via estatal.

De acordo com o aludido autor, a forte pressão e o apelo popular no período eleitoral fizeram com que o processo de ampliação e acesso às IES aumentasse ainda mais os caminhos para abertura do financiamento do capital estrangeiro, diminuindo e, por vezes, retirando do Estado o papel de agente promotor e assegurador do fornecimento dessas políticas públicas, sob a justificativa que o mesmo não estaria cumprindo com suas competências. Essa reforma esteve orientada pelos setores internacionais que obtinham interesse na disseminação e organização de estratégias que promovessem o capital internacional, dentre eles, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Assim, Lima afirma que:

Ao longo da década de 90, desencadeia-se uma ampliação do espaço privado não somente nas atividades diretamente ligadas à produção econômica, mas também no campo dos direitos sociais conquistados pelas lutas da classe trabalhadora, o que gera um aprofundamento no processo de mercantilização da educação. Este processo torna-se exposto na educação superior, na medida em que o discurso dos organismos internacionais ressalta que a este nível de ensino é destinado um montante de verbas públicas maior do que para a educação básica. Esta política, nesta perspectiva, deveria ser revertida com a garantia de verbas para a educação básica, especialmente para a educação fundamental, através da diversificação das fontes de financiamento da educação superior. (LIMA, 2003, p. 146).

Por conseguinte, o governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado por uma intensa Reforma do Estado Brasileiro. Um de seus principais feitos foi a contrarreforma executada nas políticas educacionais do país, abrindo as portas das universidades públicas para os financiamentos de empresas internacionais. Conseguindo, assim, privatizar o âmbito público,

ampliar e promover o desenvolvimento de instituições na perspectiva da iniciativa privada. Nesse sentido, a educação não seria mais um direito garantido aos cidadãos, mas uma estratégia de manipulação e promoção dos interesses do capital, trazendo uma falsa ilusão de redução dos índices de pobreza e desigualdade que assolava o país no referido período. Em conformidade:

A necessidade de acelerar as inovações tecnológicas, associada a cada vez mais contundente dependência do país em relação ao capitalismo central, coloca para a universidade brasileira um novo e estratégico papel. Isso dá o tom da contrarreforma universitária nacional. [...] A necessidade de um novo perfil da força de trabalho formada nas universidades, de um novo perfil das pesquisas, financiadas e determinadas pelas necessidades do mercado, além da chamada racionalização de recursos públicos, para que a maior parte do fundo público se direcione ao mercado financeiro, são parte da estratégia mundial do capital na tentativa de superar mais uma crise. (CISLAGHI, 2011 apud CHAGAS, 2015, p. 126).

Outrossim, o ensino superior no Brasil, principalmente após o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) demonstrou maior proximidade com os ideários neoliberais, de modo que ratificou a relação entre o discurso e a prática. Nota-se um aprofundamento do financiamento da esfera pública pela parceria público-privada, considerando que obtivemos uma ampliação de cursos pagos de extensão, encurtando os laços da relação entre instituições privadas e universidades públicas.

Para reafirmar a reforma no Estado brasileiro dentro de uma lógica de reestruturação do próprio capital, bem como da consolidação da iniciativa privada em detrimento do investimento público, o governo de FHC criou o Ministério da Administração Federal da Reforma do Estado - MARE, tendo como ministro o senhor Bresser Pereira. O documento basilar da Reforma do Estado foi denominado de Plano Diretor da Reforma do Aparelhos do Estado - PDRAE, que reafirmou os planos e metas da implantação dos ideários neoliberais no país, apoiado por pessoas com interesses econômicos e políticos pessoais que objetivavam a privatização de alguns setores públicos e a abertura do espaço para corporações de caráter público-privado.

Partindo desse pressuposto, temos um caminho demarcado pela privatização da educação, como também de alguns setores da esfera pública estatal. O autor Bresser Pereira, através dos planos e metas buscar alcançar uma universidade publicizada, com a finalidade de manter uma transferência tanto na organização das universidades, como também na área de financiamento, a partir de uma política gerencial³⁰, onde deixaríamos ter um direito único e

³⁰ “Reconstrução do Estado que significa: recuperação da poupança pública e superação da crise fiscal; redefinição das formas de intervenção no econômico e no social através da contratação de organizações públicas não-estatais para executar os serviços de educação, saúde e cultura; e reforma da administração pública com a implantação de uma administração pública gerencial. Reforma que significa transitar de um Estado que promove

exclusivamente garantido pelo Estado e passaríamos a ter um serviço de caráter privado. Sob a ótica do mentor Bresser Pereira, tal atitude estaria longe do que poderíamos chamar de privatização do ensino público, mas uma universidade publicizada.³¹ Assim, Bresser Pereira idealiza que:

No meio, entre as atividades exclusivas de Estado e a produção de bens e serviços para o mercado, temos hoje, dentro do Estado, uma série de atividades na área social e científica que não lhe são exclusivas, que não envolvem poder de Estado. Incluem-se nesta categoria as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e /tecnológica, as creches, os ambulatórios, os hospitais, entidades de assistência aos carentes, principalmente aos menores e aos velhos, os museus, as orquestras sinfônicas, as oficinas de arte, as emissoras de rádio e televisão educativa ou cultural, etc. Se o seu financiamento em grandes proporções é uma atividade exclusiva do Estado – seria difícil garantir educação fundamental gratuita ou saúde gratuita de forma universal contando com a caridade pública - sua execução definitivamente não o é. Pelo contrário, estas são atividades competitivas, que podem ser controladas não apenas através da administração pública gerencial, mas também e principalmente através do controle social e da constituição de quase-mercados. (BRESSER PEREIRA, 1995, p. 25).

Ademais, vale salientar que no percurso da Reforma do Estado no governo de FHC, a aprovação (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da educação em 1996, foi uma estratégia de articulação entre o conservadorismo e a política neoliberal. Reafirmou-se a possibilidade de ampliação das instituições públicas/ estatais e da iniciativa privada, garantindo e reforçando o que já havia sido constitucionalmente aprovado na Constituição de 1988. De acordo com IAMAMOTO (2000), foi uma lei que gerou fortes impactos dentro do modelo de educação superior do país com viés na política neoliberal. Desse modo podemos destacar:

É preciso lembrar que, em sintonia com os dispositivos constitucionais, a LDB abre a possibilidade de que os recursos públicos possam ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas [...]. O confronto entre os artigos 20 e 77 permite constatar que a abertura à concessão de recursos públicos ao ensino privado é bastante elástica. No limite, qualquer instituição é passível de receber recursos. Parecem por demais ambíguas e maleáveis as definições de comunitário e confessional, escapando o filantrópico a qualquer controle mais rígido (VIEIRA, 2010 apud CHAGAS, 2015, p. 126-127).

De mais a mais, analisaremos as intensas reconfigurações das políticas de educação superior no Brasil planejadas durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva que adentram em um vasto reordenamento do Estado brasileiro. Em consonância com Lima e Pereira

diretamente o desenvolvimento econômico e social para um Estado que atue como regulador e facilitador ou financiador a fundo perdido desse desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 17).

³¹ A estratégia da reforma do Estado se apoia na publicização dos serviços não exclusivos do Estado, ou seja, na sua absorção por um setor público não-estatal, onde, uma vez fomentados pelo Estado, assumirão a forma de organizações sociais. Essa forma de parceria entre sociedade e Estado, além de viabilizar a ação pública com mais agilidade e maior alcance, torna mais fácil e direto o controle social, mediante a participação, nos conselhos de administração, dos diversos segmentos beneficiários envolvidos. As organizações nesse setor gozam de uma autonomia administrativa muito maior do que aquela possível dentro do aparelho do Estado. Em compensação, seus dirigentes são chamados a assumir uma responsabilidade maior, em conjunto com a sociedade, na gestão da instituição (BRASIL, 1998, p.10).

(2016), verificamos que tal reorganização está circunscrita na dissolução das fronteiras entre público e privado, consubstanciada pela desresponsabilização do Estado por via da iniciativa privada. A materialização de tal reorganização perpassou pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, quando a educação deixa de ser uma iniciativa exclusiva do Estado, enquanto um bem público, passando a adentrar em um modelo privativo de educação.

3.2 UMA BREVE ANÁLISE DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) E SUA APROXIMAÇÃO COM AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS.

Compreendemos que é necessário debater e analisar com se deu a expansão das políticas educacionais do Brasil a partir de 2002, mais especificamente no governo Lula, dado que nos seus mandatos tivemos marcos históricos consideráveis no modelo de educação do país. Dessa maneira, avaliamos que é possível perceber a continuidade das parcerias entre público-privado no âmbito das políticas de educacionais com intuito de manter e montar novas estratégias de aproximação com os moldes de produção capitalista, movimento que já vinha sendo feito desde o seu antecessor.

Para tanto, faz-se necessário um breve resgate histórico da formação do Partido dos Trabalhadores (PT), legenda partidária de Lula, que nos tratar subsídios para compreender como foram feitas novas alianças com o capital financeiro, para assim chegar a ascensão do poder nos anos 2000. Sabe-se que o PT foi um partido que nasceu voltado para os interesses das lutas da classe trabalhadora, todavia, planos estratégicos foram sendo traçados para que tivessem apoio dos grandes empresários do país e para assim ter condições de chegar à presidência. Contraditoriamente, tais planos e metas estavam longe de atender aos princípios norteadores que fomentaram o surgimento do referido partido.

Além do mais, a conjuntura histórica que vivenciava o país no período de sua fundação era bem adversa, marcada por intensas greves fomentadas pelo movimento dos trabalhadores da época³². Os operários minimamente organizados lutavam pela garantia de seus direitos junto a outros movimentos, tornando ainda mais insustentável o regime ditatorial. Foi em meio a tantas greves no ABC Paulista³³, mobilizações e insatisfação de toda

³² Considera-se que neste momento o Brasil vivenciava um contexto de luta dos trabalhadores contra a repressão ditatorial. Logo, nos anos 80 —a ditadura estava em franco declínio, seu aparelho repressivo, ainda intacto, e embora em atividade, intimidava cada vez menos. Mesmo entre as elites, principalmente entre elas, talvez, prevaleciam as tendências favoráveis à democratização do país (REIS, 2007, p. 1).

³³ De acordo com o MEMORIAL DA DEMOCRÁCIA “No dia 12 de maio de 1978, os trabalhadores da fábrica de caminhões da Scania, em São Bernardo do Campo (SP), cruzaram os braços exigindo um aumento salarial de 20%, acima do reajuste estipulado pelo governo. A greve da Scania – que rapidamente se alastrou por um grande

a sociedade que foi fundado o Partidos dos trabalhadores. De acordo com Abramides e Cabral:

Os trabalhadores – a classe operária, os assalariados, os pequenos comerciantes, os camponeses, os estudantes – começam a se organizar e buscam ampliar os canais por intermédio dos movimentos populares e sindicais. Essa organização se concretiza na perspectiva da autonomia e liberdade dos movimentos em relação ao Estado e aos partidos políticos (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 73).

Ademais, a organização política do Estado brasileiro proporcionou a formação do referido partido em um movimento que se iniciou nos anos 1970 e se concretizou nos anos 1980. O processo de redemocratização da sociedade esteve intrinsecamente ligado a formação do partido, de modo que sua organização inicial teve apoio de grande parcela da classe trabalhadora, sendo esta fomentadora desse processo. O partido reforçava sua base teórica no pensamento crítico e criticava os princípios do capital e os ideários do neoliberalismo. Diante disso Iasi afirma que:

A criação do PT em 1980 só pode ser explicada como um momento de emergência das lutas sociais que encontrou na retomada da luta sindical e operária um ponto de fusão de classe, cuja expressão política foi a formação de um partido que buscava representar os setores que naquele momento se levantavam em lutas específicas e que confluíram finalmente para uma questão maior ao se contraporem à ditadura, mudando, assim, o caráter da abertura restrita e sob controle que estava nas intenções iniciais dos militares. (IASI, 2012, p. 375).

A construção desse partido foi baseada na crítica ao modo de produção capitalista e ao monopólio instaurado por este sistema, embora, com o passar dos anos essa característica foi sendo perdida e passamos a ter uma maior aproximação com setor industrial brasileiro e os grande detentores dos meios de produção, a fim de obter apoio político. Após 03 (três) derrotas consecutivas (1989-1994 e 1998) um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores chega a presidência. Nas eleições de 2002 Lula foi eleito com 60% dos votos válidos contra o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin.

O Partido dos trabalhadores vivenciou uma fase de defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora anos 1980, contudo, no final da década de 1990, a tendência interna majoritária no partido inicia um processo de aproximação e submissão aos ideários do

número de fábricas na região do ABC paulista – foi o sinal de que um poderoso ator social estava entrando em cena no país: a classe trabalhadora. O movimento expressava um novo sindicalismo; combativo, autônomo e organizado a partir da base. Surpreendeu a ditadura e alterou os rumos da “abertura”, a transição conservadora do regime que excluía os trabalhadores. O Novo Sindicalismo, ou “sindicalismo autêntico”, como também se tornou conhecido, desafiou a legislação antigreves e começou a romper as amarras da organização sindical subordinada ao Estado, modelo implantado no país desde a década de 1940. Os trabalhadores impulsionaram a luta pela redemocratização não somente por meio de greves: iriam criar seu próprio partido, o PT, em 1980, e a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, em 1983. Articulado com outros movimentos sociais, o Novo Sindicalismo levaria a pauta dos trabalhadores às ruas e à Assembleia Constituinte (1987-1988), conferindo nova qualidade à luta política na transição da ditadura para o regime democrático” (INSTITUTO LULA, 2017, ONLINE).

neoliberalismo, quebrando os com a perspectiva da teoria marxiana, estreitando os laços com o projeto político de organização do capital e com os setores industriais, assaltando-se paulatinamente do programa histórico.

Após assumir a Presidência, Lula trabalhou em uma lógica de políticas compensatórias, focalizadas e seletivas deixando para trás o desejo de mudança na estrutura basilar da sociedade. Ainda que tenha implementado o maior programa de transferência de renda do país, o Programa Bolsa Família -PBF, não alterou as bases que alicerçam as desigualdades. As mudanças ocorridas por meio do PBF oportunizaram uma falsa ideia de melhoria nas condições de vida classe trabalhadora, ainda que a inserção efetivamente tenha ocorrido pelo acesso a alguns bens. Paralelo a isso, as estratégias políticas do governo trouxeram mais benefícios para o capital financeiro, dando continuidade ao projeto de governo que antecedeu ao seu.

Para tanto, podemos afirmar que durante os dois mandatos do Presidente Lula (2002-2006-2010), o Estado foi tomado no campo, principalmente no campo econômico, por políticas que se assemelham aquelas desenvolvidas pelo projeto de cunho neoliberal. Ao dar continuidade a medidas implementadas no governo precedente, atendeu aos interesses do grande capital financeiro, contradizendo o projeto inicial da formação do PT. Braz afirma “fechamos um diagnóstico no qual o governo Lula pode ser caracterizado, objetivamente, como executor das políticas de ajuste neoliberal, pois as operou sem escrúpulos, subordinando-se, docilmente, aos seus comandos” (BRAZ, 2004, p. 55).

Portanto, no decorrer das páginas seguintes poderemos identificar a direção política do referido governo, fruto das alianças e negociações que possibilitaram a sua eleição. A maioria das políticas desenvolvidas passaram a atender aos anseios do capital, numa perspectiva de cunho privatizando e mercadológico. Vamos identificar essas características principalmente, mas não apenas, nas políticas de expansão da educação, que tomaram o direcionamento privativo e mercantil.

3.3 AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL OCORRIDO NOS PERÍODOS QUE SUCEDERAM O GOVERNO LULA

Para o debate em questão é precípua trazer algumas reflexões acerca das transmutações e modificações que a Educação Superior passou nos últimos anos, tornando-se imprescindível trabalhar, como elementos pertinentes, os impactos sofridos nas políticas de

educação, bem como os processos de reestruturação da Educação Superior a partir do primeiro lustro dos anos 1990.

Desse modo, vale destacar que iremos trazer análises acerca das reformas para o ensino superior no Brasil, em especial, dos nos três últimos governos: Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2014-2016) e do atual presidente Michel Temer, que por meio de um processo de impeachment tomou posse em 2016³⁴. Esses governos desenvolveram reformas políticas e educacionais em um cenário de expansão da educação que sobrevive em meio a constantes crises de competitividade e produtividade.

Com o governo de Lula, afluíram as expectativas, principalmente as camadas populares da sociedade, que visualizaram na tomada de posse do ex-operário e sindicalista o advento de uma nova fase política no Brasil. A esperança estava em que seu governo viesse a tomar decisões díspares do governo anterior que implementou a política neoliberal de forma tão voraz no país.

Todavia, as ações implementadas pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, desde o início de seu primeiro mandato, trouxeram indícios de que seu governo permaneceria com o padrão ideo-político já instaurado anteriormente pelo seu antecessor. Porém, demarcou diferença ao tentar conciliar algumas políticas de interesse da classe trabalhadora com aquelas que atendem à burguesia internacional e nacional, mantendo o fortalecimento do capital estrangeiro e ratificando o compromisso com os organismos multilaterais. Desse modo, ficou evidente que a condução do governo de Lula seguiu os caminhos trilhados por FHC.

A postura assumida pelo governo no quesito política de educação foi pautada nas orientações das ligas internacionais, Banco Mundial e FMI. A estratégia adotada fortaleceu a ampliação das universidades públicas federais e abriu caminho para a implantação e expansão das faculdades privadas. Em consonância Braz:

Se a eleição de Lula significou impor uma relativa inflexão ao projeto neoliberal, imprimindo tensionamentos de natureza distintas ao quadro político nacional, na medida em que forças políticas oriundas —de baixo! se credenciaram a assumir

³⁴ No transcorrer de 2016 cinquenta pedidos de *impeachment* foram protocolados na **Câmara dos Deputados** contra Dilma Rousseff por alegação de improbabilidade fiscal. Todavia, somente um deles foi atendido pelo então presidente da Câmara, o deputado **Eduardo Cunha**, em 2 de setembro de 2016, hoje preso acusado de corrupção. O pedido em questão foi formulado e protocolado em outubro do respectivo ano, pelos juristas **Janáina Conceição Paschoal, Miguel Reale Jr. e Hélio Bicudo**. Após de seu acolhimento o pedido seguiu para apreciação na Câmara dos Deputados, à qual foi incumbida o poder de decisão se o mesmo seria levado adiante (admissibilidade) ou não. Depois dos trâmites iniciais, no dia 17 de abril de 2016, foi realizado no plenário da Câmara, a votação que decidiu pela prossecução. Assim, 367 deputados votaram favoráveis a admissão e o pedido seguiu para o Senado Federal. No dia 12 de maio, foi realizada uma sessão plenária dos senadores para viabilizar os trâmites iniciais do processo de *impeachment*. De um total de 81 senadores 55 votaram a favor da abertura. Desde então, Dilma Rousseff, teve que se manter afastada do cargo de presidenta até a conclusão. O então Vice-Presidente Michel assumiu interinamente até o dia da votação do *impeachment* de Dilma Rousseff, tomando posse em seguida.

espaços antes nunca possíveis a elas, por outro o projeto vitorioso esbarra na hegemonia mundial do neoliberalismo, que suplanta politicamente projetos nacionais, Estados nacionais, suas instituições e formas de representação política (BRAZ, 2004, p. 52).

Braz (2004), ainda ressalta que o projeto ideo-político que levou o Partido dos Trabalhadores a presidência estava longe de assumir uma transição socialista no país, expressava apenas a conservação e manutenção do modo de produção capitalista no Brasil. Desse modo, o autor afirma que o propósito desse governo era englobar uma relativa união entre as classes, ou seja, aproximar os grandes detentores dos meios de produção (capitalistas) e classe que vive do trabalho (operários).

O governo Lula implantou um conjunto de reformas políticas e sociais afim de atender as necessidades dos/das trabalhadores/trabalhadoras que no transcorrer do percurso histórico foram esquecidos. Todavia, o discurso do projeto “transformador” do PT caiu por terra quando os interesses do capital financeiro foram privilegiados e os direitos da classe trabalhadora mais uma vez foi esquecido. Segundo Chagas (2015), o PT apresentou um plano de governo político e econômico que objetivava a valorização, expansão e super exploração do capital. Desprezando, por exemplo, a defesa da Reforma Agrária em detrimento da ampliação do agronegócio “em nome da propalada — “modernização” (financiada pelo BNDES desde o governo Collor até o período atual com Dilma)” (CHAGAS, 2015, p. 151). Ainda segundo a autora, o agronegócio retirou parte dos trabalhadores/trabalhadoras do campo, promovendo um processo de êxodo rural, além da destruição de saberes e principalmente na fauna e flora dessas regiões.

Ademais, o Partidos dos Trabalhadores operou em uma perspectiva de flexibilização³⁵as condições de trabalho, ou seja, colocou os interesses do capital em detrimento dos direitos da classe trabalhadora. Essas ações foram marcadas por processos de precarização, informalidade e terceirização, resultando em uma exploração exacerbada da classe trabalhadora. Para tanto, é perceptível nesse governo que o Estado brasileiro esteve a serviço do grande capital e a favor do projeto neoliberal, afastando os princípios iniciais de seu projeto de governo.

³⁵ “A subcontratação, terceirização, externalização do trabalho, ao retirar o trabalhador da formal (e regulamentada por lei) relação salarial, permite ao capital dispor, quase na sua totalidade, da mão de obra de acordo com suas necessidades. A relação “formal” (regulada e relativamente protegida e com a presença do Estado) passa agora a se tornar “informal” (desprotegida, desregulamentada e numa relação direta quase pessoal, entre empregado e empregador, por cada empresa e sem mediação, compulsória de leis, direitos e do Estado). Agora a tendência é que quase todos os postos de trabalho dependam das flutuações do mercado, estando o trabalhador na sua quase totalidade mercê desse processo, sem garantias, sem estabilidade. Assim, os trabalhadores aparecem dispostos a reduções salariais e de “direitos” trabalhistas como forma de preservar o ameaçado posto de trabalho criando uma tendência decrescente do salário, caracterizando uma perda do poder sindical” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 199-200).

O processo de financeirização repercute diretamente no embate das políticas sociais, organizando um modelo de proteção social baseado no modelo neoliberal, ou seja, o Estado deixa de assumir a responsabilidade com a proteção social e passa a ser mero regulador de políticas, transferindo sua função para o próprio capital e para a sociedade civil, pautando uma lógica mercantil de seguridade social.

Desse modo, são criadas políticas focalizadas e seletivas, afim de amenizar um nível de pobreza extrema existente no país. O governo Lula intensificou a ampliação do Programa Bolsa Família (PBF)³⁶, além de aumentar o volume de créditos e o salário mínimo, dando uma falsa ilusão de ascensão social/crescimentos econômicos e uma inclusão das camadas mais subalternas da sociedade.

Vale reiterar, que o PBF é um programa não universal, mas sim uma complementação de renda a uma família que já vive o estado de miserabilidade social extrema. Assim, o auxílio vem com intuito de complementar a renda familiar para que as famílias em situação de pobreza tenham algum tipo de acesso a itens para subsidiar algumas demandas, todavia, não comporta todas as necessidades básicas e estruturais de um núcleo familiar. Assim:

O Bolsa Família se constitui, de fato, numa política assistencialista e clientelista e, portanto, manipulatória do ponto de vista político, em particular em se tratando do seu público alvo: uma massa de miseráveis desorganizada sem experiência associativa e de luta por seus direitos. A renda por ele transferida às famílias não se constitui num direito social, podendo ser reduzida e/ou retirada a qualquer momento, ao sabor dos interesses de cada governo – bem ao gosto da política fiscal liberal ortodoxa, com não concorda com nenhuma vinculação orçamentária entre receita e despesa; com exceção, obviamente, do pagamento dos juros da dívida pública (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007, p. 31).

Corroborando com os autores, constatamos que plano de governo implantado pelo PT foi alicerçado por políticas focalizadas e compensatórias norteadas pelos princípios do Banco Mundial e pelo FMI. De acordo com Druck e Filgueiras (2007), a estruturação de políticas sociais como estas nada mais é que um meio e/ou instrumento regular/manipulador da própria política sob uma parcela da sociedade pois fomenta um discurso da dependência desses indivíduos perante esse auxílio de transferência de renda. Desta forma, são criadas políticas de negação dos direitos sociais e de políticas universais em detrimento do próprio capital financeiros, reformas e contrarreformas que objetivam o poderio da grande máquina que é o capital. Nesse sentido, os autores afirmam que:

Esse tipo de política social, que se originou da preocupação das instituições multilaterais, em particular o FMI e o Banco Mundial, com a instabilidade política dos países da periferia do capitalismo – em muito agravada com a implementação das políticas e reformas econômicas liberais –, passou a ser recomendada

³⁶ O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003.

enfaticamente por essas instituições a partir, principalmente, do final dos anos 1990, após a ocorrência de sucessivas crises econômicas (DRUCK e FILGUEIRAS, 2007, p. 25).

Para além disso, o governo lula dá continuidade ao plano de governo de FHC na medida em que traz mais uma vez a discussão da reforma de previdência, e de reformas de algumas leis trabalhistas a fim de flexibilizar ainda mais as condições de trabalho da classe trabalhadora.

O intuito de políticas focalistas, seletivas e excludentes é apresentar, aos olhos das classes menos favorecidas da sociedade, comprometimento do governo com a sociedade. Todavia, o que realmente existe é uma “maquiagem” por trás do real interesse do Estado: o financiamento e serviço de base compensatória para o capital. As políticas sociais durante o transcorrer do Governo Lula objetivam trazer privilégios ao governo em cena, uma vez que irá proporcionar aos/as trabalhadores/trabalhadoras uma ascensão social, o que propicia a redução significativa da extrema pobreza no Brasil.

No que corresponde às políticas destinadas a promover o avanço nas políticas educacionais do ensino superior, podemos afirmar que estas estiveram sitiadas em razão do confronto de interesses do governo, que sujeitou as universidades públicas e federais a um processo de precarização e sucateamento. Essas instituições ficaram “à mercê” de investimentos de empresas privadas e submetidas à cobiça de organismos internacionais, de modo que se consumou o propósito de mercantilização do ensino superior público do país intensificado através do processo de privatização já previsto no governo de FHC.

Para a compreensão de percurso histórico e dialético que é a proposta do caminho a ser traçado para nosso estudo sobre a educação superior brasileira, temos que avançar também na análise do governo subsequente, pois traz outros subsídios para nossas reflexões.

Sendo a primeira Presidenta mulher a tomar posse no Brasil em 01 de janeiro de 2011 até 2015, Dilma Rousseff³⁷ foi reeleita em 2016, porém sofreu processo de *impeachment* e foi afastada em 12 de maio de 2016 condenada pelo Senado por ser acusada de crime irresponsabilidade fiscal. A partir de então o vice-presidente, Michel Temer, tomou posse e ocupou seu lugar definitivamente.

No transcorrer do Governo Dilma, seu plano de governo seguiu o delinear do Governo Lula, dando continuidade à implementação de políticas sociais a exemplo do Rede Cegonha³⁸,

³⁷ Para saber mais da biografia de Dilma Rousseff acesse: <<http://presidentes-do-brasil.info/presidentes-da-republica/dilma-rousseff.html>>.

³⁸ O programa foi criado em março de 2011 com intuito de atender as gestantes, bebês e mães que estão em períodos de amamentação.

Minha Casa Minha Vida³⁹, Brasil sem miséria⁴⁰, Programa Mais Médicos,⁴¹ além da criação do Plano Nacional de Educação - PNE⁴², dentre outros. Para além da continuidade dos programas sociais, Dilma trabalhou na perspectiva de intensificação do combate à corrupção, do desenvolveu políticas de integração nacional e redução da desigualdade social.

Por conseguinte, mais que a continuidade e criação de novos programas e projetos sociais o governo da Dilma, esteve intrinsecamente ligado aos planos de expansão e ampliação das IES, só nesse período tivemos a criação de 47 novos campi universitários e 208 institutos federais. A meta do plano de governo, no que diz respeito ao processo de expansão as universidades federais, era realmente trazer a interiorização dessas instituições com intuito de promover o desenvolvimento de cidades mais populosas, porém não tão desenvolvidas economicamente falando. Também, tinha como objetivo a promoção do acesso e qualificação dos filhos e filhas da classe trabalhadora ao ensino superior em cidades do interior, onde é precário o acesso a esse tipo de formação. Sobre isso, trago o relato de Paulo - representante do Centro Acadêmico de Serviço Social e Luís - Representante do Diretório Acadêmico de Direito.

Então, no que se refere ao processo de expansão das universidades federais, sobretudo na lógica do REUNI, eu acredito que é algo interessante, porque também possibilita um acesso maior a população, das pessoas que partem de uma situação de vida um tanto mais precário. No entanto, é preciso estabelecer algumas críticas na forma como essas universidades tem se expandido, por que (hum...), inclusive a gente pode perceber que existe uma superlotação nas salas de aula, né em número de

³⁹ Criado em 2011 com o objetivo proporcionar às pessoas que não tinha condições de obter uma casa própria uma ajuda por via do financiamento a construção/compra da casa própria, proporcionou a realização do sonho de muitos trabalhadores/ trabalhadoras. Em contrapartida trouxe um benefício imensurável para o grande capital (bancos, construtoras e grandes empresários) que viram nesse projeto uma “ponte” para a absorção de lucros e crescimento de suas empresas.

⁴⁰ O programa tinha o objetivo de retirar do estado de miserabilidade social famílias que tivessem *per capita* de R\$ 70 ao mês, foi criado em junho de 2011. Para além do auxílio financeiro, o programa tinha o interesse de ampliar os cadastros do Bolsa Família, oferecer cursos de capacitação técnicas para as populações mais carentes, como também construir cisternas em casa da zona rural, principalmente em regiões de que perpassassem por períodos longos de estiagem, a exemplo da região Nordeste do País.

⁴¹ O Programa Mais Médicos criado em junho de 2013, estava pautado na facilitação da entrada de médicos estrangeiros no país, principalmente médicos oriundos de Cuba, para atender em posto de saúde em cidades interioranas ou lugares de difícil acesso e com número reduzido desses profissionais.

⁴² De acordo com a cartilha do Plano Nacional de Educação 2014-2024 “Ao ser sancionada, sem vetos, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, fez entrar em vigor o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 – o segundo PNE aprovado por lei. Na redação dada pelo constituinte, o art. 214 da Carta Magna previu a implantação legal do Plano Nacional de Educação. Ao alterar tal artigo, contudo, a Emenda Constitucional (EC) nº 59/2009 melhor qualificou o papel do PNE, ao estabelecer sua duração como decenal – no texto anterior, o plano era plurianual – e aperfeiçoar seu objetivo: articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino, em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas das diferentes esferas federativas. Essas são as ações que deverão conduzir aos propósitos expressos nos incisos do art. 214 da Constituição, quais sejam: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica do país; e estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto” (p. 9).

estudantes? E em contrapartida esse processo de expansão não tem sido tão efetivo, quando a gente observa que no espaço privado e no ensino a distância o número de instituições tem crescido consideravelmente. Então assim, embora a gente tenha percebido que a expansão das Universidades Federais tem representando algo bastante importante no processo de inserção das populações mais subalternas ao ensino superior, a gente verifica que há também uma ampliação das modalidades de ensino a distância e do ensino Privado. (Paulo - CA)

Totalmente positivo, a política de interiorização do ensino superior é fantástica; primeiro que amplia o acesso ao ensino em localidades mais distantes do grande centro e segundo por dinamiza e fortalece a economia da micro e da macrorregião. (Luis. D.A).

Temos consonância com Ferreira (2012), que afirma que foi a expansão das universidades federais no Governo Dilma - com a implantação do Programa “ Ciências sem Fronteiras” e a concessão de bolsas auxílios - que proporcionou a estudantes, pesquisadores e professores a oportunidade de ampliarem seus conhecimentos com o desenvolvimento de projetos e pesquisas e a aproximação com universidades de caráter internacional, viabilizando a internacionalização das universidades brasileiras. Ainda, a luz da autora supramencionada, podemos dizer que o governo Dilma (2011-2014) deu continuidade aos caminhos já trilhados por Lula. Todavia, arquitetou estratégias diferenciadas. Nesse sentido, trago reflexões de alguns planejamentos que foram integrados nas universidades nesse período:

[...] inovação, empreendedorismo, competitividade, formação e atração de capital humano, mobilidade internacional, universidade como agente de desenvolvimento econômico e social, foco em áreas estratégicas/prioritárias de estudo e de pesquisa, internacionalização da Educação Superior. [...] Os governos Lula e Dilma optaram, como referencial para as reformas sociais propostas e em curso, pela política de estabilidade com crescimento da economia do país. Porém, é interessante observar que o discurso da política para a equidade iniciou-se no governo de FHC e ganhou projeção no governo Lula, ao ampliar as áreas de atuação das políticas sociais (FERREIRA, 2012, p.468-469).

Ao considerar as reformas na educação brasileira desde os anos de 1990, podemos afirmar que estas não atenderam necessariamente a função social de uma universidade: ser pública, totalmente gratuita, de qualidade, popular e socialmente referenciada. Tal expansão veio trazer um processo de desenvolvimento econômico e social tanto para as cidades interioranas que receberam essas instituições, como também contribuiu para o processo de supervalorização mercantil da educação com uma atividade super rentável. Para retratar tal realidade, apresento a reflexão de Vanderley representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE):

Assim, para a cidade tem um impacto muito grande. A cidade que cedia um campus, uma instituição de ensino superior tem um impacto cultural, econômico e outros impactos que esses estudantes, digamos, os que vêm de fora, os pensamentos produzidos na instituição são reproduzidos pela cidade. Então, enquanto em Sousa estamos em período de aula a cidade tem um certo movimento, tem uma circulação maior de mercadoria, de pessoas, de eventos, tudo isso [...] Mexe com muitas coisas. Quando não está em período de aula você percebe que a cidade dá uma baixada, tem menos movimentos nas ruas, você percebe que tem menos eventos até mesmo uma

menor circulação de dinheiro na cidade, economicamente falando. Então, eu acredito que para a cidade que recebe um pólo de uma instituição federal, principalmente uma cidade interiorana ela tende muito a se desenvolver de acordo e conforme o desenvolvimento da instituição. Conforme a universidade vai aumentando, a cidade também vai crescendo. Não apenas para satisfazer as necessidades da universidade, mas de toda a população. E isso ajuda tanto no amadurecimento social, quanto no amadurecimento econômico da cidade.

Conforme os dados do Censo de Ensino Superior de 2013, no que tange ao primeiro mandato do Governo Dilma (2011-2014), podemos concluir, com base nos números apresentados na tabela abaixo, um crescimento de 2.378 para 2.391 de IES, ou seja, tivemos a abertura de 13 novas instituições de ensino superior em seu primeiro mandato. Podemos analisar também, que nesse mesmo período obtivemos o decréscimo das faculdades, em uma diminuição de 2.025 para 2.016 dessas instituições. Ainda em conformidade com a respectiva tabela, podemos observar que nas Regiões Nordeste, Norte e Sul do país as IES, tanto de caráter público e privado, tiveram um aumento bem simplório, porém significativo.

Já nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste do país, a variação ocorre no aumento nas IES de caráter público e uma diminuição nas de caráter privado, ou seja, no final do segundo mandato do Governo Lula (2010) para o final do primeiro mandato de Dilma (2014) tivemos o crescimento de 131 para 144 IES públicas, quando no mesmo período que se verificou a redução de 1.038 para 1.004 instituições privadas. No que tange e regiões Centro-Oeste, essas variações foram menos significativas, porém, ainda estiveram presente quando falamos dessa dicotomia, haja vista que em 2011 tínhamos 17 IES e em 2013 passamos a ter 19 todas de cunho público, e nas IES de caráter privativo houve também um decréscimo de 227 para 222 instituições.

Figura 1 - Número de Instituições de Educação Superior, por organização acadêmica e localização (capital e interior), segundo unidade da federação e categoria administrativa das IES no final do primeiro governo de Dilma Rousseff (dados referentes ao ano de 2013).

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Instituições														
	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Cap.	Int.	Total	Cap.	Int.	Total	Cap.	Int.	Total	Cap.	Int.	Total	Cap.	Int.
Brasil	2.391	841	1.550	195	87	108	140	54	86	2.016	670	1.346	40	30	10
Pública	301	98	203	111	49	62	10	1	9	140	18	122	40	30	10
Privada	2.090	743	1.347	84	38	46	130	53	77	1.876	652	1.224	.	.	.
Norte	146	94	52	17	15	2	8	5	3	114	67	47	7	7	.
Pública	26	20	6	15	13	2	1	.	1	3	.	3	7	7	.
Privada	120	74	46	2	2	.	7	5	2	111	67	44	.	.	.
Nordeste	446	226	220	39	23	16	10	10	.	386	183	203	11	10	1
Pública	68	27	41	32	16	16	.	.	.	25	1	24	11	10	1
Privada	378	199	179	7	7	.	10	10	.	361	182	179	.	.	.
Sudeste	1.145	297	848	79	29	50	86	25	61	969	237	732	11	6	5
Pública	141	30	111	28	9	19	4	1	3	98	14	84	11	6	5
Privada	1.004	267	737	51	20	31	82	24	58	871	223	648	.	.	.
Sul	413	107	306	46	11	35	23	6	17	338	88	250	6	2	4
Pública	47	11	36	27	7	20	4	.	4	10	2	8	6	2	4
Privada	366	96	270	19	4	15	19	6	13	328	86	242	.	.	.
Centro-Oeste	241	117	124	14	9	5	13	8	5	209	95	114	5	5	.
Pública	18	10	8	9	4	5	1	.	1	4	1	3	5	5	.
Privada	222	107	115	5	5	.	12	8	4	205	94	111	.	.	.

Fonte: MEC/Inep/SEEC – Dados da Educação Superior - 2013.

Ao analisar as reformas ocorridas nessas 3 últimas décadas visando promover uma reconfiguração do processo de ensino aprendizagem, principalmente no que tange ao desenvolvimento das políticas de educação superior no Brasil, podemos vislumbrar que diante das propostas e contradições o que houve, de fato, foi um encadeamento de mecanismo para o processamento e desenvolvimento da própria lógica capitalista. Ou seja, pela ótica de caráter rentável do capital, pautando as ações do Estado a fim de promover cada vez mais sua estruturação basilar, de semear caminhos para reestruturação produtiva e promover o desenvolvimento exacerbado das políticas neoliberais que adentraram no Brasil de forma fervorosa nos anos 1990.

Como vimos anteriormente, após as eleições que deram o segundo mandato da Presidenta Dilma, e logo em seguida a tomada de posse, vivenciamos uma temporada de “caça às Bruxas”, ou melhor dizendo, de fortes acusações e injúrias contra a Presidenta Dilma (PT) eleita. O seu mandato foi perpassado por intensas crises políticas e por um marcante golpe jurídico, político e midiático transfigurado pelo processo impeachment que a retirou do poder e transferiu a presidência para Michel Temer.

Não obstante, após o Presidente (não legítimo e não eleito) tomar posse, colocou o Brasil em um estado de supervalorização das forças capitalistas efetivando os interesses da classe burguesa no país, exemplificando o que Karl Marx, em 1848, já dizia: “o Estado o é

comitê executivo da burguesia”. Dessa maneira, restou à classe trabalhadora as constantes retiradas de direitos historicamente construídos e desmontes impetrados por uma lógica de Reforma, como a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 que passou a ser conhecida com PEC 55 e 287/2016, conhecida como “PEC da morte”.

O real propósito da homologação da “ PEC da morte” 287/16 não é apenas ressignificar o princípio central da Previdência Social brasileira, mas sim atender aos interesses de organismo internacionais e dos anseios da própria estrutura financeira brasileira, sob a justificativa de déficit da previdência social e de que esse modelo de proteção social não está mais dando de conta de atender as necessidades dos/das trabalhadores/trabalhadoras de nosso país. Todavia, para apresentar informações sobre o que deveras acontece, trazemos reflexões da cartilha da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - Conamp “Reforma da previdência: 4 pontos fundamentais para entender a PEC 287/16” - que enfatiza que, “o Governo escamoteia a verdade e se utiliza de premissas erradas para desenhar uma reforma que não atende aos justos anseios dos servidores públicos” (2017, p.07). À vista disso, podemos apreender que a lógica contida nessa proposta, nada mais é que causar o desmonte dos direitos socialmente conquistados pela classe operária. Desse modo, a cartilha ainda afirma que:

Em relação ao contexto de crise econômica, a PEC 287/16 revela-se desnecessária porquanto em declínio avançado o seu déficit, a proposta pouco ou nada altera os aspectos mais impactantes do sistema previdenciário. Além do que, “economia” pretendida pela reforma da Previdência em 10 anos, 678 bilhões de reais, é pequena ante a perda de receitas consentida pelo Governo. Entre 2011 e 2016, foram perdidos com desonerações fiscais de 1.346 trilhão de reais. Já apenas em 2016 o país perdeu 600 bilhões com o pagamento de juros, 267 bilhões de reais com desonerações tributárias, 500 bilhões de reais com sonegação fiscal e 200 bilhões de reais com corrupção. Isso tudo corresponde a aproximados a 1,567 trilhões de reais/ano, quase três vezes o que se pretende “economizar” em dez anos com a Reforma da Previdência. Em outras palavras, o que se economizar em dez anos com a PEC 287/16 é o que a União perde em 5 meses com juros, desoneração tributária, sonegação fiscal, e corrupção. (CONAMP, 2017, p. 23).

As transformações oriundas do regramento hoje determinado para a aposentadoria, conforme o que está inscrito na PEC 287/16, não sanará as finanças públicas do Brasil; mas sim implicará na supressão de direitos consolidados por regras de transição já prescrita; irá entrar em confronto com à Constituição Federal vigente desde 1988 e resultando em uma inadmissível concentração de renda a ser extraída da classe trabalhadora brasileira com a finalidade de realizar transferência para o mercado interno e externo.

Ademais, nos labirintos do cotidiano, vivenciamos tensões que nos proporcionam fazer viagens a períodos históricos bastante conturbados e conservadores, principalmente quando nos propomos a trazer reflexões acerca das ações e políticas propostas pelo “governo

golpista” de por Michel Temer. Situação bastante preocupante, na medida que já tivemos medidas anti-progressistas e conservadoras sendo sancionadas. Como exemplo disso, podemos elencar a indicação de Marcela Temer, esposa do presidente, para assumir a pasta de programa sociais sob a justificativa de ser mãe e ter características suficientes para tomar a frente dessa área.

Diante desse posicionamento, e de outras manifestações de retrocesso, podemos vislumbrar uma guinada da política de assistência social (à despeito dos avanços dessa política) em direção aos princípios conservadores presentes desde a gênese da profissão de Serviço Social, principalmente no se refere ao retorno do primeiro damismo⁴³. Tratando, assim, a política de assistência social como algo benevolente, caridoso e assistencialista, além de trazer a figura da mulher única e exclusivamente no papel de mãe e cuidadora do lar. Reproduzindo, mais uma vez, discursos conservadores, patriarcais e machistas.

No que se refere ao desenrolar das políticas educacionais, o governo de Temer visa promover um sucateamento mais voraz das universidades públicas e de forma a inviabilizar o acesso dos/das trabalhadores/trabalhadoras a esses espaços. Na medida que povo busca o conhecimento começa a querer de mudar de vida e a questionar a realidade concreta e objetiva, começa a ameaçar os interesses da burguesia e do Estado. Sobre isso, Paulo Freire traz em poucas e belas palavras a concretude desse processo *"Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo"*. Essa não é uma realidade objetivada pelo Estado e, muito menos, pelos meios de produção, que têm como único interesse manter a classe operária alienada. Nesse sentido, Marx em seu livro Manifesto do Partido Comunista, afirma que ao invés do trabalho transforma o homem cada vez mais em ser social, o escraviza. O que existe nesse contexto é uma relação de transformação e objetificação do próprio homem, ou seja, o homem (homem aqui enquanto figura humano genérico) torna-se uma mercadoria para o grande capital. Dessa maneira, o que podemos compreender, é que o Estado enquanto comitê executivo da Burguesia não cultiva e/ou não acha interessante que a grande massa trabalhadora cresça intelectualmente, ou desenvolva capacidade de pensar criticamente.

Para tanto, o Governo Federal, na liderança do atual presidente Michel Temer, juntamente com o poder legislativo, pôs em discussão a proposta de Emenda Constitucional

⁴³ O primeiro damismo se refere a um conjunto de práticas realizadas nos anos 1930/45 que consistia em nomear as damas da alta sociedade, principalmente aqueles que exerciam atividades religiosas como secretárias de assistência social pela pseudo ideia de que as mulheres, dotadas de instinto maternal e angelical, iriam saber como agir com as demandas sociais apresentadas as secretarias de assistência. Essas seriam denominadas de “mães dos pobres” e trazia em seu discurso destoante os princípios do machismo ferrenho nesta época.

241/55 (PEC 241/55) que está pautada na redução de gastos do Governo Federal, dessa forma, estabelece o congelamento dos gastos destinados à Educação e Saúde em até 20 anos, corrigidos somente de acordo com a inflação. Sobre isso, o economista Antônio José Alves Junior, em entrevista à ADUFRJ em novembro de 2016, discorre que “existe um diagnóstico falso, do governo Temer, de que houve uma gastança exagerada no país. De que, para a economia crescer, seria preciso reduzir gastos públicos” (SÁ, 2017, ONLINE). Contudo, esse discurso manipulador está sendo propagado por um conjunto de poderes interessados em não investir nessas áreas e assim garantir os benefícios para o grande capital financeiro. Nessas circunstâncias, as universidades públicas irão definhar, ocasionando o processo de privatização dessas instituições, e, no âmbito da saúde, o sucateamento desenfreado do Sistema Único de Saúde (SUS) que já se encontra em pleno descaso.

No Brasil, de acordo com Artigo 212 da Constituição federal de 1988, está prescrito que o mínimo dos gastos públicos destinados à educação seja de 18% da Receita Líquida de Impostos (RLI). Com a promulgação da PEC 55, o piso seria o que foi gasto no ano de 2017, tendo reajuste de acordo com a inflação. Essa proposta coloca em risco o desenvolvimento do ensino superior no exercício de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de tornar cada vez mais precária o acesso de indivíduos das classes mais baixas a uma formação pública, gratuita, popular e socialmente referenciada. Diante desse cenário, trago pequenos trechos do posicionamento expressos no Blog da Executiva Nacional de Serviço Social (2016), a despeito da PEC 241/55:

Entre as medidas desse governo, a PEC 241, agora intitulada PEC55, se apresenta como a mais grave e hedionda no presente momento, sendo esta um projeto de emenda constitucional que pretende congelar os gastos públicos durante 20 anos. Se trata de duas décadas de crescente sucateamento da saúde, educação, cultura e meio ambiente. A PEC, se entrar em vigor congelará os gastos públicos, sem considerar o crescimento populacional e o crescimento da demanda por saúde e educação. Estamos lidando com um projeto que impede, inclusive, a execução do Plano Nacional de Educação, que para alcançar suas metas, incluindo a erradicação do analfabetismo, teria a necessidade do aumento no investimento em educação. Na saúde, o congelamento dos gastos impede o investimento em novas tecnologias, equipamentos, medicamentos com patentes, empurrando assim, a população usuária dos serviços públicos a buscarem os serviços no âmbito privado. A PEC 241, SE TRATA, ACIMA DE TUDO, DA MERCANTILIZAÇÃO DOS DIREITOS BÁSICOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO! Entendemos que a PEC 241/55 não é uma alternativa aceitável e nos posicionamos contra as diversas medidas deste governo ilegítimo. Compreendemos que congelar os gastos de um país em tempos de crise não faz com que ele se desenvolva de forma plena, mas pelo contrário: o precariza. Acreditamos que uma alternativa seria a taxação de impostos de forma progressiva, pois hoje vivemos uma taxação regressiva, no qual a classe trabalhadora paga mais impostos do que as grandes famílias e empresas que concentram boa parte da renda em nosso País. É importante analisarmos como toda essa contrarreforma do estado brasileiro atinge diretamente a nossa profissão e os usuários das políticas sociais (ENESSO, 2016, ONLINE).

Por conseguinte, com a homologação dessa Emenda Constitucional, os maiores beneficiados serão os empresários donos de instituições ensino tanto primários, secundário e, sobretudo, os donos das faculdades privadas. As escolas públicas sofrerão um processo de sucateados, dificultando ainda mais as possibilidades de efetivar processos educativos eficientes e transformadores. Diante desse quadro, a realidade presumível será de pais e mães empregando todos os esforços para garantir, ainda que minimamente, o acesso à educação de qualidade a seus filhos/as. Ou seja, o Governo Golpista, por uma Emenda Constitucional, mais uma vez nega direitos à classe trabalhadora, priorizando os interesses de parcela pequena da sociedade.

3.4 AS NOVAS TENDÊNCIAS PARA O ENSINO SUPERIOR

Dentro da perspectiva de contrarreforma do Estado e das mudanças desencadeadas no processamento das políticas educacionais do Brasil, no percurso histórico que corresponde o governo Lula e os governos posteriores, tivemos uma série de projetos/políticas que promoveram a expansão tanto das universidades públicas como das faculdades privadas por todo país. Dentre elas o REUNI, PROUNI e FIES (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, Programa Universidade para Todos e Fundo de Financiamento Estudantil) que em alguns pontos no decorrer do presente trabalho já foram citados. Para tanto, faz-se necessário trazer novamente a discussão para poder apreender como se estruturou esse processo de expansão, ampliação e democratização do ensino superior.

O REUNI é um programa do Governo Federal de Apoio aos Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas Federais Brasileiras. Este programa faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação do país proposto Ministério da Educação- MEC, instituído pelo decreto federal nº 6.096 de 24 de abril de 2007, com o intuito de promover condições de ampliação das universidades federais de todo o Brasil, com vistas a garantir o acesso democrático ao ensino superior.

Para Além da ampliação do acesso a essas universidades, o Reuni prevê um melhoramento das estruturas físicas das universidades já consolidadas, bem como aumentar o número de recursos humanos nessas instituições afim de promover o melhoramento na qualidade de ensino. Na perspectiva desse plano de reestruturação cada universidade teria um valor específico a ser investido na construção de novos centros, em biblioteca, instalações físicas e laboratoriais, além, da construção de ambiente de professores e prédios

administrativos. Sobre o assunto Cislaghi (2011) apud Chagas (2015) informa alguns pontos almeçados com essa proposta:

I) redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas, em particular no período noturno; II) ampliação da mobilidade estudantil [...]; III) revisão da estrutura acadêmica, com a reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV) diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas para a profissionalização precoce e especializada; V) ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; VI) articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (CISLAGHI, 2011 apud CHAGAS, 2015, p. 178).

Outrossim, a criação do REUNI foi resultado de reivindicação social, principalmente pelas classes mais baixas da sociedade para ter o direito ao acesso e permanência à educação superior, direito garantido constitucionalmente. Desta forma o respectivo programa ganhou aceitação e visibilidade. Todavia, o que esteve obscurecido foi o objetivo da implementação Reuni em atender os interesses do próprio Banco Mundial, sendo um fator determinante para a submissão da educação superior brasileira aos princípios do capitalismo neoliberal. Desta forma:

Nos marcos do *alargamento* da política de diversificação das IES e dos cursos e das fontes de financiamento da educação superior operada pela concepção de *educação terciária* defendida e difundida pelo BM é que foi implementada, no Brasil, uma das principais políticas de expansão do acesso: o REUNI (LIMA, 2012, p. 20, grifo do autor).

No tocante a implementação do Reuni, podemos vislumbrar o interesse público/ estatal na efetivação desse projeto, uma vez que abre para garantias cabais para o crescimento das IES financiadas pela iniciativa privada. Temos, portanto, o favorecimento do privado em detrimentos do público. Nesta perspectiva:

O objetivo do programa, segundo o decreto, seria a criação de condições de ampliação de acesso e permanência no ensino superior [...] numa clara perspectiva racionalizadora que parte do princípio, coincidente com o Banco Mundial, de que há subaproveitamento nas universidades federais, diagnóstico presente no Brasil desde a reforma universitária da ditadura militar (CISLAGHI, 2012, p. 279).

Conseguimos vislumbrar que com a execução do REUNI tivemos, além da própria melhorias das condições estruturais/físicas de instituições já existentes, o processo de interiorização dessas instituições de modo a proporcionar o acesso dos filhos e filhas da classe operária que residem distantes dos grandes centros urbanos a oportunidade de curso o ensino superior. Contudo, essa expansão não ocorreu de maneira efetiva, haja vista que na medida que tivemos a ampliação e/ou criação de novas universidades e/ou campis, tivemos a necessidade investimentos assíduo nessas instituições. Para efetivar as atividades educacionais com o mínimo de qualidade faz-se necessário o investimento, tanto na

infraestrutura quanto em recursos humanos, além da própria garantia de permanência desses estudantes ao ensino superior. Corroborando com essa discussão Lima e Pereira dizem que:

A análise do Programa REUNI evidencia de que forma e com que conteúdo ocorrerá a expansão do acesso à educação superior. Trata-se do tripé: aligeiramento da formação profissional (bacharelado interdisciplinar, cursos de curta duração, ciclos, exame de proficiência, cursos a distância); aprofundamento da precarização do trabalho docente (relação professor/aluno, ênfase das atividades acadêmicas no ensino de graduação) e pavimentação do caminho para transformação das universidades federais em —escolões de terceiro grau, quebrando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e decretando, efetivamente, o fim da autonomia universitária, na medida em que a alocação das verbas públicas está condicionada à adesão ao REUNI. (LIMA; PEREIRA, 2009, p. 10)

Ainda nesse sentido, apresento reflexões de uma das entrevistadas, que exerce função administrativa do CCJS/UFCG, tecendo algumas críticas ao processo de implementação e efetivação do REUNI:

Acho que é uma avaliação que não deixa de ter algumas contradições, alguns tensionamentos nesse processo, mas que não dá para achar isso ruim. Então assim, é uma avaliação positiva de entender que essa interiorização é o que tem possibilitado o acesso ao ensino superior para uma grande parcela da juventude que não teria outras formas, pois faz com que o ensino superior chegue, sobretudo, quando se trata de uma universidade e não faculdade, chegando também ensino, pesquisa e extensão, por ser pública, presencial, nos moldes que a gente tem defendido (...) chega à cidade e próximo a outras tantas cidades vizinhas. Aas pessoas nunca teriam acesso aquele formato, sobretudo, de formação profissional, de ensino se a universidade ficasse concentrada unicamente nas capitais e nas grandes cidades.

Para as políticas de expansão das universidades públicas federais o governo promoveu duas linhas de favorecimento da estrutura do capital dentre elas o Programa de Universidades para Todos - PROUNI e o um programa de Financiamento Estudantil. Estes programas fazem parte da perspectiva de reforma e contrarreforma do estado brasileiro que, pela via de alocação de verbas públicas para o setor privado, vem fortalecendo a iniciativa privada e abrindo cada vez caminhos para o aumento de vagas nessas instituições.

De acordo com site do MEC, o Programa de Universidade para Todos - PROUNI criado pelo governo federal em 2004, oferece bolsas de estudos integrais e de 50% em instituições de ensino superior privadas em cursos de graduação e cursos sequenciais para estudantes de nacionalidade brasileira que não possuam nenhuma formação. Para obter o custeio da bolsa, o estudante precisa prestar o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, além de se enquadrar no perfil socioeconômico previsto pelo programa. Segundo o governo Lula, o objetivo desse programa é promover a justiça social, ou seja, possibilitar que toda e qualquer aluna/aluno que tenha interesse de ingressar no ensino superior possa ter acesso. O respectivo programa busca inserir estudantes dentre 18 e 24 anos que estudaram em escolas públicas ou em escolas particulares na condição de alunos/alunas bolsistas desde estejam

dentro dos critérios avaliativos de uma *per capita* de 3 salários mínimos. Aqui podemos, então, ainda destacar que “o programa distribui bolsas integrais e parciais em instituições superiores privadas para estudantes de baixa renda, com reservas de cotas para segmentos populacionais como índios e negros e para deficientes” (CISLAGHI, 2012, p. 271).

Ao fazer uma breve reflexão acerca desse programa podemos vislumbrar uma oportunidade ímpar para esses indivíduos, pessoas que não tiveram acesso ao ensino superior público podendo acessar pela via de instituições privadas. Todavia, ao criar esse programa o não estava exclusivamente preocupado com a parcela da população à margem que não teve acesso a esses meios, mas também, ao conjunto de interesses de um grupo seletivo de empresários da área educacional que presumiram nessa oportunidade e pelo intenso incentivo fiscal por parte do governo, a obtenção de lucro certa. Destarte, ficou bastante explícito o posicionamento político e ideológico do governo brasileiro que vêm reafirmando diariamente o processo de privatização e mercantilização do ensino superior em detrimento da melhoria do ensino público fundamental e médio. Segundo Lima (2012), podemos verificar isso por meio das seguintes referências:

- (i) do aumento do número IES privadas e do financiamento público indireto para o setor privado via FIES e PROUNI; (ii) da privatização interna das IES públicas via cursos pagos, parcerias universidades-empresas e fundações de direito privado e (iii) do produtivismo que atravessa e condiciona a política de pesquisa e de pós-graduação conduzida pela CAPES e pelo CNPQ. (LIMA, 2012, p. 14-15).

A vista disso, percebe-se que o PROUNI segue uma linha governamental que desenvolve políticas educacionais por um viés de favorecimentos da exploração do capital financeiro por meio do demasiado repasse de verbas públicas para as iniciativas privadas. A maioria dessas instituições não são comprometidas com o tripé básico para uma formação profissional de qualidade: ensino, pesquisa e extensão. CISLAGHI (2012) diz que os primeiros indícios de repasses de recursos públicos para IES de caráter privado vêm desde o início das políticas neoliberais da década de 1990. No entanto, a prática de incentivos e isenções fiscais ocorre desde o período autocrático brasileiro. Pactuando tanto com o discurso da autora, quanto com as reflexões trabalhadas no descrever desse trabalho, trago a fala do representante do DCE, Vanderley, acerca de sua experiência de aluno PROUNISTA:

Eu fui aluno do Prouni, passei um ano e meio estudando lá, sendo Prounista, antes de tentar a transferência aqui pra UFCG CAMPUS SOUSA. Os cursos do PROUNI realmente propiciam o acesso a pessoas não só de baixa renda, mas principalmente estudantes de colégios públicos que foram bolsistas em colégios particulares de adentrar no ensino superior. Só acho que da mesma forma que o PROUNI propicia essa inclusão no ensino superior privado, as vezes o governo deixa de dar a atenção que deveria ao ensino superior público. É, eu não lembro exatamente mais eu já li em algum lugar que falava que o aluno do PROUNI gasta 3 vezes mais que um aluno de uma universidade pública, e as vezes eu entendo que assim, esse grande

investimento no PROUNI e nas universidades particulares consequentemente, por que são elas que recebem esses recursos do governo, como uma forma de não investir tanto numa universidade pública, mas que digamos o PROUNI é um “remédio” para a grande falta e necessidade que se tem de formar jovens, de inserir jovens na educação superior ele é um “remédio” que por enquanto está sendo efetivo. Acredito que requer uma maior fiscalização quanto ao consentimento das bolsas e eu acredito que também ele era para ser uma política programática, que aos pouquinhos fosse acabando, pois no caso as universidades públicas acabam não abarcando todo mundo, então coloca-se em uma universidade privada, então a gente paga para ele ir, mas daqui um tempo a gente vai colocar essas pessoas que estão na universidade privadas em universidade pública, gratuita e de qualidade que todo mundo merece. (Vanderley, representante do DCE campus Sousa).

Muito além das questões da gratuidade, seja ela parcial e/ou integral, outros determinantes fazem parte das reais necessidades e demandas de muitos alunos e alunas que ingressam no ensino superior objetivando uma formação de qualidade. Dentre os diversos fatores, além da obtenção de bolsas, estão a consolidação e efetivação de políticas públicas que propiciem a esses estudantes a permanência no seu processo de formação. Na conjuntura instaurada no Brasil outros aspectos devem ser levados em consideração, a exemplo de alimentação, transporte e recursos básicos para sua própria subsistência.

O sistema educacional vem passando por uma série de transformações oriundas de restrições na esfera pública estatal e pelo aumento desproporcional de instituições de caráter privado. Lamentavelmente, não são todas as pessoas que podem ingressarem no ensino superior público, principalmente aqueles/aquelas alunas/alunos de baixa renda em razão dos mais variados fatores. Em pouquíssimo número, vemos adentrar em universidade totalmente pública estudantes oriundos das escolas públicas, considerando que nessas instituições encontra-se hegemonicamente alunos/alunas de classes mais favorecidas da sociedade, estudantes este que puderam frequentar boas escolas e cursinhos pré-vestibular de qualidade.

Outrossim, no contexto de ampliação da desigualdade social bastante presente e de lógica de; mercantilização do ensino superior, alguns desses estudantes enxergam no PROUNI a oportunidade de poder cursar uma faculdade e poder ter uma formação profissional que lhe permita uma ascensão social, ampliação de conhecimentos e de suas relações sociais.

No tocando ao FIES⁴⁴, compreende-se que o governo Lula seguiu a linha de financiamento estudantil já existente. De acordo com a Advocacia-Geral da União esse programa foi criado no governo de FHC, nomeado de Crédito Educativo (CREDUC) regido pela medida provisória n.º 1827, de 27 de maio de 1999. Apenas em 12 de junho de 2001, já

⁴⁴ Para mais acesse: <http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/186905>.

no governo Lula, essa medida provisória foi modificada e revogada a Lei n.º 10.260⁴⁵, sendo intitulada de Financiamento Estudantil. O FIES é um programa de Financiamento Estudantil gerenciado pelo Ministério da Educação, que visa atender de forma impessoal alunos/alunas de forma efetiva, garantindo a prioridade a estudantes de classes sociais não tão favorecidas socialmente.

Lima (2012) afirma que no cenário político vivenciado pelo país e com processo de ampliação da educação, o FIES veio a se consolidar, considerando que dentro das possibilidades do programa pode ser viabilizado financiamento para o acesso a cursos de graduação e de pós-graduação *strictu sensu*, em particular, o mestrado profissional, reforçando ainda mais o desencadeamento da exploração das IES privadas pela via do mercado da educacional.

Diante disso, podemos afirmar que o FIES se apresenta como mais um mecanismo do Governo Federal que utiliza o argumento da democratização do acesso. Por meio do pagamento do financiamento estudantil a instituições privadas proporciona que trabalhadores/trabalhadoras e seus/suas filhos/as, sem condições mínimas de custear e se manter financeiramente em um curso superior, a oportunidade de ingressar e concluir sua formação.

Em conformidade com Lima (2011), todos esses programas que proporcionam o acesso ao ensino superior são artimanhas utilizadas pelo próprio Estado para legitimar suas ações e trazer uma falsa ilusão de que os anseios da classe trabalhadora estão sendo atendido. Contudo, o que realmente se concretiza é a mercantilização de todos setores e dos mais variados espaços que compõem a sociedade. Ainda de acordo com a autora supracitada, esses programas compõem uma “[...] política de ampliação de acesso à educação utilizada pelo Governo Federal para legitimar suas ações por intermédio de uma eficiente operação ideológica que as reveste de um ilusório verniz democrático-popular” (LIMA, 2011, p. 92).

A educação Superior na contemporaneidade está voltada para o fomento do mercado financeiro e norteada por um modelo educacional de expansão/ampliação das instituições privadas que mais privilegia a estrutura do capital, considerando que essas faculdades privadas recebem do governo federal incentivos fiscais. Por conseguinte, o FIES de certo modo trouxe uma oportunidade de ingresso nessas instituições, ainda que paralelamente, trouxe também o endividamento de estudantes que após o término de curso tem um rol de parcelas a serem pagas pelo custeio de sua formação. Em contrapartida multiplicou a

⁴⁵ Para mais acesse: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm>.

precarização as IES pública, dado que não existe o interesse público e nem do capital da promoção e desenvolvimento de instituições públicas.

4 ASSIM SE CONSTRÓI UMA HISTÓRIA: FORMAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA PARAÍBA⁴⁶

A universidade brasileira foi criada no século XX, preservando o caráter elitistas e desigual instaurado no Brasil desde seu período colonial, com algumas poucas mudanças a partir do advento da república. O modelo de estruturação das universidades brasileiras foi baseado nas grandes escolas Francesas, que naquela época eram extremamente seletivas. No Brasil não foi diferente, apenas a aristocracia do país tinha o acesso aos meios educacionais de qualidade.

Nesse sentido, para fins do nosso estudo sobre a interiorização da educação superior, é preciso reforçar a importância do conhecimento da histórico, mais precisamente da Paraíba - lócus de nossa pesquisa – compreendendo que esse percurso nos subsidiará de informação para melhor entender o que ocorre muito antes do que surgimentos das primeiras instituições de ensino.

Focalizando na história da Paraíba, ressaltamos que o Estado teve seu primeiro curso de ensino superior datado nos anos de 1950, com a Faculdade de Filosofia da Paraíba (FAFI)⁴⁷, espaço esses que era organizado de acordo com o modelo francês de ensino.

Outrossim, nos últimos anos, mais precisamente a partir da década de 1990, esse cenário de Reformas e Contrarreforma do Estado vêm se metamorfoseando e o acesso à educação pública, gratuita, popular e de qualidade aos filhos/filhas da classe trabalhadora se ampliou. Para compreender esse processo, faz-se necessário uma breve discussão acerca do processo de formação histórica, econômica e social do desbravamento da antiga Ilha de Itamaracá⁴⁸ para assim podermos entender como se promoveu o processo educacional no interior do Estado da Paraíba⁴⁹.

⁴⁶ De acordo com dicionário Tupi guarani Paraíba significa: “ Paraíba – rio ruim – rio que não se presta à navegação (imprestável) (para – iba)”.

⁴⁷ Os primeiros indícios de expansão da educação superior no Estado da Paraíba ocorreram a partir da década de 1950, quando tivemos a criação da Faculdade de Filosofia da Paraíba (FAFI). O ensino da primeira instituição abrangia não apenas o curso de filosofia, mas também os cursos de História e Geografia. Nos anos de 1967 vivenciamos o processo de federalização dessa faculdade, passando a se chamar Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

⁴⁸ Em 1534, anos após o descobrimento do Brasil, tivemos a divisão das capitanias hereditárias, essas terras foram doadas por Pero Lopes de Sousa. Sendo divididas em 15 longas faixas de terras, as chamadas capitanias hereditárias, uma delas foi Capitania de Itamaracá, região onde hoje se encontra a cidade de João Pessoa no estado da Paraíba.

⁴⁹ Atualmente o Estado a Paraíba, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, possui uma população de 723.515 (setecentos e vinte e três mil, quinhentos e quinze) habitantes. Segundo dado estimativo do IBGE, no ano de 2016 teve o aumento da população estimada para 801.718 (oitocentos e um mil, setecentos e dezoito) habitantes. Contendo 223 municípios em uma área territorial de 211,475 KM² (duzentos e onze mil, quatrocentos e setenta e cinco quilômetros quadrados).

De mais a mais, a conquista da Capitania da Parahyba representou para o Brasil uma vitória, visto que tal conquista foi alcançada depois de longos e duros anos de conflitos entre Português, Franceses, Holandeses e os Índios Nativos (Potiguaras e mais na frente Cariris e Tabajaras). A capitania da Paraíba levou um certo tempo a ser explorada em razão do território não possuir nenhum atrativo econômico para a Coroa Portuguesa.

As capitanias hereditárias foram criadas em 1534, pelo rei Don João III, com o intuito de desenvolver um sistema político administrativo nas terras recém-conquistadas. Desse modo, foram organizadas em 13 faixas extensas de terras, contudo apenas duas dessas prosperaram, a Capitania do Pernambuco e a Ilha de São Vicente. A priori, a segunda capitania ficou sob o domínio dos índios Potiguaras e dos franceses, que se apropriaram do Pau Brasil presente na região, mais especificamente na região localizada na Baía da Traição, para a comercialização ilegal.

Destarte, em 1574 ocorreu um grande massacre na ilha de Itamaracá, nas proximidades do engenho de Tracunhaém, quando por meio de um grande mal-entendido entre a tribo potiguara e o engenho – ao retornar para sua tribo a filha do cacique, que estava acompanhada pelo seu irmão, foi sequestrada no momento em que passava nas mediações do engenho – que, conseqüentemente, causou revoltar na tribo que atacou o engenho na calada da noite, destruindo por completo suas instalações. Após esse desastroso episódio o Rei Sebastião I ordenou que tomasse posse de uma vez por todas das terras pertencentes a Ilha de Itamaracá.

Em mais de setenta anos de dominação portuguesa, o povoamento do norte do país não dera um passo avante de Itamaracá. A avançada lenta estava agora em riscos de retroceder, ameaçada de despejo pelos constantes assaltos dos potiguaras. A Paraíba, terra quase desconhecida, pertencia à Capitania de Itamaracá, que definhava na Ilha como um caso ostensivo de malogro. Não somente a Paraíba, mas todas as terras que adiante dela se estendiam para o norte. Só no mapa faziam parte do Brasil. O que se sabia desse mundo a povoar era apenas o que informava o reconhecimento marítimo da costa. (GUIMARÃES, 2000, p. 3).

Para mais, após intensas tentativas de conquistar o território da ilha de Itamaracá, ocorrendo 05(cinco) expedições dentre os anos de 1574-1585 organizadas a fim de tomar as terras paraibanas dos resistentes índios potiguaras, dez anos depois da primeira expedição a Paraíba foi de vez conquistada. Desse modo, em 5 de agosto de 1585 tivemos a efetiva conquista da capitania da Paraíba, liderada pelo ouvidor-mor e juiz de órfãos de Olinda Martim Leitão, apoiado pelo líder dos Tabajaras das proximidades do rio Sanhauá - um dos braços do rio Paraíba. Concomitante, nas primeiras horas da conquista do novo território, foi criada a cidade de Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa, sendo considerada a terceira mais antiga cidade do Brasil.

A priori, vale salientar que a Paraíba era o segundo maior produtor de cana de açúcar, ficando atrás apenas da província do Pernambuco e a frente dos estados de Sergipe, Rio de Janeiro e Bahia. Além do mais, por meados do século XIX, o estado da Paraíba ficou conhecido por ser o maior produtor de algodão de todo território nacional. Nos anos de 1588 a cidade recém-fundada passou a chamar Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em honra ao Rei Felipe II da Espanha que dominava Portugal.

Figura 2 - Praça Venâncio Neiva.



Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles.

Posteriormente, em 24 de dezembro de 1634, a capitania da Paraíba foi ocupada pelos Holandeses. Naquele momento se estima que contava com aproximadamente 1.500 habitantes (DADOS DO IBGE) Cidades- Históricas da Paraíba. Os holandeses assumiram o poder até meados de 1645 e durante esse período a cidade foi chamada de Frederikstad. Vinte anos após a invasão dos holandeses em 1654, os portugueses novamente tomaram posse e expulsaram os holandeses das terras brasileiras, ficando no cargo de governador o senhor João Fernandes Vieira. A partir daí a capital foi chamada de Paraíba do Norte até 4 de setembro de 1930, quando teve seu nome alterado para nome para João Pessoa, em homenagem ao então Presidente do Estado que foi assassinado no Estado Recife/PE, em pleno exercício de campanha política. Sua morte foi um estopim para Revolução de 3 de outubro⁵⁰ daquele ano.

⁵⁰ Estudos realizados pela Fundação Getúlio relatam que “Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. As mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar na sociedade brasileira no pós-1930 fizeram com que esse movimento revolucionário fosse considerado o marco inicial da Segunda República no Brasil” (ONLINE, 2016).

4.1 PROCESSO DE DESBRAVAMENTO DO SERTÃO PARAIBANO: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE SORRISO

No período da colonização do Brasil entre (1500-1600), apenas a costa litorânea das capitanias hereditárias era explorada, tendo em vista que os fatores econômicos, políticos e sociais que permeavam o descobrimento do novo mundo estava restrito a essas localidades em razão do desconhecimento dos portugueses sobre as reais dimensões do território brasileiro. Além do mais, as tribos indígenas estavam espalhadas por toda parte dificultando a exploração das áreas ainda não conhecidas.

É importante destacar que o interesse preferencial pela ocupação portuguesa no litoral nordestino tem razões muito maiores do que interesses políticos. A motivação tinha razões de cunho econômico em razão das extensas faixas de terras férteis na região litorânea, onde os portugueses produziam cana de açúcar e comercializavam de forma ilegal Pau Brasil. Por volta do século XVI, os portugueses enviaram expedições para o “desbravamento dos Sertões”, essas empreitadas tinham o objetivo de ampliar as áreas de abrangência de poder da coroa portuguesa, como também explorar os recursos naturais encontrados no Sertão Nordeste. Sobre isso Guedes, citado por Carvalho, afirma que:

Em relação à colonização do sertão, por exemplo, pode-se destacar, dentre eles, o interesse da coroa portuguesa na expansão territorial de seus domínios e a necessidade de “domesticar” e realizar alianças com os indígenas, visando quase sempre objetivos militares. (GUEDES, 2006 apud CARVALHO, 2015, p. 12).

A expansão do interior da Paraíba não foi muito diferente dos outros processos de interiorização do país, haja vista que as terras nas faixas litorâneas eram usadas para o cultivo de cana de açúcar, pois a criação de gado nesses territórios estava prejudicando o desenvolver das plantações, na medida que o gado em busca de alimento invadia os canaviais e destruíam toda a plantação. Assim⁵¹, a Paraíba tinha duas linhas de comercialização, a produção canavieira e a pecuária. Proporcionando, assim, o surgimento de pequenos núcleos habitacionais no interior do Estado e fazendo emergir as primeiras vilas e, posteriormente cidades, dentre elas a cidade de Sousa - localizada do Alto Sertão Paraíba.

De acordo com 12ª edição da AGENDA DE SOUSA (2016-2018) o desbravamento do sertão paraibano teve início entre os séculos XVI-XVII, um processo difícil, já que para os desbravadores as terras eram desconhecidas e bem distantes da região litorânea. Em uma

⁵¹Utilizamos a agenda da cidade com fonte secundária, uma vez que não encontramos documentos/livros que trouxesse dados seguros para elaboração dessa pesquisa.

dessas expedições em 1661, o Capitão Mor Antônio José da Cunha encontrou um pequeno riacho que tinha o nome de Riacho do Peixe numa região habitada pelos índios do Pequeno Icó. Defronte das excelentes condições geográficas proporcionada por essa região e a necessidade que se tinha da criação de gado longe do território destinado a produção de cana de açúcar, ele compreendeu que aquele território seria propício para a fundação das primeiras vilas.

Conseqüentemente, começaram a ser construídas as primeiras vilas, dentre elas o “Jardim do Rio do Peixe”, hoje chamada Sousa- Cidade Sorriso. Inicialmente o processo de povoamento desta região se deu pela busca de terras férteis para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Em razão de associar algum desenvolvimento econômico e regional, essas pequenas vilas atraíam os tropeiros que vinham de longas viagens trazendo produtos tanto para a agricultura como também para a pecuária do litoral para o Sertão Paraibano.

A partir da formação das pequenas vilas e do desenvolvimento econômicos dessas áreas, foram surgindo grandes fazendas de criação de gados trazendo para esses pequenos centros urbanos um número maior de pessoas, aumentando significativamente a população e, conseqüentemente, o tamanho dessas vilas. Com a ampliação da população, um religioso conhecido como Bento Freire Sousa viu a necessidade da organização de um povoado, tendo como base o alto índice populacional e o significativo desenvolvimento econômico que havia se instaurado no território. Ainda em conformidade com 12ª edição da AGENDA DE SOUSA (2016-2018), havia em 1730 um número estimado de 1.468 habitantes morando em Jardim do Peixe. Em razão desse número, Bento Freire Sousa foi até a capitania da Bahia afim de obter uma doação das Sesmarias,⁵² sendo essas terras pertencentes ao Patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios.⁵³ Nesse percurso histórico, a AGENDA DE SOUSA relata que “Jardim do Rio do Peixe” passa a se chamar “Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios do Jardim do Rio do Peixe”. Sobre isso, relata Gadelha:

Era o anno de 1740 a 100 legoas a Oeste da Capitania (hoje capital da Província da Parahyba do Norte) e Colonia Portuguesa na posse, e domínio da casa da torre da Capitania da Bahia, representada por D. Inácia d’Araujo Pereira, viúva do Coronel Garcia d’Avila, existia povoado o sítio Jardim do Rio do Peixe, o qual o dito Coronel, e morgado Francisco Dias d’Avila aos 19 dias do mês d’Abril do dito anno foi doado a Capella de Nossa Senhora dos Remédios, novamente erecta para sua renda servir de receita, e despesa do guisamento, e ornatos d’elle, e porque na collação dos bens deixados por morte do dito pae do mesmo Coronel Dias d’Avilla

⁵² A lei de Sesmarias foi criada em 1375, pelo então rei de Portugal Don Fernando e compunha um conjunto de medidas revogadas pelo governante com o objetivo combater uma intensa crise de abastecimento que perpassava o reino e garantir o direito à terra a todo aquele que realizasse, de maneira efetiva, seu cultivo.

⁵³ De acordo com a 12ª edição da AGENDA DE SOUSA (2016-2018), coube ao Bento Freire, após a doação das terras, construir uma capela em homenagem a Nossa senhora dos Remédios - entre os anos 1730 e 1732, está conhecida hoje como Igreja do Rosário dos Pretos,

não fora colecionado, avaliado, e partido do dito Sítio Jardim do Rio do Peixe a citada D.Inacia, mãe do morgado doado em data de 20 d'Agosto do ano de 1755 por sua vez doou a mesma Capella a parte, que da meiação do seo casal lhe pertencia no mensionado Sitio Jardim do Rio do Peixe, e finalmente todo este sitio doado pelos ditos Senhorios da referida casa da torre da Bahia com suas terras, e logradouros da forma porque sempre foram por elle possuídos em 30 do mez de janeiro de 1756 por carta datada de sismaria com 3 legoas de longitude e 1 de latitude foi doado a mensionada Capella pelo Governador, que na dita Capitania da Parahyba, o coronel, fidalgo Luiz Antonio Lemos de Brito a pedido do thesouro d'ella Bento Freire de Sousa, como tudo consta do registro por mim mandado fazer no último livro de registro desta matris. (A escritura de doação encontra-se no final do livro)⁵⁴. (GADELHA, 1986, p. 11).

Ainda sobre esse processo histórico, Carvalho (2015) afirma que em meados do ano de 1765 a “Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios do Jardim do Rio do Peixe”, sob a organização de seu primeiro administrador, Bento Freire, passou a ser reconhecida como povoado. Mais tarde, somente em 10 de julho de 1854, a vila foi elevada à condição de cidade por meio da Lei Provincial de nº 28, promulgada pelo Governador do Pernambuco e passando a ser denominada de Sousa, em homenagem a seu fundador Bento Freire de Sousa. Acerca desse percurso, ainda discorre Carvalho:

Ratifica-se isto nas palavras de Gadelha (1986, apud FERRAZ, 2011, p. 71). No dia 04 de junho de 1800 o Ouvidor Geral José da Silva Coutinho instala oficialmente, a Vila Nova de Sousa através da Resolução do então Governador de Pernambuco, datada de 26 de março de 1800 após pleito da comunidade através de um requerimento encabeçado por Patrício José de Almeida, Matias de Figueiredo Rocha e Pe. Manoel Vieira da Silva. Um dia antes, o Capitão Alexandre Pereira de Sousa fazia uma doação de terras para o patrimônio do crescente povoado. Foi através da lei Provincial de nº 28, de 10 de julho de 1854 que a vila de Sousa foi elevada à categoria de cidade passando, na oportunidade, a denominar-se SOUSA, conhecida hoje por “CIDADE SORRISO”. (CARVALHO, 2015, p. 17).

Nesse percurso, Sousa se torna uma das cidades polos do Estado, tanto por sua a importância político-administrativa quanto importância econômica para a Paraíba. Hoje a “Cidade Sorriso” conta com uma população estimada de 69.196 (Sessenta e Nove mil, cento e noventa e seis habitantes) em uma área territorial de 738,547 km² (setecentos e trinta e oito mil, quinhentos e quarenta e sete quilômetros quadrados).

4.2 FORMAÇÃO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS/INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DA PARAÍBA

A criação das primeiras escolas/instituições de ensino superior na Paraíba está intrinsecamente ligada ao processo de formação histórico social da antiga Província Nossa Senhora das Neves, como vimos, hoje João Pessoa. Ou seja, mesmo que tenha Paraíba

⁵⁴ Para maior detalhamento indicamos o livro *Antes que ninguém conte*, de Julieta Pordeus Gadelha que traz na página 173 a escritura de doação.

deixado de ser apenas uma província de Portugal e passado a Estado da Federação, permanecia com valores provincianos enraizados e com as marcas do coronelismo, das oligarquias e dos antigos senhores de engenhos que ditaram as regras de sua formação, organização e construção de Estado.

A formação das escolas de ensino superior tinha um forte interesse das grandes oligarquias do Estado, haja vista que a instalação dessas instituições na Paraíba representaria um prestígio social e um poderio local maior. As primeiras tentativas de construção do ensino superior no estado foram datadas ainda no período do Império, conforme nos indica Bezerra (2007). Pela via da primeira assembleia constituinte de 1823, o então deputado Joaquim Manoel da Cunha Traz, trouxe os primeiros princípios de defesa da formação do Ensino Superior nessa Província, sob a alegação de que a Paraíba tinha plenas condições de manter uma estrutura física de qualidade, além de outros fatores que propiciaria a vinda dessas escolas para o Estado. Carneiro da Cunha citado por Rodrigues, citado por Bezerra informa os argumentos:

O clima ameno, abundância de víveres, todas as acomodações necessárias para a subsistência e nenhuma distração ou divertimento [...]. O povo da Paraíba é um povo simples, de costumes ainda mui singelos, onde não há teatro, nem dissipação de qualidade alguma. (CUNHA, apud RODRIGUES, 1986, p. 28 apud BEZERRA, 2007).

Ainda conforme Bezerra (2007, p. 23), o deputado alegava que a Província tinha estrutura física capaz de comportar uma escola de ensino superior, uma vez que estariam disponíveis os prédios dos conventos de São Pedro, São Francisco e do Carmo. Em contrapartida, reconhecia que a Paraíba não tinha condições financeiras para custear tal investimento e, por isso, solicitava das outras províncias mais ricas o investimento. Alegava a aproximação do estado com as Província do Maranhão e do Pará, o que facilitaria o acesso a uma qualificação para as províncias dessa região, em razão da existência das escolas de ensino superior apenas na Bahia e no Rio de Janeiro.

Para mais, entre os anos de 1889-1930 houve mais uma vez a tentativa de implantação de uma universidade para qualificação da mão de obra. A necessidade do ensino superior na Paraíba é demandada pela elite oligárquica da época que manifestava a necessidade de uma qualificação para trabalhar nos grandes cafezais e no processamento da cana de açúcar, considerando que a industrialização no Brasil já começava a aparecer. Conforme Bezerra (2007), neste momento no Brasil o diploma passa a ser um símbolo de *status* para a grande elite, levando em consideração a desenvoltura do Governo Vargas e o processo de

urbanização e industrialização que passava o país. A cultura da agricultura do Nordeste estava enfraquecendo e aumentava substancialmente a alta produção da Região Sul e Sudeste.

Sob a luz do aludido autor, para compreensão do processo de criação do ensino superior no Estado, faz-se necessário essa “viagem” histórica, ainda que breve. Esclarecido isso, retomando nossa discussão, em 1934 o José Américo de Almeida, da cidade de Areia/PB, usa de sua influência com o Governo Federal para trazer de fato a primeira escola de ensino superior para o Estado, “não é de impressionar que a primeira delas, a Escola de Agronomia do Nordeste-EAN⁵⁵, tenha sido implantada em 1934 na cidade de Areia, terra natal de José Américo e reduto de forte oligarquia política local” (BEZERRA, 2007, p. 28). A escola de Agronomia do Nordeste passa a funcionar em 1937, sendo federalizada em 1950. A criação do curso de agronomia na região do Brejo Paraibano consolidou ainda mais o poder da oligarquia que estava instaurada no Estado. Por ser uma região de grande produção de açúcar e forte produção de aguardente despertava o interesse de maior especialização. Para tanto:

A Universidade tem sua origem na década de 30, com a criação da primeira escola de nível superior – Agronomia do Nordeste, em Areia – exatamente quando as tendências profissionais da comunidade ainda são fortemente acentuadas para Medicina, Advocacia ou Sacerdócio, carreiras já tradicionais entre famílias de classe dominante rurais e àquela altura aspirações dos setores da classe média da população. A procura se dá sobretudo na Área humanística, incluindo-se os seminários de formação religiosa; os cursos técnicos ainda rareiam e se restringem ao nível médio de formação profissional. (LIMEIRA; FORMIGA, 1986, ONLINE).

A formação da primeira Escola de Agronomia do Nordeste foi o marco histórico do processo evolutivo de transição do ensino médio para os primeiros indícios do Ensino Superior na Parahyba. Não obstante, apenas no segundo lustro da década de 1940 tivemos um espaço profícuo para o debate da implantação e formação do ensino superior no Estado.

O cenário econômico paraibano não estava em seu completo apogeu desde as políticas de industrialização proposta pelo governo Vargas na década de 1930, a produção canavieira e de algodão estava em declínio. Em contrapartida, a produção do sul-Sudeste estava a todo vapor. As grandes indústrias se instalaram nesses centros urbanos objetivando o aumento da produção e, conseqüentemente, a obtenção de lucros. Conforme Bezerra (2007), o cenário de

⁵⁵ A nova ordem no Nordeste pós-1930 traz em si, fortes resquícios do antigo modelo político. O coronelismo, clientelismo e a troca de favores ainda seriam conservadas por muito tempo nos traços gerais das ações políticas, mesmo na área cultural. No caso da criação da Escola de Agronomia, esses traços se apresentavam com bastante nitidez, conforme depoimento de José Américo, dois anos antes de sua morte. O Ministro José Américo e o General Juarez Távora estabeleceram o compromisso segundo o qual José Américo usaria de seu prestígio junto a Getúlio Vargas para assegurar o Ministério da Agricultura para o General e em troca Juarez Távora usaria de seu futuro cargo e posição para proceder a criação de uma escola superior vinculada ao Ministério da Agricultura. Assim ficaria o Ministério da Agricultura orientado pelo General Juarez Távora e a Paraíba seria contemplada com a Escola de Agronomia do Nordeste, ligada aquele Ministério. (LIMEIRA; FORMIGA, 1986, ONLINE).

transformações sociais e econômicas tanto no próprio Estado como em todo país, propiciou a implantação das instituições de ensino superior, inclusive, no estado da Paraíba.

Também conforme o autor, na Paraíba foram realizados vários esforços pelos mais diversos segmentos da sociedade para a efetivação de uma instituição de ensino superior no próprio Estado. Não apenas com ações isoladas, mas, principalmente, em regiões estratégicas do estado, a exemplo da capital João Pessoa e o já considerado polo industrial Campina Grande. Mesmo com os incansáveis esforços essa expansão só veio ocorrer na década 1950 quando foi registrada a instalação de várias escolas isoladas e faculdades, dentre a Faculdade de Filosofia - FAFI, que agregava também os cursos de história e geografia. Assim:

A Faculdade de Filosofia da Paraíba foi criada pelo governo do estado através do Decreto 146, de 05 de março de 1949, porém, começou a funcionar somente em 1952, composta pelos cursos de História e Geografia, Letras Neolatinas e Pedagogia, com sede na capital. A Faculdade de Direito foi fundada por iniciativa do Instituto dos Advogados da Paraíba, em 11 de agosto de 1949 e instalada em 1º de março de 1951, financiada por capital privado, também com sede em João Pessoa. Ambas passam a ser consideradas como as principais instituições formadoras da cultura humanística do estado. (BEZERRA, 2007 p. 35-36).

Outrossim, em 1955 a FAFI passa a fazer parte da Universidade da Paraíba, ainda em caráter estadual, juntamente com a Faculdade de Odontologia, a Escola Politécnica (Campina Grande), a Escola de Enfermagem. Agregadas ainda, a Faculdade de Direito e a Escola de Serviço Social. Para Bezerra (2007), a estadualização do ensino superior na Paraíba foi uma exigência de qualificação do mercado de trabalho. Nesse momento o Brasil tinha como presidente Juscelino Kubitschek, com um plano de governo que propunha o crescimento do país de 50 anos em 5⁵⁶. Para tanto, fez-se necessário, dentre outras medidas, o desenvolvimento do Plano Educacional Brasileiro. À vista disso, o Brasil precisava crescer financeiramente, entretanto para alcançar esse objetivo era necessário o desenvolvimento da política educacional. E nesse percurso histórico ocorreu o processo de federalização das universidades brasileiras. Como destaca Bezerra (2007):

É importante ressaltar que esse processo de federalização foi resultado de uma política do governo federal, que objetivava a expansão quantitativa do Ensino Superior em todo o país. Por isso, a proposta de federalização não foi aceita

⁵⁶ Conforme a Fundação Getúlio Vargas (FGV), 50 ANOS EM 5, “O ideal desenvolvimentista foi consolidado num conjunto de 30 objetivos a serem alcançados em diversos setores da economia, que se tornou conhecido como Programa ou Plano de Metas. Na última hora o plano incluiu mais uma meta, a 31ª, chamada de meta-síntese: a construção de Brasília e a transferência da capital federal, o grande desafio de JK. Não se pode dizer que essa fosse a primeira experiência de Juscelino de governar com base num plano de desenvolvimento. Guardadas as devidas proporções, como governador de Minas Gerais de 1951 a 1955, JK já tinha eleito o binômio energia e transportes como metas de desenvolvimento para a sua gestão.”

unanimemente, enfrentando certa resistência no interior da instituição, principalmente porque nem todas as categorias de profissionais seriam incorporadas à esfera federal. (BEZERRA, 2007, p. 41).

Ainda, em conformidade com o autor, observamos que a federalização das universidades, e no caso mais específico da Paraíba, representou um expressivo avanço, principalmente no quesito financeiro a ao tirar a responsabilidade dos seus custos do governo estadual. A Universidade da Paraíba foi federalizada pela lei 3835, de 13 de dezembro de 1960 (BEZERRA, 2007, p. 43), proporcionando, dessa forma, uma melhoria nas condições de expansão do ensino superior do estado.

Esse seria o primeiro passo do processo evolutivo das políticas educacionais de ensino superior na antiga província da Parahyba, a posteriori, iremos trazer com mais ênfase como se fomentou essa expansão no interior do estado e como essa evolução, ao longo dos anos, proporcionou aos filhos e filhas da classe trabalhadora a inserção no ensino superior paraibano. Possibilitando, assim, uma mudança no caráter classista e elitista do ensino do estado e possibilitando um espaço democrático e acessível, principalmente após os anos de 1990, como já foi tratado anteriormente. Para alcançar o objetivo de nossa pesquisa, faz-se necessário discutimos como emergiu as primeiras instituições de ensino superior no interior no estado da Paraíba, no caso mais específico da cidade Sousa, assim iremos trazer reflexões acerca dessa temática, além de tratar da importância da interiorização dessas instituições para a classe trabalhadora.

4.3 A FACULDADE DE DIREITO DE SOUSA (1971-2002)

O atual Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), antigo CAMPUS IV da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em seu decurso histórico contou com 3 principais momentos até a intitulação que carrega nos dias atuais. Inicialmente foi denominado como Fundação Padre Ibiapina, passando por Fundação Professor Afonso Pereira e a posteriori Faculdade de Direito de Sousa.

A implantação da Escola de Ensino Superior na cidade Sousa foi semelhante ao processo de criação das escolas de ensino superior em caráter nacional e regional. No caso a Paraíba, que desde de seu processo de formação conta com o poder de uma oligarquia bastante presente nas decisões a serem tomadas, ainda reproduz nos dias atuais uma política regional baseada no poder de algumas famílias. Essa característica vai impactar sobre a distribuição das instituições de ensino superior nas regiões do estado.

Até o final da década de cinquenta, Sousa ressentia-se da falta de estabelecimento de

ensino secundário, isto é, de primeiro e segundo graus. Apenas a Escola Normal Regional São José, formava professores para o “ensino primário” que permitia o acesso ao ginásio, e oferecia a juventude a particularmente aquela parcela pobre da população condições para o prosseguimento dos estudos até ali. (MATOS, 1991, p. 23).

Até o início do século XX, ainda segundo Matos (1991), Sousa vivia uma realidade amarga, não tinha acesso à educação superior e as famílias mais abastadas mandavam seus filhos para Patos, Cajazeiras, João Pessoa, Campina Grande ou até mesmo para estados vizinhos para obterem o “título de Doutor”. A educação neste momento não fazia parte das metas governamentais da cidade, o progresso e desenvolvimento econômico era o projeto primordial dos parlamentares da época.

Corria o ano de 1971, num período em que os políticos apenas coonestavam os atos da ditadura militar e aos parlamentares, sob suspeição, era vedada a iniciativa de todo e qualquer procedimento que implicasse em despesa para os cofres públicos, eu sonhava com a criação de um curso de nível superior de Sousa. Descobri logo as insuperáveis dificuldades que teria pela frente, e como se diz hoje que não era por ali o meu caminho. (MATOS, 1991, p. 27).

Conforme Matos (1991), em 1971 foi iniciado os primeiros passos para a implementação do ensino superior na cidade de Sousa. No projeto inicial tinha a criação de escolas de Agronomia e Veterinária, aproveitando o acampamento do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas- DNOCS⁵⁷, em São Gonçalo. A perspectiva era usar as instalações, recursos técnicos e recursos humanos (pessoas com ensino superior seriam utilizadas para o corpo docente da escola) existentes. No entanto, a proposta foi recusada pelo Ministério do Interior e pelo próprio DNOCS.

Por conseguinte, Eilzo Matos⁵⁸, foi o idealizador do projeto de implantação do ensino superior na cidade de Sousa, o projeto inicial, segundo Matos (1991) propiciou a criação do curso de bacharelado em Direito, em parceria com o convênio da Prefeitura municipal de Sousa e Fundação Padre Ibiapina. Essa instituição era sediada na capital João Pessoa, dedicada educação, proporcionou o apoio almejado para o desenvolvimento desse projeto. Destarte, após intensas reuniões oriundas desse convênio foi dada a largada para o funcionamento da Faculdade de Direito de Sousa. Assim:

Legalmente representado a Faculdade de Direito de Sousa recém-criada, a Fundação Padre Ibiapina encaminhou ao Conselho Estadual de Educação o requerimento

⁵⁷ Conforme o site do DNOCS ele foi “Criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS através do Decreto 7.619, de 21 de outubro de 1909, editado pelo então Presidente Nilo Peçanha, foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido. O DNOCS recebeu ainda em 1919 (Decreto 13.687), o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS antes de assumir sua denominação atual, que lhe foi conferida em 1945 (Decreto-Lei 8.486, de 28/12/1945), vindo a ser transformado em autarquia federal, através da Lei nº 4.229, de 01/06/1963.” Disponível em <http://www2.dnocs.gov.br/historia>. Acesso em 19 de abril de 2017, as 10:46.

⁵⁸ Autor do livro “Faculdade de direito, campus IV da UFPB” de 1991.

pedindo autorização para seu funcionamento. De sua apreciação e análise resultou a publicação no Diário Oficial do Estado de 29.07.71 da Resolução Nº16/7, aprovando o parecer do Conselheiro Antônio Nominando Diniz, notável educador, jurista, humanista paraibano, que relatara favoravelmente o processo. (MATOS, 1991, p. 43).

Após seu reconhecimento, a Faculdade Direito passou a ser uma instituição de ensino superior, proporcionando aos filhos do Alto Sertão Paraibano o acesso, ainda que mínimo, celetista e elitista, a uma educação superior. A faculdade de direito de Sousa, oportunizou o título de “bacharel em direito” não apenas aos filhos da terra, mas a estudantes das mais variadas cidades do Nordeste Brasileiro, como nos mostra Matos (1991). Sua primeira turma concluinte, em 1976, contou 26 bacharéis em direito.

Ainda de acordo com Matos (1991), em um segundo momento - 1979 a 2002 – a então Faculdade de Direito foi incorporada à Universidade Federal da Paraíba-UFPB, e passando a integrar o CAMPUS VI desta instituição através da Resolução nº. 385/79, de 11 de dezembro de 1979. Recebendo, assim, os servidores, docentes e discentes da antiga Faculdade de Direito de Sousa. Para tanto, trazemos o relato de uma de nossas entrevistadas que compõe a gestão institucional. Marizete nos diz que:

No campus de Sousa nós tivemos durante essas 3 fases a oportunidade de crescer ampliando o número de cursos. Quando nós começamos o primeiro curso direito em 1972, era uma fundação. Uma fundação de cunho privado que depois passou a ser uma fundação municipal, por interesse municipal da época e só depois ela foi encampada pela UFPB. Nós passamos a ser um departamento do CCJS da UFPB e anos depois, na condição de departamento, nos elevamos a condição de Centro, embora nós fôssemos um centro de um curso só: o curso de direito. Depois houve a expansão, ainda na década de 1970. Já na década de 1980 houve a expansão de mais um curso e, posteriormente, nós conseguimos mais outro curso. Todos ainda cursos de direito, passando a funcionar um curso pela manhã, um curso a tarde e um curso a noite. São registros independentes no MEC, então, por isso nós podemos afirmar que temos 3 cursos de direito.

Por conseguinte, em 28 de abril 1981, a Faculdade Direito de Sousa foi validada pelo Ministério da Educação, regida pela portaria de número 53 de 28.04.81, sendo reconhecida dois anos após, em 12 de agosto de 1983, pelo Conselho Federal de Educação por meio da portaria de número 352/83, publicada no Diário Oficial da União em 18 de agosto do corrente ano.

Em vista disso, em 03 de janeiro 1989 tivemos a institucionalização do campus IV como centro da UFPB, pela Portaria nº 01/1989, passando a ser conhecido como Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) como ainda é intitulado na atualidade. Inicialmente a administração do centro foi organizada tem como Diretor Jarismar Gonçalves de Melo e vice-diretor Misael Fernandes Neto (1989/1993) sem eleições diretas, apenas nomeados. Logo em seguida, a segunda Diretora, a Professora Maria de Lourdes Rodrigues e vice-Diretora

Professora Ângela Maria Rocha Gonçalves Abrantes (1993 a 1997), estas eleitas pela comunidade universitária. Por fim, ainda enquanto UFPB, tivemos como diretor o Professor Mozart Gonçalves de Abrantes e vice-diretor Professor Joaquim Cavalcante de Alencar (1997/2001) (Dados retirados do site oficial do CCJS).⁵⁹

Após anos de pertencimento à Universidade Federal da Paraíba, tivemos desmembramento da UFPB em 2002, e assim a criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) pela Lei 10.419 de 09 de abril de 2002. A partir desse momento deixou de ser o Campus VI-UFBP/Sousa e passou a pertencer a UFCG, ainda que mantendo a denominação de Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – Campus Sousa (CCJS/UFCG). Naquele momento funcionava ainda com as mesmas instalações da antiga Faculdade de Direito de Sousa, porém, com uma considerável ampliação e melhoria em sua estrutura física.

Atualmente, o CCJS conta com 6 (seis) cursos de graduação, sendo eles 3 (três) Cursos de Direito (anteriormente comentado pela entrevistada Marizete na página 14), 1 (um) curso de Ciências contábeis, Administração e Serviço Social. Conta também com o programa de pós-graduação Lato Sensu, que se faz representar em dois cursos de especialização: um em Educação em Direitos Humanos na modalidade de Ensino a Distância (EAD) e outro em Gestão Pública (PROFIAP). Além de duas especializações aprovadas no primeiro semestre de 2017, uma em Direito Penal e Processo Penal e outra em Serviço Social, Políticas Públicas e Formação Profissional, que iniciam suas atividades no segundo semestre desse ano.

Buscando estudar esse processo e compreendendo a necessidade de aprofundamento sobre as condições em que se realiza a nossa formação nessa instituição, surgiu o interesse principal de nossa pesquisa: delinear como se deu o processo de interiorização do ensino superior, no caso mais específico, da emersão do curso de Serviço Social na cidade de Sousa-alto Sertão Paraibano, e como essa “evolução da democratização do ensino superior” vem mudando a realidade dos/das filhas/filhas da classe trabalhadora.

4.4 A EXPANSÃO PELA VIA DA INTERIORIZAÇÃO: NOVOS HORIZONTES SENDO MOLDADOS PELA REFORMA DO ENSINO SUPERIOR.

A intensa necessidade de ampliação do ensino superior para os filhos/filhas da classe trabalhadora, fez com que o Governo Federal suscitasse de planejamento para elaboração de

⁵⁹ Disponível em <http://www.ccjs.ufcg.edu.br/Paginas/Institucional/Historia.php>. Acesso em 29 de maio de 2017 as 08:30 horas.

programas/projetos a fim de proporcionar à expansão e o acesso democrático a todos/todas a cursos do ensino superior. Para tanto, a política aplicada pelo governo federal nos últimos anos tem sido a de ampliação de vagas no ensino superior via iniciativa privada – pelas parcerias público-privada – bem como, pela ampliação das Instituições de Ensino Superior – IES. Assim sendo:

É neste cenário que se apresenta a proposta de Reforma da Educação Superior do Governo Lula. Esta proposta, maquiada pelo discurso da “democratização” da educação, encobre a estratégia de privatização das instituições públicas de ensino superior através da retomada “envernizada” do conceito de público não-estatal presente na Reforma do Estado Brasileiro, elaborada por FHC-Bresser Pereira, via parcerias público-privado; regulamentação das fundações de direito privado; proposta de autonomia universitária como autofinanciamento das Instituições de Ensino Superior; Lei de Inovação Tecnológica que viabiliza a transferência de tecnologia das universidades e centros de pesquisa para as empresas, entre outros. (LIMA, 2006, p.4-5).

Ainda sobre isso, as falas do/a entrevistado/a Luís e Carla, ambos estudantes do curso de Serviço Social, trazem, em breves palavras, como compreendem o processo de expansão/interiorização dessas instituições pelo Brasil:

O processo de interiorização das instituições de ensino superior público no Brasil, sem dúvidas, tem sido de grande valia para os estudantes, sobretudo, os que são oriundos de famílias de baixa renda, bem como, na ampliação do ensino superior público e gratuito. No entanto, não podemos desconsiderar o processo de precarização que essas instituições vêm enfrentando, face à política neoliberal, acompanhando a lógica da contrarreforma do ensino superior, expresso, basicamente, em dois movimentos: a expansão precarizada do ensino superior e a mercantilização da educação. (Entrevistado Luís)

Vejo que as políticas públicas de educação em relação às universidades públicas e sua expansão tiveram um significativo respaldo positivo, para possibilita um aumento na escolaridade e melhores condições de vida à população carente, que não tinha condições de se deslocar até os centros onde se encontravam o maior contingente de universidades. (Entrevistada Carla).

Assim, uma das estratégias de ampliação do acesso ao ensino superior foi implantação do Reuni, que já fora tratado no capítulo precedente. Por meio deste, ocorreu a expansão das instituições públicas federais em regiões que anteriormente jamais poderiam imaginar receber uma universidade pública, gratuita, popular e socialmente referenciada. Com possibilidade, assim, de propiciar o desenvolvimento educacional, social e econômicos de pequenos centros urbanos. De acordo com MEC (2010)⁶⁰, a rede de expansão federal de ensino, intitulada de Expansão I (Pré-Reuni), sucedeu entre os anos de 2003 e 2007 com a meta inicial de interiorizar o ensino superior público federal no Brasil e nesse período conseguiu o aumento de 114 instituições em 2003, para 237 em 2011. Desde o processo inicial da expansão foram criadas/consolidadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi, possibilitando,

⁶⁰ Disponível http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81. Acesso em 09 de maio de 2017, as 12:33 horas .

assim, a ampliação de mais vagas e a formação de novos cursos de graduação. Esse acesso ao ensino superior teve como um dos objetivos, a redução das desigualdades sociais/regionais e a reorganização a estrutura do ensino superior no país.

No que concerne ao processo de interiorização das Instituições federais, a Comissão de Acompanhamento das Ações de Expansão do Ensino Superior (criada por meio da Portaria no. 126/2012), afirma que dentre entre os anos de 2003 a 2010, houve um aumento significativo no número de municípios atendidos por universidades federais. Inicialmente eram 114 e aumentando o número para 275 municípios, obtendo um crescimento de 102%. A tabela abaixo apresenta dados da expansão das instituições federais no período de 2003 a 2013.

Tabela 1 – Expansão das IES – Brasil (2003-2013)

	2003	2010	2013
Universidades	45	59	69
Campus/Unidades	148	274	321
Municípios atendidos	114	230	275

Fonte: Análise sobre expansão das universidades federais – 2003-2012. Relatório da comissão instituída pela Portaria no. 126/2012. (2012).

Figura 3 - Instituições de educação superior, por organização acadêmica, categoria administrativa e localização (capital/interior)

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Instituições														
	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			JF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	2.381	841	1.550	195	87	108	140	54	86	2.016	670	1.346	40	30	10
Pública	301	98	203	111	49	62	10	1	9	140	18	122	40	30	10
Federal	106	64	42	62	31	31	.	.	.	4	3	1	40	30	10
Estadual	119	34	85	38	18	20	1	1	.	80	15	65	.	.	.
Municipal	76	.	76	11	.	11	9	.	9	56	.	56	.	.	.
Privada	2.080	743	1.347	84	38	46	130	53	77	1.876	652	1.224	.	.	.

Fonte: MEC/Inep/SEEC – Censo da Educação Superior - 2013.

De acordo com a figura ilustrada acima, podemos visualizar um relativo e significativo crescimento de universidades federais nas cidades interioranas, o que demonstra o processo de

ampliação e expansão dessas universidades públicas, totalizando 62 nas cidades do interior e 49 nas capitais. Trazendo ainda resultados em dados percentuais temos: 55,85% e 44,14%, respectivamente. No tocando as Instituições Federais de Ensino Superior- IFES, tivemos um crescimento equivalente. As instituições de ensino estadual têm um crescimento equiparado entre 18 e 20, mais precisamente, em dados percentuais 47,3% e 52,6%. A iniciativa privada apresenta um crescimento maior quando comparado com as demais categorias 45,2 % nas capitais e 54,7%.

Todavia, a maioria das instituições de ensino superior que estão localizadas nas cidades interioranas do Brasil são faculdades, expressam um total de 1.346, sendo que 60% delas pertencem ao setor privado brasileiro o quantitativo de 1.224 unidades. Esses dados vêm enfatizar a nítida expansão das IES pela via da iniciativa privada, principalmente nas cidades do interior, fortalecendo o processo de privatização ensino, como também aumentar o processo de elitização do ensino superior.

A significativa expansão das IES, descritas nos dados expostos acima, vem demonstrar o caráter excludente e desigual da interiorização quando comparada ao processo expansionista das capitais brasileiras. Os cursos superiores, em sua maioria, são ofertados por faculdades, como bem representa da Figura 3, rebatendo diretamente no compromisso primordial e basilar da estrutura de ensino superior que é cumprimento do tripé básico da educação (ensino, pesquisa e extensão). Destarte, essas instituições estão preocupadas apenas com o oferecimento do ensino que, na maioria das vezes, não é oferecido com qualidade. Outrossim, a interiorização ainda é majoritariamente de instituições privadas, ainda que esse processo traga consigo o sonho da inserção dos filhos e filhas da classe trabalhadora no ensino superior.

A expansão das universidades públicas federais proporcionou a criação de cursos específicos para determinadas regiões, que fizeram com que os filhos/as da terra permanecessem em suas cidades de origem para cursar uma graduação dentro de sua própria realidade. Um bom exemplo dessa experiência se desenvolve em Sumé, interior da Paraíba, onde são ofertados cursos na área do campo. Isso vem permitindo àqueles que trabalham na terra e que almejam estudar, a possibilidade permanecer realizando suas atividades da lavoura/agricultura e ajudem no desenvolvimento/crescimento das atividades de sua família. Para abordar um pouco mais sobre essa experiência trago o relato de Isabella, uma representante do Diretório Acadêmico do curso de Direito do CCJS, que fez referência a essa realidade:

Eu considero bastante positivo no sentido de que alguns avanços, alguns alunos não conseguem sair do seu interior e ir para capital fazer uma graduação, há um problema que é complicado. Em Pernambuco, por exemplo, você encontra universidades/faculdades mais em Arco Verde, Recife etc...(...) A partir do momento que foi trazido a universidades pra Serra Talhada que é interior, vários alunos do interior, do sertão do Pernambuco puderam fazer/cursar uma graduação. Então hoje, nós temos na UFCG um curso denominado educação do campo que existe no campus de Sumé e que vem atendendo a alunos da zona rural, fazendo com que esses alunos permaneçam na zona rural, fazendo seu trabalho na lavoura, ou seja, tirando toda aquela ideia que o estudante tem que deixar o sítio, deixar a sua família e o trabalho rural pra ir cursar uma graduação. Aí ele pode conciliar as duas coisas. Então, eu enxergo de uma maneira muito positiva. Acho que isso proporciona uma expansão, como a própria pergunta, uma expansão no ensino e proporciona que alunos de baixa renda tenham condições de cursar uma universidade. O ponto negativo que eu penso é que talvez essas políticas não ofereçam um suporte completo. Ela expandiu para o interior, mas muitas vezes deixa a desejar. Mas isso é totalmente passível de compreensão e com o decorrer do tempo isso pode ser melhorado. A prova disso é que depois que houveram essas expansões das universidades essas coisas vêm melhorando e os campus do interior tem tendência só de crescer cada vez mais e oferecer um ensino de qualidade. (Isabella, representante estudantil do Diretório acadêmico de direito).

À vista disso, os resultados obtidos por essas políticas de expansão são cristalinos quando analisados e enfatizados os dados do Censo da Educação Superior de 2014 (CENSUP-2014), reafirmando a expressiva tendência das políticas de expansão/ampliação da educação quantitativamente expressas no número de matriculadas/os na graduação que totalizou um número de 6.486.171 matrículas em 2014. Esses dados, em termos percentuais, representam que 33% da população entre 18 e 24 que está no ensino superior. Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), a proposta é alcançar a meta de atender a 29,8% da população nesta faixa etária. Assim, o processo de interiorização das instituições de ensino superior tem contribuído para a conquista dessas metas. Ainda no que tange os dados do Censo da Educação Superior de 2014, totalizam o número de matrículas no em ensino presencial um total de 3.013.758 estudantes na capital e 3.472.413 no interior. Um dado que apresenta um caráter positivo, considerando que o número de instituições privadas nas cidades interioranas é maior, todavia o número de estudantes matriculados em universidades públicas representa um percentual progressivo.

Tabela 2 - Número de alunos/alunas matriculados na capital e no interior.

Ano	Capital	Interior
2007	370.843	207.693
2014	635.478	912.529
%	41,64%	77,23%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por conseguinte, é notório o processo de expansão/interiorização das universidades federais no Brasil, visto que as matrículas vêm crescendo anualmente, especialmente após a criação do REUNI em 2007. Isso representa também uma conquista para os filhos e filhas da classe trabalhadora, compreendendo que pela via da interiorização das IES tiveram oportunidade de ingressar em ensino público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado. Desse modo, a análise da Comissão de Acompanhamento das ações de expansão do ensino superior afirma que:

Há um reconhecimento de que o fenômeno da interiorização traz, para além da possibilidade de acesso, contribuições expressivas para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas essas unidades acadêmicas, uma vez que, juntamente com o ensino, se desenvolvem a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, o REUNI constituiu-se como um programa que possibilita as IFES cumprir seu papel de apoio ao desenvolvimento dos estados, das regiões e do país. (p. 27).

Em consonância com BRASIL (2012) Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012⁶¹, tivemos um crescimento de 60% nas matrículas de graduação na modalidade de ensino presencial nos anos entre 2003-2011, obtendo um aumento considerável de 90% nos programas de pós-graduação stricto sensu. Além do mais, a ampliação de matrículas de graduação no ensino de modalidade a distância representa, percentualmente, um valor de 520%⁶², sendo este último dado bastante preocupante pois evidencia que os índices de matrículas nas instituições de ensino à distância são notoriamente maiores, prejudicando o processo de ensino e aprendizagem desse discentes. Assim, Lima diz que:

⁶¹ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>.

⁶² Vale salientar que no Brasil, até meados dos anos 1990, a modalidade de Ensino a distância (EAD) era ofertada principalmente por cursos profissionalizantes/técnicos e/ou complementares. Conquanto, com o avanço das tecnologias e a proliferação em larga escala da internet e do uso do computador, essa realidade se transmutou e nos primeiros anos desse século, os respectivos cursos passam a incorporar também aqueles de nível superior, conforme regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 “Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”.

A análise da política de educação à distância só pode ser realizada, portanto, nos marcos da crescente desresponsabilização do Estado no que diz respeito ao financiamento da educação superior pública; do estímulo a medidas que acentuam a privatização interna das instituições de ensino superior (IES) públicas; do aprofundamento do processo de empresariamento da educação superior, por meio da ampliação do número de cursos privados e/ou da imposição de uma lógica empresarial à formação profissional; e da política de redução do tempo de duração dos cursos e de precarização do trabalho docente. (LIMA, 2008, p. 19).

Os dados supramencionados exemplificam cristalinamente os efeitos da política de expansão do REUNI, mesma medida que temos essa evolução e progressão no interior das universidades já consolidadas, temos na contrapartida a expansão do ensino em regiões descentralizadas do país, promovendo assim, um evolutivo processo educacional. Todavia, a qualidade no ensino não crescer com a mesma proporcionalidade, ocasionado um modelo de expansão sucateado e precarizado, fora dos padrões de educação sonhado, dentro de uma perspectiva crítica, popular, gratuita e principalmente de qualidade.

No entanto, o processo analítico dos impactos da expansão/ampliação e interiorização das universidades públicas federais não será sanado no transcorrer desse trabalho, haja vista que isso deve ser observado a longo prazo por tratar-se de uma política móbil e que demanda de um prazo avaliativo maior para obtenção de análises e dados concretos.

A seguir, analisaremos o processo de expansão/ampliação do ensino superior na cidade de Sousa no Alto Sertão da Paraíba/PB, mais especificamente o caso da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com foco nesse movimento de interiorização intensificado após a adesão desta instituição ao REUNI e, conseqüentemente, a criação do curso de Serviço Social na respectiva cidade.

4.5 CAMPUS SOUSA: EMERGÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA CIDADE SORRISO

Para a concretização do presente estudo, realizamos um caminho histórico até chegar à realidade da cidade de Sousa/PB. Discutimos as políticas educacionais desde o período da ditadura até políticas de reformas do Estado brasileiro, além de trazer breves reflexões a respeito das políticas educacionais da contemporaneidade, principalmente após os anos 2000.

Para além dessa discussão de ordem nacional, trouxemos também como surgiram às primeiras instituições de ensino superior do Estado da Paraíba, a fim de compreender como se idealizou e efetivou o processo de implementação da primeira instituição de ensino superior na cidade Sorriso, Sousa/PB. Inicialmente tínhamos uma fundação que financiava esses serviços juntamente com a prefeitura, a posteriori tivemos a federalização dessa instituição

passando a ser UFPB, anos depois com o seu desmembramento que foi criado a UFCG. Após a feitura desse percurso histórico, buscando compreender os determinantes que propiciaram a o processo de interiorização as IES, é chegado o momento que iremos trazer singelas reflexões a despeito do processo de emersão do curso de Serviço Social, cidade de Sousa e como essa expansão das IES proporcionou o acesso mais democrático aos filhos/filhas da classe que vive do trabalho.

De acordo com ANFIDES (2012)⁶³ atualmente o CCJS, localizado na BR 230 na altura do KM 466, tem uma área de mais de 1 milhão de m², contendo 13 edificações erguidas (cerca de 700 mil m² de área coberta) e pavimentados 17 mil m² de acesso, com um circuito de passarelas interligando as unidades. O CCJS oferece 4 cursos, citados anteriormente, dentre eles o Curso de Serviço Social. Desde o início, o objeto central da nossa pesquisa, para além de trazer a importância do processo de interiorização e expansão do acesso uma educação pública para as cidades do interior brasileiro, foi discutir sobre o processo de emersão do curso de Serviço Social na “Cidade Sorriso”.

Figura 4 – Campus novo do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais



Fonte: Site oficial do CCJS

Segundo informações do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPC), o curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande foi criado no ano de 2009, situado institucionalmente no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da cidade de Sousa-Alto Sertão Paraibano, e compõe a Unidade Acadêmica de Direito (UAD). A primeira turma continha cerca de 50 alunos ingressos no ano de 2010, concluindo em 2014. A via de

⁶³ Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/ufcg-inaugura-nesta-sexta-o-novo-campus-de-sousa/>>.

ingressos desses alunos que é anual e se dá pela realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

De acordo com a entrevistada Marizete, que compõem o grupo de gestão do CCJS, o processo de emersão do curso de Serviço Social em Sousa começou a se desenvolver ainda em 2008, com os primeiros indícios de expansão das IES sob a lógica do REUNI. A mesma nos relatou que inicialmente, na primeira fase da expansão, foi criado o curso de Ciências Contábeis. A posteriori, em um segundo momento dessa expansão, o Campus CCJS/UFCG obteve a oportunidade de criação de dois novos cursos. Todavia, foi necessário fazer uma pesquisa preliminar, ou seja, consultar a sociedade e os demais membros do recém-criado campus, qual seria o melhor curso para atender as demandas históricas e sociais da cidade de Sousa. Assim, Marizete diz que:

Essa foi a filosofia adotada e, portanto, exigida como recomendação pelo próprio programa REUNI, que os cursos que estivessem sendo criados tivessem condições de compartilhar os recursos humanos já existentes, portando, criados pelo Brasil a fora. Assim nós fizemos. Por ocasião do REUNI fomos chamados a pensar na criação de mais dois novos cursos para o campus de Sousa. Nós fizemos de forma muito rápida e simplificada como exigia o cronograma do programa. Fizemos uma enquete na sociedade, aplicamos esse questionário com a ajuda dos nossos alunos, dos nossos servidores e nossos professores, como também aplicamos esse questionário em alguns pontos da cidade e conseguimos uma relação de 10 cursos. Dentre eles, tivemos a sinalização do curso de Serviço social e do curso de Administração, tendo ficado em terceiro lugar o curso de psicologia. Então como nós só tínhamos autorização do governo e da própria UFCG para pensar em dois cursos seguimos a ordem em que a enquete sinalizou, no caso Serviço Social e Administração.

Inácia, que também compõe o grupo de entrevistadas que estão na gestão, em consonância com a fala de Marizete, enfatiza que:

[...] nós da UAD fizemos um estudo e achamos bem-vindo o curso de Serviço Social, e aí os professores foram designados [...] para elaborar o PPC, sem a ajuda de ninguém da área. Claro que a primeira versão veio com falhas porque a gente não tinha a formação específica. Pegamos as diretrizes curriculares, mas a gente não tinha a formação específica. Fizemos primeira versão e o curso de Serviço Social graças a Deus foi criado vinculado a unidade de direito.[...]

Diante do exposto, o Curso de Serviço Social na cidade de Sousa, emergiu na fase inicial do processo de expansão das IES com o incentivo para que houvesse a abertura de novos cursos nos Campus fora de sede. Nesse caso, seria necessário o reaproveitamento dos recursos humanos dos cursos já existentes para a formação do quadro de professores dos cursos recém-criados, de modo que professores de áreas afins, a exemplo de sociologia, filosofia, psicologia entre outros, pudessem ter disciplinas em ambos os cursos. Neste caso mais específico, Direito e Serviço Social. Além dos técnicos administrativos que foram realocados, sem que houvesse o processo de concurso público. Para melhor exemplificar tal processo Francisca que também faz parte das entrevistadas que estão na gestão, diz que:

[...] Os cursos que vivenciaram uma situação de não ter nem se quer a estrutura física em termos de universidade. Além disso, você coloca toda uma demanda inicial de um curso que foi pensando em seu projeto de origem, a partir de uma articulação direta com um “curso mãe”, assim um curso gerador, um curso maior, que no nosso caso seria o Direito e partir dele se geraria o curso de Serviço Social, conseqüentemente o próprio Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social foi pensando com disciplinas em grande parte, inclusive, foi justificado para que se pudesse ser a provado o curso de Serviço Social que houvesse professores de direito pra dar aula aquele curso. Fora isso, você tem uma série de componentes curriculares nas disciplinas introdutórias de áreas afins que a gente dialoga, por exemplo filosofia, sociologia e história, esses foram os primeiros concursos a serem realizados para professores do curso. Então, por um bom tempo nós não vamos ter professores/professoras assistentes sociais, seja para pensar o caráter da particularidade aquela formação, ou até mesmo para dar de conta de matérias específicas da profissão.⁶⁴

A posteriori os tramites legais do primeiro processo de criação/aprovação dos curso do REUNI, veio a fase a primordial para moldagem, ou seja , a construção inicial do Curso de Serviço Social na cidade Sorriso, a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, de acordo com relatos de Marizete, inicalmente foi formada duas comissões lideradas pelos Professor Joaquim Alencar e pelo Professor Mizael, além outros professores que no momento a entrevistada não se recordava , com o propósito de fomentar o PPC, a mesma relata que diante do tempo e da necessidade houveram algumas na composição do mesmo, já que os profissionais que foram designados para realização tal tarefa não possuíam um aprofundamento teórico-metodológico acerca dos conteúdos de norteiam o Serviço Social.

Ademais, o curso de Serviço Social da UFCG CAMPUS SOUSA – CCJS, tem a duração de 4 anos, ou seja, 8 semestres letivos. Dentro da realidade sertaneja do Estado da Paraíba, foi o primeiro curso de Serviço Social em uma Instituição Pública Federal no Alto Sertão Paraibano e se desenvolve em meio ao avanço das políticas neoliberais e do processo de mercantilização da educação, principalmente pela via da educação a distância. Nesse sentido, é de grande valia a criação desse curso para a região.

Desta maneira, o Curso vem enfrentando o desafiador processo de consolidação tanto na instituição, como também na própria região. Diante de um contexto de crise política e crise

⁶⁴ Ao analisar o relato de Francisca, podemos vislumbrar o processo de precarização da própria educação, pois ainda que exista a expansão, essa não é feita com a qualidade que uma universidade pública demanda. Por outro, podemos visualizar nas entre linhas desse relato, o processo que vai além da precarização da educação. Podemos enxergar a precarização do Homem (genericamente falando), com uma sobrecarga de trabalho e, conseqüente, o desenvolvimento do processo de adoecimento da classe docente, ocasionando o processo inverso do real sentido da categoria trabalho. “Ao invés do trabalho tornar-se o elo do indivíduo com a humanidade, a produção social da vida, metamorfoseia-se num meio individual de garantir a própria sobrevivência particular.” (IASI, 1999, p. 15). Partindo desse pressuposto, a classe docente, trabalhador/trabalhadora assalariado/assalariada, faz parte dos mais diversos segmentos da sociedade representando, nesse sentido, a classe a trabalhadora, fomentando também fomentam uma engrenagem de produção. Fazendo uma pequena analogia com o Filme “Tempos Modernos”, é o professor a grande peça motriz que movimenta um grande fábrica que é a educação.

do capital, a efetivação das condições de funcionamento do curso são perpassadas por contradições que a própria realidade nos impõem, sendo essa uma luta diária que temos que travar. Para além do processo de expansão da educação pública, ferozmente demarcada pelas profundas transformações societárias.

Também encontramos esse processo representado em outras suas diversas expressões, dentre elas, a precarização do trabalho, o esvaziamento das políticas públicas estruturantes e o agudização assídua da questão social. Defronte a essa conjuntura, a consolidação de iniciativas de fortalecimento de ações direcionadas a atender as necessidades de acesso democrático e de qualidade ao ensino superior público é uma demanda pela qual o povo brasileiro deve lutar diariamente.

Com criação e formação da primeira turma, no ano de 2010, umas das principais dificuldades que foram encontradas, foi a questão da estrutura física de um campus antigo, um prédio em datado da década 70, com poucas salas, nada propicio para um ambiente universitário. Essa realidade começa a mudar apenas em 2013, com a inauguração do Campus novo na BR 230, que tivemos uma estrutura física mais adequada para um campus universitário. A principal dificuldade relatada pela entrevistada Francisca, foi o pequeno quadro de professores/as, “Neste primeiro momento do curso tivemos apenas uma professora que é assistente social, depois passou para duas. Então, assim, vai tendo essa dificuldade que se apresenta no concreto e vai repercutindo no dia a dia do curso” e repercutindo no processo de ensino e aprendizagem desses alunos”.

Tal aspecto foi bastante questionado pelos examinadores do MEC em 2013, quando vieram ao Campus de Sousa fazer a avaliação do curso para obtenção da tão almejada aprovação, segundo comentou a entrevistada supramencionada. Todavia, ao receber o relatório de avaliação do próprio MEC, os respectivos examinadores afirmam que a quantidade de professores era suficiente para a quantidade de alunos. Considerando a normativa prevista no projeto REUNI, ter 18 alunos por professor é um número consideravelmente bom, segundo os relatores. Conquanto, não foi levado em consideração as atividades que vão para além das salas aula, a exemplo de pesquisa e extensão, tripé básico para uma formação de qualidade desses alunos e que até esse momento - por questões reais e objetivas - encontrava-se fragilizada no campus. Francisca afirma ainda que “o curso surge em 2010, mas o primeiro grupo de pesquisa, se você pensa em universidade não tem como separar a pesquisa e a extensão do ensino, pesquisa em Serviço Social surge somente em 2014, no final de 2014”. O que enfatiza o processo de precarização da educação citada por Lima (2012) e tratado no transcórre deste trabalho. A entrevista relata também que existe:

Uma fragilização na qualidade do ensino que os discentes recebem na sala de aula numa perspectiva que é totalmente contraditória. Por que, ao mesmo tempo que a gente sente no concreto, que a gente vivencia e os estudantes, inclusive, percebem isso: e o quanto nós temos poucos professores. Ao mesmo tempo o relatório do MEC disse na visita, na qual está registrado no relatório que nós temos professores suficientes e diz isso a partir da própria lógica do REUNI, que é a proporção, a quantidade de professores que se espera para um curso que é REUNI. Quando você compara com outros cursos que não são REUNI você consegue perceber o quanto está longe, mas para todos os efeitos nós temos um quadro suficiente. Oficialmente é isso e foi algo que inclusive nos surpreendeu na época da visita do MEC, pois na conversa com os avaliadores só com os professores, em determinados momentos, os avaliadores da área do Serviço Social comentavam: “são só vocês de professores, tão pouco professores, como é que vocês fazem?” E essa conversa, nessa linha nós fez, inclusive, a criar expectativa que depois revelou como ilusória. A expectativa que a gente tinha era que após receber esse relatório do MEC, já que a conversa pedagógica tinha sido nesse sentido de reconhecer e de, inclusive, se assustar com tão poucos professores, a expectativa era que a gente pudesse usar esse relatório do MEC como instrumento de luta e de pressão interna para ter mais concurso, né?

Atualmente essa realidade mudou um pouco, o curso conta agora com 6 professores/professoras assistentes sociais, duas substitutas também com formação em Serviço Social em razão de dois professores assistentes sociais que estão de licença para a feitura do Doutorado e três professoras de áreas afins nas áreas de história, filosofia e outra de psicológica que até esse semestre também são cedidas para ministrar disciplinas nos Cursos de Direito.

O curso conta também com a formação da primeira turma de especialização em Serviço Social, Políticas Públicas e Formação Profissional⁶⁵, contendo 30 profissionais, dentre eles/elas alunas/alunos egressos da instituição e profissionais dos mais diversos espaços sócio- ocupacionais da região.

Conquanto, é fácil compreender que para além da expansão, o REUNI aprofundou o estado de precarização da formação profissional em todos os cursos que emergiram nessa modalidade. Há o aumento quantitativo de alunos/alunas ingressos no ensino superior, porém não há uma disponibilização e/ou ampliação dos recursos humanos e financeiros para a garantia de uma formação profissional de qualidade. Ampliam-se as vagas, mas os recursos não chegam na mesma proporção. (PINTO, 2013).

⁶⁵ De acordo com projeto elaborado pela comissão de seleção. a especialização Lato Sensu em Serviço Social, Políticas Públicas e Trabalho Profissional, tem intuito de proporcionar aos profissionais de Serviço Social que são supervisores de campos uma especialização totalmente pública, gratuita e socialmente referenciada. Além de formação profissional mais crítica, na qual o respectivo profissional possa apreender as reais contradições realidade concreta, diante do debate acerca dos aspectos éticos-político, técnico-operativos e teórico-metodológico do Serviço Social. Tal especialização tem ainda o propósito de trazer uma contra partida da universidade para aos campos de estágio, sejam eles da esfera pública ou privada, proporcionado as profissionais discussão da prática profissional, principalmente no que concerne ao estágio supervisionado na cidade de Sousa e região.

Em conformidade com a autora citada, como consequência da ampliação do ensino, temos a precarização do trabalho docente, que tem rebatido na massificação do ensino superior. A precarização se expressa nos mais diversos fatores, dentre eles o diminuto quadro de professores/professoras. Como consequência desse processo, vamos ter a sobrecarga de trabalho destes/destas profissionais, donde há um acúmulo grande no número de disciplinas por docente, ocasionando na quebra de qualidade da formação profissional dos/das discentes. Afeta também à qualidade das orientações, da supervisão acadêmica e de estágio, uma vez que temos o quadro docente reduzido. Além da dificuldade no desenvolvimento da pesquisa e extensão, oriundo da sobrecarga desses/dessas professores/professoras que acaba incidindo em algumas dessas dimensões, deixando lacunas na formação profissional, sendo este um dos elementos que vem a ocasionar o processo de (des)construção do projeto de formação.

Partindo desse pressuposto, a universalização do ensino superior não vem cumprindo as recomendações propostas pelas Diretrizes Curriculares de 1996, sendo reconhecida pelo MEC apenas em 1999. A aprovação da LDB vem ampara as necessidades de articulação do tripé ensino- pesquisa- extensão de forma a propiciar o desenvolvimento da capacidade investigativa e interventiva da profissão, através da indissociabilidade teoria-prática. Sumarizando o ensino superior a uma capacitação e adestramento para a intervenção profissional, trazendo implicações para o desenvolvimento da capacidade crítica do futuro profissional. Para tanto, Vanderley representante do DCE nos relata que:

Quando eu deixei de ser aluno Prounista na faculdade que eu estudava, foi em busca de pesquisa e extensão, por que o ensino eu já tinha, mas a faculdade só era responsável pelo ensino em si. Então eu procurei fazer minha transferência, sai de uma cidade que era 80 km da minha cidade de origem, onde eu ia e voltava quase todos os dias, para outra cidade que é quase 400 km da minha casa em busca disso. Não consegui encontrar a qualidade, não consegui encontrar esse tripé. O ensino você tem um ensino de qualidade, a extensão você ainda tem, mas a pesquisa é quase inexistente. Tirando o ponto de vista do campus de Sousa, da nossa realidade, não posso dizer como funciona nos outros campus e nas outras instituições recém-criadas com a política de expansão do REUNI. Principalmente, quando elas não são do campus sede, como ocorre aqui em Sousa, então eu acho sendo bem direto que não, que a qualidade é... Que necessitaria que fosse acompanhada com a expansão das universidades, caso que não foi realmente acompanhada, falta muito para investir em pesquisa e extensão.

A realidade do curso de Serviço Social hoje no CCJS é bem diferenciada do período de sua emersão, principalmente ao que tange a efetivação do tripé básico da educação superior. Já no final de 2014, foi criado o primeiro grupo de pesquisa do CCJS, o Grupo de

Estudos e Pesquisas Marxistas em Serviço Social - GEPEMSS⁶⁶, idealizado inicialmente pelas professoras Maria Clariça Ribeiro e Maria Aparecida Nunes, juntamente com as demais professoras do curso. A primeira seleção ocorreu em 2015 pela via de processo seletivo (Prova escrita e Entrevista), sendo selecionados/as 5 alunos/alunas, eu fiquei entre estes e ainda faço parte.

Para além desse Grupo de pesquisa, tivemos no ano de 2017 um grande avanço no curso de Serviço Social através da aprovação de vários projetos de extensão, essa inserção vem propiciar aos/as discentes um olhar mais amplo através da experiência que vai além dos conhecimentos aprendidos em sala de aula. É um momento oportuno para que os/as alunos/as entrem em contato com as comunidades o possam desenvolver trabalhos/projetos que tragam alguns benefícios na área social, jurídica, da saúde ou até mesmo na educação. É a universidade cumprindo seu papel social de levar o conhecimento acadêmico para fora dos muros universitários. No curso de Serviço Social – campus Sousa temos os seguintes Projetos de extensão⁶⁷:

⁶⁶ O Grupo de Estudos e pesquisas Marxistas em Serviço Social, iniciado aproximadamente a 2 anos, encontra-se ainda em seu período de vigência, tem se mostrado um instrumento de suma relevância no processo de politização dos/das discentes do curso de serviço social da UFCG, sobretudo no diz respeito a compressão da perspectiva histórico dialética que se inscreve a partir dos inscritos de Marx. Nesse sentido, atualmente contamos com a participação de 8 a dez integrantes, para além dos docentes que estão a frente do GEPEMSS. O grupo é subdividido em 4 subprojetos : 1) o surgimento do curso de Serviço Social da UFCG no contexto do processo de interiorização dos cursos de Serviço Social a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); 2) a particularidade socioeconômica e cultural do município de Sousa e sua relação com o processo de criação do curso de Serviço Social; 3) o processo de elaboração e implantação do curso de Serviço Social, de modo específico, a partir dos principais sujeitos envolvidos, inicialmente, nesse processo e 4) o perfil socioeconômico, político e cultural das(dos) discentes do curso. Dentre eles o de número quatro já foi concluído e o subprojeto de número 01 está em andamento. Como desdobramento do GEPEMSS tivemos um projeto aprova no PIVIC, intitulado “ Expansão interiorizada do curso de Serviço Social e impactos para formação profissional”.

⁶⁷ Resultado Preliminar Edital nº 08/2017 PROBEX/UFCG

<<http://ccjs.ufcg.edu.br/Paginas/NoticiaDetalhe.php?noticia=426>>.

Tabela 3 - Projetos de extensão do curso de Serviço Social do CCJS

Projetos	Coordenador (a)
(re) Conhecendo a Rede de Atenção Psicossocial de Sousa – PB: Intersetorialidade e direitos humanos	Professor Reginaldo Pereira França Junior
Assistência Jurídica e Acompanhamento Sócio-familiar aos Apenados da Colônia Penal Agrícola de Sousa – PB	Professor André Menezes Gonçalves
Serviço Social em Movimento: mobilização popular e práticas educativas junto a movimentos sociais e organizações populares	Professora Maria Clariça Ribeiro Guimarães.

Fonte: Site do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS).

Atentando para a particularidade do presente objeto de estudo, o processo de interiorização das universidades públicas federais trazendo para o caso particular da emergência do curso de Serviço Social em Sousa, identificamos como sujeitos da pesquisa os(as) estudantes do referido curso aqueles que se encontravam no 4º período e 6º período no tempo que foi realizada a presente pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa se desenvolveu com um total de 21 + 38 alunos/alunas. Além dos alunos dos respectivos períodos, realizamos entrevistas com alguns setores e pessoas estratégicas a fim de trazer dados consistentes para nossa pesquisa, dentre eles contamos com a colaboração da Direção Central do CCJS, da Coordenadora da UAD, Coordenadora do Curso de Serviço Social, realizamos entrevistas também com as representações do movimento estudantil da Unidade Acadêmica de Direitos, dentre eles DCE (Diretório Central dos/das Estudantes), DAAM (Diretório Acadêmico Antônio Mariz) e CASS (Centro Acadêmico de Serviço Social). Contamos com a participação e colaboração nas entrevistas de alguns alunos que são residentes, de alunos que a bolsa auxílio do REUNI, de alunos que residem na cidade de Sousa, além de alunos que moram em outras cidades, mas utilizam de transporte alternativo ou cedido para chegar até a universidades, todos esses alunos cursam Serviço Social no CCJS.

Cabe destacar que o critério para delimitação dos referidos semestres deveu-se ao fato de nos mesmos as/os estudantes estejam com um aporte teórico mais aprofundado, haja vista

que estavam inseridos a um certo tempo no meio acadêmico e poderiam trazer maiores reflexões para a elaboração do presente trabalho. Todavia, obtivemos um pequeno número de devolução dos questionários aplicado por se trata de uma pesquisa voluntária, não obrigatória, dependendo da boa vontade dos mesmos responder ou não ao questionário. Assim tivemos uma amostra de 59 pessoas que responderam o respectivo questionário.

No tocante a proposta de traçar o perfil socioeconômico do(a) estudante de Serviço Social é válido compreender as contradições da realidade que está além dos muros acadêmicos na formação profissional do(a) assistente social. Para a formação de um determinado perfil profissional é preciso considerar as condições objetivas e subjetivas que dão suporte a construção cultural e social da consciência do(a) estudante de serviço social. Essas condições de vida permeiam sua formação pessoal, composição familiar, situação socioeconômica, outras formações, ou seja, características que permitem traçar o perfil do estudante de serviço social.

Conquanto, faz-se necessário analisar a origem social e outras características que constroem as particularidades do perfil dos (as) discentes de Serviço Social do Campus Sousa. As principais questões que delineiam a discussão do perfil concentraram-se na questão do sexo, da identidade de gênero, idade, renda familiar, além de refletir sobre a importância da política de Assistência Estudantil para a formação profissional desses indivíduos, trazendo a compreensão desses/as alunos/alunas acerca do processo de interiorização da IES.

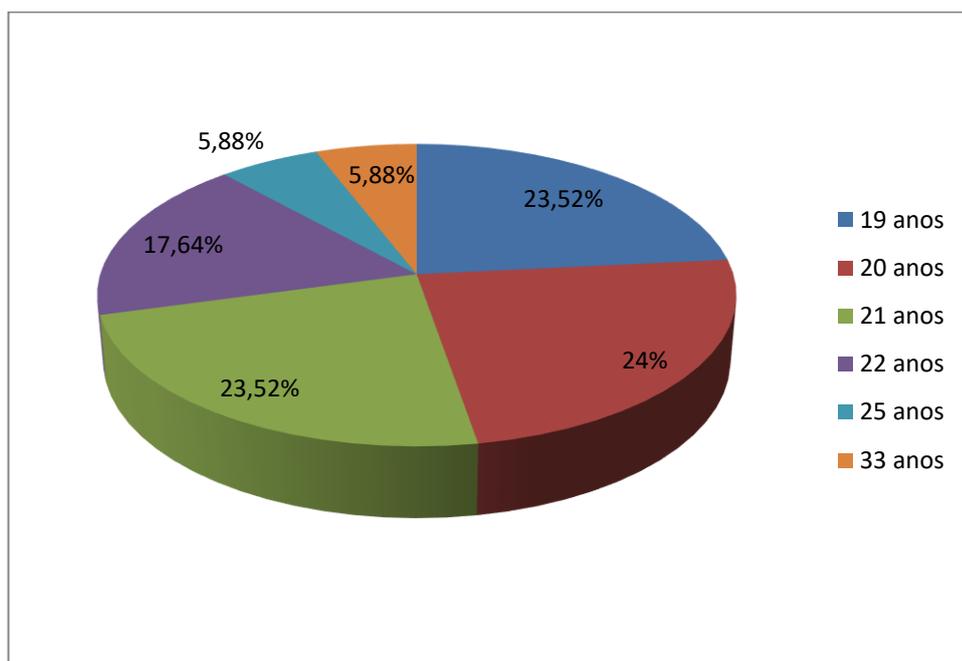
Do total dos(as) sujeitos pesquisados(as), 75 % foram do sexo feminino e apenas 25% do sexo masculino do total. Segundos dados do FONAPRACE (2011), em 2010, 53,51% dos universitários matriculados eram majoritariamente mulheres, já os homens apresentavam 46,49% dos matriculados, tendo na região Nordeste do país esse valor chega até 52,92% dos matriculados. No que diz respeito ao Serviço Social esse já é um traço histórico permeado na profissão desde suas protoformas, atribuído ao sentido de “cuidar” e a características femininas. Na mesma linha, o relatório do CFESS (2005, p.18) nos diz que a profissão “[...] ainda é predominantemente feminina, contando com apenas 3% de homens”.

No que corresponde à idade dos/das pesquisados/as obtivemos os dados expressos no gráfico abaixo. Apesar dos dados explicitados podemos inferir que reforçam as informações do CENSO DO ENSINO SUPERIOR realizado pelo INEP (2013)⁶⁸, informando que os alunos matriculados em curso de graduação estão na faixa etária de 18 a 24 anos, que na realidade de Sousa/PB representando um total de 94,56% de alunos matriculados nessa

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.portal.inep.gov.br/>>.

faixa etária. O que demonstra um número da população mais jovem nesses espaços. Tais números representam o caráter positivo do processo de expansão das IES sob a lógica do REUNI, na qual vêm proporcionando aos filhos/filhas da classe trabalhadora o acesso a uma educação pública e de qualidade.

Gráfico 1 - Idade dos pesquisados



Fonte: Elaborado pelo autor.

No que se refere a renda familiar dos/das discentes do curso de Serviço Social em Sousa que participaram da pesquisa, 15% afirmaram sobreviver apenas com um salário mínimo, 10% disseram sobreviver com menos um de salário mínimo, 25% com 2 salários mínimos, 5% com 2 salários e meio e apenas 5% afirmam ter 5 salários mínimos. Dos estudantes pesquisados, de 25% optarem por não responder. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, para o custeio de uma família de médio porte, ou seja, 4 pessoas, na atualidade, seria necessário uma renda que, no mínimo, correspondesse a um valor aproximado de R\$ 3.118,62 (três mil ,cento e dezoitos reais e sessenta de dois centavos),valor este que daria pra ter um condição de vida relativamente boa, dando para custear moradia, alimentação , educação e serviços com saúde, previdência , vestimenta, transporte , além de gastos pessoais, como higiene e lazer.

De forma geral, apenas 5% dos pesquisados informaram valor igual e/ou superior ao valor estimado pela DIEESE, que fazendo a somatória alcançamos números aproximados à

R\$ 4.685 reais (Quatro mil seiscentos e oitenta e cinco reais). Na sua maioria das respostas obtemos valores próximos à R\$ 2.342,5 (Dois mil trezentos e quarenta e dois e cinco centavos), não alcançando o valor indicado pela DIEESE. O índice mais preocupante é o 1 % dos (as) estudantes que sobrevivem com menos de 01 (um) salário mínimo e com uma composição familiar variando entre 04 e 05 pessoas. Esse valor pode alcançar uma *per capita* menor que R\$ 234,55, valor estimado pelos cálculos dos benefícios assistenciais.

Os dados vêm confirmar o processo de concentração de renda no Brasil, pois, de acordo com dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, realizado no ano de 2010, a renda *per capita* de 25% da população chega apenas a R\$ 188,00, renda bastante inferior a um quarto do salário mínimo; e mais da metade recebe aproximadamente R\$ 375,00. Desse, os dados aqui expressam renda mínima de um/uma do(a) estudante de Serviço Social, além de representar um processo de agravamento das precárias condições de vida da classe trabalhadora.

O que corresponde as cidades de origem dos pesquisados, os dados informaram que 65% do total de discentes pesquisados residem na cidade de Sousa/PB, que 15% residem na cidade de Cajazeiras/ PB, 10 % residem em Santa Cruz/PB, 5% moram em Aparecida /PB e 5% afirmam morar em Nazerezinho/PB. Esses percentuais constataam a importância e a necessidade da interiorização das IES, propiciando a esses trabalhadores e trabalhadoras o acesso democrático a uma universidade pública e socialmente referenciada, como bem enfatiza Carla, estudante de Serviço Social:

Vejo que as políticas públicas de educação em relação às universidades públicas e sua expansão tiveram um significativo respaldo positivo, pois possibilita um aumento na escolaridade e melhores condições de vida à população carente, que não tinha condições de se deslocar até os centros onde se encontravam o maior contingente de universidades.

No que concerne à religião dos estudantes, os percentuais expressam que 65% dos/das alunos/alunas são católicos, 5% não possuem nenhuma religião e 5 % são evangélicos. Vale destacar que 20% preferiram não responder. A trajetória Histórico-Social do curso de Serviço Social no Brasil é permeada de avanços e rupturas. Em suas protoformas o embasamento teórico se baseava na Doutrina Social da Igreja Católica, que expressava e dava vazão às suas concepções humanas e sociais com a publicação das Encíclicas Papais. O serviço social foi influenciado pelo ideário da Igreja Católica da época, início do século XX, gerenciada pelos princípios neotomistas, apresentando um caráter moralizante e conservador da Profissão. A profissão passa por poucas mudanças nos anos 60 e 70, porém continua com um caráter conservador, psicológizante e de culpabilização do sujeito. O que preocupa bastante as

categorias, pois mesmo depois da “intenção de ruptura”⁶⁹ com o conservadorismo na década de 1980, temos delineamentos bastante conservadores, haja vista que a profissão ainda é vista com um olhar assistencialista e benevolente por alguns profissionais e, principalmente, por alguns usuários.

Com relação a raça-etnia, 35% dos /das pesquisados afirmaram ter a cor branca, 30% se declaram pardos, 20% são amarelos e apenas 15% se auto declaram negros. A política do Estado escravista permitia apenas que os brasileiros de origem branca tivessem acesso à educação básica e superior. Africanos de nascimento, os trabalhadores que foram escravizados, não poderiam estar nesses espaços pela alegação de que negro foi feito apenas para ser escravo e nada mais. Este direito também fora negado aos seus descendentes sob o discurso de que se o negro é uma raça inferior, propensa ao vício, ao crime, inimiga da civilização e do progresso, a educação se tornaria um dispêndio desnecessário. Excluídos do sistema educacional, uma grande parcela de negro(a)s foram obrigados/as a trabalhar precocemente e exaustivamente realizando os trabalhos mais precários da sociedade para garantir a sobrevivência de seus familiares e propiciar uma vida de luxo aos grandes senhores da época. Por conseguinte, os mesmo na maior parte da nossa história, foram impedidos de acessar o ensino superior.

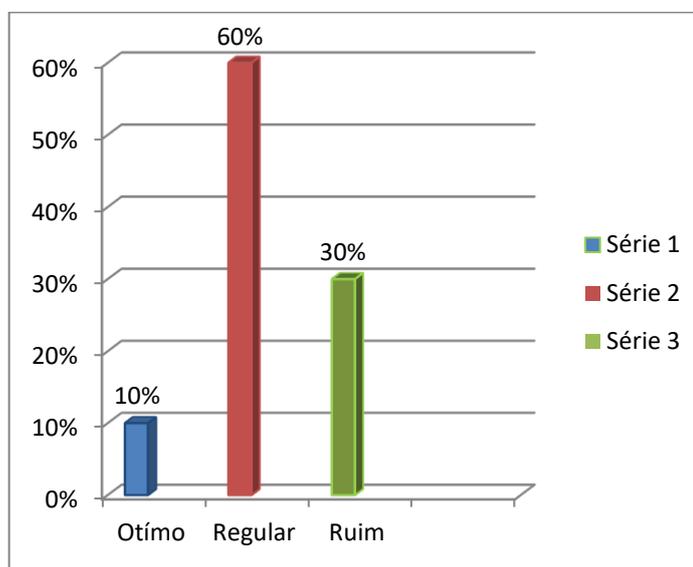
Uma realidade que persiste nos dias atuais. São pouco (a)s o(a)s estudantes negro(a)s nas universidades brasileiras, é o que demonstra os dados dos questionários, apenas 15% se auto declararam negros e quando partimos para o número de o(a) de professore(a)s negro(a)s nestes ambientes, a situação é ainda mais grave. Na realidade do curso de Serviço Social do CCJS, temos apenas três, dois professores que foram chamados no último concurso e uma/um professora/professor que no momento estão afastados para qualificação do doutorado.⁷⁰ As universidades se constituíram e se consolidaram como espaços institucionais majoritariamente de homens brancos, por muito tempo não se imaginou uma mulher cursando o ensino superior, ainda mais se ela fosse negra. Então, é de extrema valia a inserção desses indivíduos na universidade. Ainda que após o sistema de quotas essa realidade tenha mudado um pouco, o número de negros nas universidades pública ainda é ínfimo, demonstrando permanece o perfil de universidade branca e bastante elitista. Em relação à importância da Política de

⁶⁹ Conforme NETTO (2005) a intenção de ruptura se configura como a terceira vertente apresentada no processo de renovação do Serviço Social. Possui um direcionamento diferenciado das demais vertentes por dispor de um caráter contestador, realizando uma crítica ao desempenho do Serviço Social tradicional. Ela se baseia na tradição marxista, mesmo que no primeiro momento de forma tortuosa, seu principal expoente ficou conhecido como Método Belo Horizonte. Além dessa aproximação ainda que tortuosa com os manuscritos de Marx, temos também a aproximação e reconhecimento da categoria enquanto agentes pertencentes à classe trabalhadora.

⁷⁰ Essa afirmação foi feita a partir da vivência/percepção da pesquisadora.

Assistência Estudantil e seus possíveis avanços na realidade das universidades públicas federais, alcançamos os seguintes dados demonstrados do gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Avaliação das Políticas de Assistência Estudantil.



Fonte: Elaborado pelo autor.

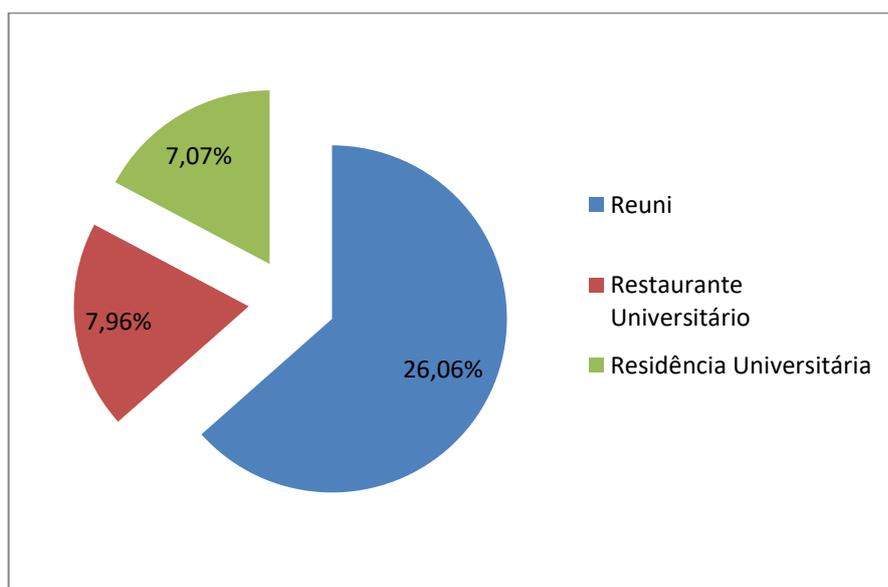
Como estão expressos os dados no gráfico, 10% dos pesquisados dizem que as políticas de assistência estudantil são ótimas, dado que a assistência estudantil integra o conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da educação com a finalidade de contribuir para o provimento das condições (materiais e imateriais) necessárias à permanência dos estudantes nas instituições educacionais. Já 60% dos/das discentes consideraram essa evolução regular, já que o fortalecimento da lógica do REUNI se concentra na concepção limitada acerca do acesso e democratização da educação, priorizando a ampliação das vagas e matrículas no ensino superior e, em segundo plano, as condições objetivas a esta ampliação, não garantindo a permanência do aluno nos centros universitários. E 30% dos/das alunos/alunos consideraram esse processo como ruim, pois, segundo eles, as ações propostas nas universidades não buscam atender as necessidades da classe estudantil. O que existe é a expansão relativa do ensino, mas não se garante efetivamente ao estudante uma assistência estudantil que realmente venha atender os anseios dos mesmos, além da má distribuição e otimização dos recursos financeiros dos grandes polos universitários.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em pesquisas realizadas pelo FONAPRACE, nos anos de 1997 e 2004, trazem dados sobre o perfil socioeconômico do(a) estudante de graduação no Brasil. Cerca 48,2% dos/das discentes de todo o país vivem em

situação de vulnerabilidade social, o que preconiza o processo de ensino – aprendizagem desses/dessas estudantes, uma vez que precisam financiar gastos básicos da vida de um/uma estudante universitário, a exemplo de: livros, participação em eventos científicos, xerox, dentre outros. Partindo da realidade estudantil de nosso país, o real objetivo da política de assistência estudantil seria fornecer/garantir as condições reais e necessárias para permanência dos/das estudantes no processo de formação profissional.

A pesquisa realizada pelo GPEMSS em 2015 e publicizada no relatório final do eixo PERFIL SOCIO-ECONÔMICO, POLÍTICO E CULTURAL DOS (AS) DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFCG, obteve os seguintes resultados acerca do número de alunos que recebem algum auxílio da política de assistência estudantil na UFCG – Campus Sousa, 47 beneficiários de um total de 113 entrevistados.

Gráfico 3 - Número de beneficiários da política de assistência estudantil.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Conquanto, em um contexto de desmonte de direitos sociais, percebe-se que a política de assistência estudantil sofre todos os rebatimentos oriundos de política neoliberal avassaladora que permeia o Brasil. Desse modo, Carla, aluna de Serviço Social diz que:

De certa forma, infelizmente, essa assistência estudantil não é suficiente para atender a grande demanda de alunos que ingressam nas instituições. O que acarreta ainda em um número reativo de desistente por não ter condições mínimas para se manter dentro das instituições. Mesmo que a instituição seja gratuita, existe inúmeros processos para o deslocamento e permanência na mesma.

No que corresponde aos aspectos positivos e/ou negativos no que diz respeito a interiorização das IES no Brasil, 25% dos/das discentes afirmaram achar positivo, pois com a

expansão do acesso ao ensino superior, tiveram a oportunidade de ingressar na graduação, haja vista que não teria condições de sair do interior para estudar na capital; 55% dos/das alunos/as consideraram relevante, pois o mesmo não está sendo realizado de forma que atenda todos os anseios da comunidade acadêmica como: ensino, pesquisa e extensão, mesmo considerando a real importância do processo de democratização do ensino verificam dificuldades na permanência do aluno no ensino superior. E apenas 20% consideraram negativo, pois a democratização e o acesso ao ensino superior, promoveu a expansão ao ensino superior, porém não houveram estratégias para garantir a qualidade do ensino e a permanência dos alunos nas instituições.

Quando perguntamos aos alunos “qual a opinião a respeito das ações do Governo Federal para a criação/expansão do ensino superior no país”, obtivemos os seguintes resultados: 15% consideraram ‘Ótimo’, pois proporcionou a ampliação do número de vagas no ensino superior, como também a construção de novas universidades e instituições federais, garantido o acesso a um maior número de pessoas; 55% dos/das alunos/alunas consideraram ‘Regular’, pois entendem que a expansão brasileira do sistema de ensino superior é uma necessidade fundamental e imprescindível ainda que essa devesse vir acompanhada da qualidade de ensino necessária, o que não acontece dentro das instituições interiorizadas; Já 25% dos/das pesquisados consideraram as ações como ‘Ruim’, uma vez que tivemos a expansão e construção de novas instituições, mas não tivemos na mesma proporção a garantia de um ensino totalmente público e de qualidade, o que por vezes não viabiliza o acesso da população menos favorecida ao ensino; 5% optaram por não responder.

No que diz respeito ao processo de ampliação das IES e a sua intensificação sob a lógica do REUNI, alcançamos os seguintes dados: 20% consideraram ‘ótima’, uma vez que a importância do processo de democratização do acesso ao ensino superior ganha destaque no contexto da interiorização do ensino superior federal do país. A ampliação e construção de novas universidades e de novos campi vêm trazendo a oportunidade de acesso aos estudos universitários, principalmente aos filhos da classe trabalhadora que vivem fora dos grandes centros urbanos, onde se inseriam quase que exclusivamente as IFES. Já 70% afirmaram achar ‘Regular’ esse processo já que em 2007, a ampliação das instituições federais, garantiu o acesso desses estudantes no ensino superior, porém tal ampliação esteve restrita na perspectiva apenas de ampliação estrutural do ensino e não na perspectiva basilar da educação superior, na qual não proporciona o cumprimento do tripé básico da educação (Ensino, pesquisa e extensão); e apenas 10% optaram por marcar a assertiva ‘Ruim’, pois a respectiva ampliação não correspondeu aos investimentos que são insuficientes para garantir a

continuidade desses estudantes no Ensino Superior como, por exemplo, sua permanência. Além disso, deixa a desejar no cumprimento do tripé fundamental do ensino superior.

No tocante ao processo de democratização do acesso ao ensino superior, perguntamos aos/as alunos/alunas “de que forma eles enxergavam as medidas desenvolvidas pelo Governo Federal a exemplo do PROUNI e REUNI e se essas políticas estavam promovendo o acesso ao ensino superior”. As assertivas foram: 10% dos/as pesquisados/as afirmaram ‘acham bom’, pois vem reduzindo o processo de segregação social e a ampliando o acesso ao ensino superior. Na perspectiva democratização da sociedade brasileira esse processo vem garantido o acesso das classes mais baixas da sociedade ingressarem no ensino superior público, popular gratuito e de qualidade. Também foi contabilizado que 60% responderam ‘achar Regular’, pois mesmo com alguns entraves, permite o ingresso de indivíduos de classes mais baixas a ingressar no ensino superior, proporcionando a estes uma perspectiva de futuro melhor, considerando que a educação ainda é um importante instrumento para redução da desigualdade social ainda muito presente no país. Dos/os pesquisados/as, 25% não acreditam que essas políticas possibilitem o acesso democrático ao ensino, dado que esse processo ensino não garante o acesso efetivo dos filhos da classe trabalhadora. O que podemos verificar é que em sua maioria, é que grandes números das/dos estudantes de famílias mais pobres ingressam em cursos cuja as profissões não são “bem remuneradas”. Em contrapartida, os filhos de famílias com melhores condições de sobrevivência ingressam nos cursos de graduação cuja a profissão que lhes proporcionem uma ascensão social e econômica melhor. Apenas 5% optaram por não responder. Compartilhando com as assertivas demonstradas temos o relato de Inácia, que nos diz:

[...] eu sou uma árdua defensora, até por que é preciso desigualar para igualar. A gente não iguala o que está desigual não. Eu ainda sou mais a favor do REUNI do que do PROUNI, porque é na instituição pública. Seria muito melhor que o governo ampliasse o número de vagas na instituição pública do que ampliasse o número de vagas nas instituições privadas. Mas o PROUNI também tem sido um mecanismo eficaz para os alunos que se beneficiam no programa, eu acho. Mas eu ainda sou mais REUNI. Tanto o REUNI como O PROUNI foram políticas garantidoras do artigo 206, inciso I da Constituição Federal de garantia de acesso e permanência.

No tocante ao pensamento dos/as pesquisados/pesquisadas a respeito dos impactos do REUNI no Campus de SOUSA CCJS, os percentuais demostram que 10% consideraram esses impactos ‘ótimos’, já que ações do Programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, ampliando a oferta de cursos matutinos (como é o caso do Serviço Social) e vespertinos, como também a promoção de novas estratégias pedagógicas e o combate à evasão do alunos; 60 % consideraram ‘regular’, dado que o Programa vem instaurar uma política implementada pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar as vagas nas

instituições de ensino superior federais. Entretanto, não se preocupa com a qualidade dessa expansão. Apenas 20% consideraram ‘ruim’ esses impactos, uma vez que as ações propostas o Programa visa apenas a expansão e ampliação do número de vagas nas instituições de ensino superior. Porém, não trabalha na perspectiva de qualificação e da real democratização do ensino, como por exemplo, a garantia do tripé básico da educação ensino, pesquisa e extensão, haja vista que muitos filhos da classe trabalhadora não tem acesso as IES. Ainda, 10% optaram por não responder. Assim, Inácia nos relata que:

Só veio agregar por que a gente pode realizar um trabalho multidisciplinar com todos eles e facilitar o acesso da comunidade a universidade. O que eu percebo é que quando a educação se multiplica, quanto mais pessoas tem acesso a instituição, até a linguagem muda, sabia? A forma de pensar, como vê a política, a forma como a pessoa chega a um hospital, a uma instituição e isso contagia. Isso é contagiante, ver o vizinho que fez um curso superior, aí um outro, um primo fez. Eu tive a oportunidade da minha mãe ter um curso superior, eram 12 irmãos, apenas minha mãe tem um curso superior, meus avós eram analfabetos. Hoje não, da minha geração todos os meus amigos de infância têm um curso superior, com certeza meus filhos e meus sobrinhos todos terão oportunidade de fazer uma graduação. E não apenas graduação, mas uma especialização, um mestrado, porque realmente é a educação que irá fazer esse processo evolutivo. Não gosto da palavra civilizatório, mas se for pra trazer para o sentido do amadurecimento da sociedade realmente é civilizatório.

Nessa mesma ótica o representante do Diretório Acadêmico de Direito diz que “graças ao REUNI a UFCG conseguiu trazer mais cursos para o campus, ampliando a academia e, além disso, é fonte de renda para muitos estudantes que não tem condição financeira confortável”. No contexto de contrarreforma do ensino superior, Pinto (2013) assinala que a universidade tem transformado seu papel social, passando a ser não mais um espaço privilegiado e exclusivo de produção de científica e de pesquisa, o seu papel nesse novo contexto que se instaura tem se reduzido a mera “qualificação” de mão de obra, dentro de um processo de acumulação flexível do próprio capital. Assim, a mão de obra torna-se especializada para preenchimento das demandas de mercado. Nesse sentido, também, o Programa de Planos e Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo Decreto presidencial nº 6069/07 (LIMA, 2013) no governo Lula, veio fazer parte de um plano de governo que vislumbrava a “democratização”, “universalização” do ensino superior, porém de forma precarizada, pois suas estratégias se fundamentam em:

[...] elevar a taxa de conclusão média nos cursos de graduação para 90% e a relação de 18 alunos de graduação por professor [...], bem como a redução da taxa de evasão; ocupação de vagas ociosas; aumento de vagas prioritariamente nos cursos noturnos; diversificação das modalidades de graduação, [...], com a educação a distância prioritariamente [...] (PINTO, 2013, p. 40).

Outrossim, o REUNI visa expandir o acesso democrático ao ensino superior, quer seja por meio da ampliação do número de vagas em cursos de graduação já existentes, quer seja

pela criação de novos cursos, como é o caso do curso de Serviço Social em Sousa/PB. Além disso, o desenvolvimento de ações que venham a viabilizar a permanência desses/dessas estudantes no processo de formação profissional, diminuindo assim a taxa de evasão.

Portanto, ao fazer uma panorâmica dos dados apresentados no transcorrer desta pesquisa, tornou-se visível a importância e a necessidade da implementação de políticas públicas educacionais para a interiorização das IES, visto que a expansão, mesmo diante de tantas contradições aparentes e outras tantas enviesadas, foi de extrema valia. Proporcionou não apenas o desenvolvimento de diversas cidades, como fora citada em algumas partes da nossa pesquisa, mas a possibilidade de inserção dos filhos/filhas classe trabalhadora no mundo acadêmico, já que tempos atrás o acesso à educação superior era restrito a grande centros urbanos e a uma pequena parcela “privilegiada” da sociedade. Com a implementação desses programas, as cidades do interior puderam ter acesso a produção de conhecimento científico, como é caso da Cidade Sorriso, após o desmembramento da UFCG e criação de novos cursos, possibilitou um acesso maior do/das filhos/filhas da classe trabalhadora o acesso mais democrático ao ensino superior, favorecendo não apenas a população souse, mas também as regiões circunvizinhas.

4.6 MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SUA IMPORTÂNCIA NA DEFESA DE UMA UNIVERSIDADE PARA TODOS/TODAS

Sonha e serás livre de espírito...

luta e será livre na vida.

Che Guevara

Neste tópico iremos abordar um pouco do resgate história da organização e articulação do MESS (Movimento Estudantil de Serviço Social), bem como sua importância para a formação profissional de qualidade, frente a uma conjuntura opressora e de desmonte de direitos vivência do Brasil desde o período ditatorial até a contemporaneidade. Conquanto, faz-se necessário tecer algumas análises, visto que dentro do percurso histórico do Serviço Social o MESS se fez presente tanto na sua consolidação enquanto profissão liberal, quanto a sua ruptura com o conservadorismo e principalmente na defesa das lutas sociais.

O MESS em sua trajetória de luta política está sempre pautado nas bandeiras que compactuam com a categoria profissional, ou seja, em defesa da classe trabalhadora e de uma sociedade mais justa e igualitária. Além de sempre levantarem a bandeira de busca incansável por uma educação pública, gratuita, laica e socialmente referencial para a classe trabalhadora.

Desse modo, iremos trazer algumas reflexões a cerca desse movimento e qual sua importância para a formação profissional.

Nessa ótica, Silva (2008) afirma que este é um momento de muito enriquecimento, para o fortalecimento e organização do MESS que se fomentou no período de redemocratização da sociedade, quando houve a promulgação da Carta Magna, a Constituição de 1988. Neste momento, o Serviço Social passa por um processo de reconfiguração de um projeto profissional vinculado a defesa dos direitos da classe trabalhadora. A própria categoria profissional se reconhece enquanto classe trabalhadora e, como tal, vem estreitar os vínculos com outros trabalhadores pela via da aproximação com outros movimentos sociais. A constituição e consolidação desse projeto perpassam os âmbitos formativos, interventivos e organizativos da profissão.

Dentro de um contexto de fortes repressões do período ditatorial Brasil, o após 64, tivemos uma intensa desarticulação dos movimentos sociais por todo Brasil, visto que a censura e as perseguições política enfraqueciam os movimentos e apenas por meados da década de 70 que vamos uma retomada dos movimentos sociais no Brasil, dentre eles o Movimento Estudantil (ME). Foi em meio a este processo de redemocratização e desarticulação da UNE, entidade nacional de representação dos estudantes que outras áreas do conhecimento começaram se articular, cada um com sua respectiva área de atuação, todavia, o serviço social só começa se organizar enquanto categoria política no final dos anos 70⁷¹.

De acordo com Moreira e Caputi (2017) o MESS passa por processo de reorganização política do movimento e realiza o primeiro Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), no ano de 1978. O I ENESS ocorreu no estado do Paraná, na Cidade de Londrina na UEL (Universidade Estadual de Londrina), a partir de então fica cristalino o olhar progressista da classe estudantil, visto que passam a vislumbrar a necessidade de discutir assuntos referentes a conjuntura, a realidade brasileira e como isso reflete na formação profissional e na organização do MESS (MOREIRA; CAPUTI, 2017 p. 133).

A luz dos autores supramencionados, podemos destacar elementos importantes que ocorreram durante o I ENESS, os/as estudantes passaram debate acerca da reformulação do currículo mínimo e aprovaram uma comissão responsável para adiante a discussão, demonstrando o compromisso com a formação profissional e com o rompimento do

⁷¹ De acordo com ENESSO (1994, p. 3) “ É no final do mandato de Geisel que se verifica a reconstrução do M.E de Serviço Social nacional. A conjuntura brasileira é marcada por uma perspectiva de abertura política que é iniciada no de Geisel e tem prosseguimento com Figueiredo. Durante o ano de 1979 observa-se importantes greves dos trabalhadores metalúrgicos do ABC Paulista; a organização dos funcionários políticos; a luta pela posse da terra; anistia parcial dos exilados de 1964 a 1968, a luta pelo fim do bipartidarismo e a extinção do AI-5.”

conservadorismo na profissão (MOREIRA; CAPUTI, 2017 p.133). Outro que fora debatido foi à deliberação para realização do II ENESS, entenderem que precisavam fortalecer o movimento, além de dar continuidade aos debates.

A partir da reestruturação do Movimento Estudantil, outras áreas do conhecimento começaram a ser articuladas para criarem seus próprios movimentos estudantis, a fim de defender os interesses da classe estudantil. Em um contexto de organização das Executivas de cada curso, Ramos e Santos afirmam que:

Na conjuntura das décadas de 80-90, durante a trajetória de reconstrução do ME brasileiro, outras entidades ,além da UNE, atuaram de modo relevante para organização estudantil, destacando-se as executivas nacionais de curso, que germinaram uma prática significativa na redefinição de estratégias para a ação política do movimento .É, sobretudo os anos 80, com a criação de diversas executivas de curso que começa a discussão conjunta, dessas entidades sobre os destinos do M.E. Em meio a esse contexto, a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes-SESSUNE- nasce em 1988. (RAMOS; SANTOS, 1997, p. 11).

Segundo a ENESSO (1994), no dia 05 de agosto de 1988, no X ENESS, realizado no Rio de Janeiro - RJ, depois de intensos debates foi criada a nova entidade, a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE (SESSUNE), representação de ordem nacional dos estudantes de Serviço Social. Na década seguinte ano de 1993, no XV ENESS, realizado na cidade São Leopoldo - RS, ocorre a mudança de nome da entidade SESSUNE para ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social). Esta mudança foi uma postura política tomada pelos estudantes, decidida em plenária, donde ao analisar a realidade das executivas nacionais de curso e o posicionamento dos estudantes de Serviço Social, percebeu-se que as ideias não compartilhavam mais com o direcionamento da UNE, além da não articulação com as representações do curso de Serviço Social, tal atitude também foi pensada para que houvesse uma maior autonomia do próprio MESS.

Já no ano de 1991, ao perceber a importância e necessidade de se discutir formação profissional e como o processo educacional dos/das discentes rebate nesse formação em consonância com o código de ética aprovado em 1993, a ENESSO ao vislumbrar essa dinâmica começou a realizar, anualmente, o Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SNFPMESS) e a posteriori O Seminário Regional de Formação Profissional e Movimentos Estudantil (SRFPMESS) ,que ocorre bianualmente

De acordo com Silva (2008), um ponto que também deve ser citado na construção interventiva MESS, no tocante a formação profissional, , foi a criação da coordenação nacional de representação estudantil da ABESS, que foi inserida na direção da ENESSO, na qual após a aprovação da secretaria de formação profissional e da coordenação nacional de

representação estudantil da ABESS inaugura-se um marco histórico no Serviço Social, tanto pelo reconhecimento da sua extrema revelia no que diz respeito à contribuição do MESS à construção da formação profissional, quanto pela compreensão do espaço acadêmico ser também lócus de intervenção e disputa política.

Assim, em consonância com a autora supramencionada, conclui-se que o MESS constitui-se a partir de debates e lutas que são desenvolvidas no seio da categoria profissional, como também com parcerias com as categorias organizativas da profissional a exemplo do Conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Regional de Serviço Social), a ABPESS, buscando sempre avançar na luta pela defesa de formação de qualidade, de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, orientados pelo Projeto Ético Político da Profissão. O respectivo projeto é direcionado pelo Código de Ética de 1993, pela Lei de Regulamentação da Profissão, também de 1993, e pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996.

No tocante ao Serviço Social, temos como entidade máxima a ENESSO, que representar todos/todas os/as estudantes de Serviço Social de todo o Brasil, a ENESSO é uma entidade sem fins lucrativos e garante sua autonomia, mesmo não compartilhando do mesmo ideal reconhece UNE como uma instância representante dos/das estudantes. A organização da ENESSO se dá pela vida de coordenações, onde temos eleições a cada um e meio. Dentre as diversas bandeiras de luta que a executiva carrega, cito neste momento uma que vem embasar a construção do presente trabalho, a luta diária pela unificação das lutas dos estudantes em prol de uma universidade pública, gratuita, democrática, laica, popular, de

A dedicação ao Movimento Estudantil é, estar disposto, a enfrentar uma luta diária pela defesa da educação e por uma sociedade mais justa e democrática. É fazer parte de projeto que almeja a construção de uma universidade popular para os filhos/filhas da classe trabalhadora, um espaço democrático, laico, de qualidade e socialmente referenciada. É lutar pela garantia do direito à educação e, conseqüentemente, por uma sociedade de mais direitos.

O movimento estudantil avalia como positivo, (mesmo entendendo as diversas contradições impostas pelos interesses do capital), os recentes programas/projetos de democratização do acesso ao ensino superior, para filhos/filhas das classes mais populares. Partindo de uma análise conjuntural, o movimento estudantil, luta por uma assistência estudantil mais efetiva e universal, pois a realidade vivenciada por esses/essas estudantes é bastante adversa e excludente, tratando como prioridade necessária a luta pela garantia e defesa de uma política de estudantil de qualidade, uma vez que, não basta garantir o acesso ao

ensino superior e preciso garantir também a permanências desses/dessas estudantes nesses espaços universitários.

Os problemas vivenciados nesse contexto de crise política e principalmente a crise estrutural do capital, demonstram a necessidade de um movimento estudantil cada vez mais ativo e articulado, que trabalhe numa perspectiva de luta em parceria com servidores, professores e estudantes, de pensar e lutar por um projeto de universidade popular, totalmente gratuito, laico, público e socialmente referenciado, objetivando a atender os interesses da classe trabalhadora.

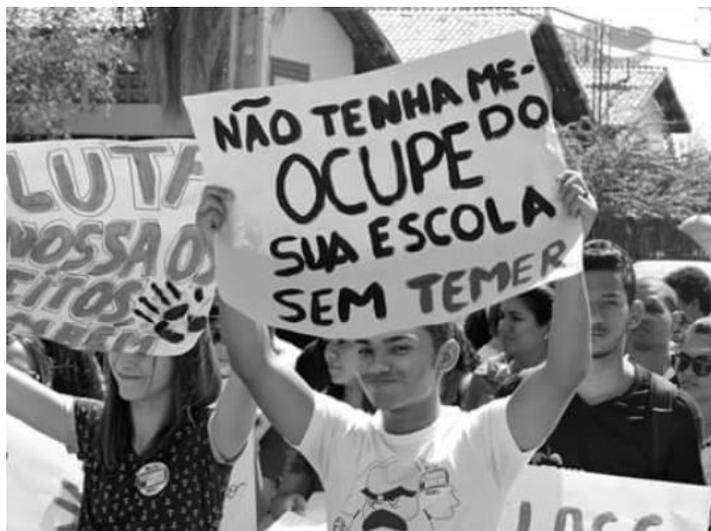
No tocante a realidade da UFCG CAMPUS SOUSA/CCJS, no caso mais específico da UAD nós temos o DAAM (Diretório Acadêmico Antônio Mariz) do curso de direito, liderado atualmente pela gestão “Mudança, Trabalho e Representatividade” do curso de Direito eleitos em 2016, temos também no curso de Direito o MEIO (Movimento Estudantil Independente Organizado) criado por um grupo de alunos em 30/11/2012.

No Curso de Serviço Social Tem o CASS (Centro acadêmico de Serviço Social) com a gestão “Amanhã a de ser Outro dia”, que vêm trabalhar numa perspectiva da defesa dos direitos da classe trabalhadora seguindo a direção da própria executiva e também da categoria profissional. Nossa organização é feita por coordenações a exemplo de formação profissional, formação política, Coordenação de cultura e arte, entre outros. Mesmo diante de um contexto tão adverso que está nosso país nós travamos uma luta em defesa e garantia dos estudantes e principalmente na defesa por uma educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referêcia para toda classe trabalhadora. Segue a baixo uma foto de um militante do MESS da cidade de Sousa/PB, foto autorizada pelo membro e de autoria desconhecida, tal foto foi tirada em uma manifestação realizada no centro de Sousa, juntamente com alunos/alunas professores/professoras e funcionárias das escolas públicas de Sousa, do IFPB (Instituto Federal da Paraíba) e da UFCG em defesa de uma educação pública de qualidade e contra a aprovação da PEC 55. Nesse contexto a ENESSO afirma que:

Vivenciamos um momento de radicalização dos cortes de direitos, onde há maior flexibilização dos direitos trabalhistas, generalização da terceirização, privatizações do que ainda nos resta de público, a destruição dos direitos sociais e ataques diretos à classe trabalhadora. Temos em tramitação, neste momento, a proposta de emenda constitucional nº 55, antiga PEC 241, que pretende congelar durante 20 anos os gastos públicos, precarizando ainda mais a saúde e a educação pública e empurrando cada vez mais a classe trabalhadora aos serviços privados. Temos também a medida provisória do ensino médio que estabelece um currículo mínimo colocando como disciplinas obrigatórias apenas português, matemática e inglês no ensino médio, deixando as outras apenas como optativas. Ambas, a PEC 55 e Medida Provisória do Ensino Médio, vêm neste momento fragilizar ainda mais o ensino público e reduzir

o funil de entrada ao ensino superior, empurrando ainda mais a classe trabalhadora às universidades privadas ou, na maioria das vezes, aos cursos profissionalizantes.⁷²

Figura 5 - Militante do MESS em manifestação contra PEC 55/241



A luz das reflexões de Silva (2008), o ME é a porta de entrada de muitos estudantes no meio político, onde muitos estudantes que foram do Movimentos estudantil, após seus período acadêmico sempre estão inseridos em algum meio de construção política, debate de sujeitos coletivos, as ricas reflexões que o espaço acadêmico nos proporciona, atividades desenvolvidas tanto pelo próprio ME quanto pela categoria profissional de uma forma geral, ampliam a capacidade crítico-reflexiva desses sujeitos. Porém, toda essa batalha de fortalecimentos do MESS e de básica política crítica não é uma tarefa fácil, visto que vivemos uma conjuntura de Reforma e Contra- reforma da Universidade, uma crise política que assola o país, além de neoliberal que vêm a cada dia promovendo o desmonte de direitos da classe trabalhadora.

⁷² Disponível em <https://enessooficial.wordpress.com/author/enessooficial/page/2/> .Acesso 09/08/2017, as 18:25.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar à conclusão dessa pesquisa, percebe-se a materialização da atitude investigativa que instigou a pesquisadora durante todo o período de construção do trabalho de conclusão de curso.

Ao longo da construção da presente monografia, buscamos analisar o processo de expansão/ampliação do ensino superior brasileiro, considerando as políticas educacionais implementadas desde o período da ditadura no Brasil até a contemporaneidade. Tais políticas estiveram intrinsecamente ligadas aos interesses dos países centrais, de modo que o Estado brasileiro estabeleceu com o passar da história uma relação estreita e dependente com o capital internacional/financeiro. Esse contexto proporcionou que a educação pública passasse por um amplo processo de precarização, desvalorização, mercantilização e privatização.

Dentro de um contexto neoliberal vivenciado na atualidade, há um processo fundamentado na reformulação de uma perspectiva moralizadora, psicologizante e culpabilizadora das relações sociais, visto que por diversas vezes as manifestações da questão social são tomadas como responsabilidade única e exclusivamente do sujeito, que devem buscar soluções por meio de seus próprios esforços. A reconfiguração do Estado Brasileiro vem atuando de maneira a atender minimamente as necessidades da população, de modo que prioriza as ações realizadas pela iniciativa privada e pelo terceiro setor, na justificativa que o Estado não comportar atender todas as necessidades da sociedade.

Tais processos estão centrados na perspectiva de metamorfosear os reais e concretos problemas encontrados, vivenciados e oriundos do próprio sistema capitalista. Nesta ótica, o que podemos perceber é uma supervalorização da iniciativa privada e os interesses do capital financeiro sendo atendidos e na contraposição uma intensa precarização, desvalorização e sucateamento dos serviços públicos, uma vez que não existe o interesse de investimento nessas áreas por parte do Estado Brasileiro. Conclui-se, portanto, que na atual conjuntura do país, o Estado assume única e exclusivamente a responsabilidade do papel de agente regular e gerenciador de políticas sociais focalizadas, fragmentadas, precarizadas e celetistas.

Outro ponto de bastante relevância que não podemos deixar de citar, mesmo diante das diversas contradições expressas, é a importância para nossa sociedade da expansão/ampliação das políticas de educação do ensino superior no Brasil, que é vista como algo de grande revalia para toda a classe trabalhadora. Já que, não podemos deixar de acreditar nas propostas criadas principalmente a partir do Governo Lula, no anos 2000, na qual vivenciamos a

inserção de filhos/filhas da classe trabalhadora no ensino superior. Dentro dessa expansão tivemos também o processo de interiorização das IES públicas por todo o Brasil, a exemplo da Cidade de Sousa, que no desenrolar de toda nossa pesquisa tivemos como objetivo central trazer reflexões acerca desse processo e qual a sua importância para a região, uma vez que eram poucas cidades do Estado da Paraíba que tinha centros universitários.

É importante destacar o Plano Nacional da Educação (PNE), o mesmo foi criado o por empresas dos setores da iniciativa privada que possuem interesse em investir na educação, filados e orientados pelo capital financeiro/internacional. Nesse plano podemos observar a importância da rentabilidade do setor privado, que recebe incentivos fiscais do Poder Público, exemplo dessas políticas foi criação de dois programas de ampliação da educação superior: o PROUNI e o FIES. Segundo CHAGAS (2015) a meta proposta pela PNE seria a garantia de 10% do PIB para investir na educação, mas isso só será efetivado (ou não) em um prazo de 20 anos. Para, além disso, essa meta abre caminhos para investimentos no setor privado, que por diversas vezes inviabilizam uma expansão maior das IES públicas. Portanto, o PNE necessita de uma revisão, uma vez que seus princípios não estão indo ao encontro dos interesses da classe trabalhadora, que por sua vez impossibilita a transformação do sujeito pela via da educação.

Sob essa ótica, podemos apreender que o processo de construção do ensino superior na Cidade Sorriso, Sousa/ PB, se deu inicialmente por uma instituição filiada à prefeitura, logo após nos anos 70 tivemos a adesão da UFPB (o antigo campus IV da UFPB) com apenas o curso de Direito, e a posteriori, com o desmembramento e criação da UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), vamos ter de ante mão a abertura de um novo curso, o curso de Contábeis, apenas em 2009 que iremos ter uma projeto aprovado para criação de dois novos cursos, oriundo da expansão II do REUNI, o curso de administração e o curso de serviço social.

A emersão do curso de Serviço Social se deu nos anos de 2009, proveniente da expansão II do Reuni, donde foi feita de uma pesquisa realizada na própria instituição e com consulta da população local. Com resultados apurados dessa pesquisa, tivemos a escolha dos cursos de Serviço Social e também do curso de Administração. A Primeira turma de Serviço Social foi iniciada no ano de 2010 chegando a concluir em no primeiro semestre de 2014.

Inicialmente o que podemos concluir a partir dos resultados das entrevistas que houve certa dificuldade na criação e formulação do Projeto Pedagógico do Curso, uma vez que, os profissionais deliberados para essa tarefa não era professores específicos da área, desse modo sua formulação foi dada a partir de modelos de outras instituições e com auxílio de

professores do curso de Direito, o que explica uma relativa deficiência na feitura do projeto político pedagógico do curso.

Compreende-se também que através das pesquisas realizadas seja pelas entrevistas ou pelos resultados apurados nos questionários aplicados tanto os/as alunos/alunas, representações estudantis e representações da área administrativa deste campus conseguem trazer reflexões positivas, críticas e reflexivas acerca desse processo, por mais avanços que conseguimos alcançar com processo de expansão/ampliamos das IES públicas e federais, tivemos na contramão um aumento significativo na participação da iniciativa privada nesse setor, o que torna-se preocupante, pois, é dentro do contexto de Reforma e contrarreforma do Estado que o Brasil experimentou, contribuiu e ainda contribui para a super valorização do capital e para um processo de desnacionalização e privatização do Estado e da coisa pública.

Com o processo de interiorização das IES, houve um crescimento muito maior do número de cursos nas cidades interioranas quando comparado a Capital, tanto nas IES públicas como nas IES privadas. Tratando-se de participação relativa do número total de vagas, as IES públicas da Capital vêm perdendo espaço ao longo da história. No caso das IES públicas das cidades interioranas, aconteceu fenômeno inverso, já que tivemos um relativo aumento de vagas nessas instituições. O que proporciona aos filhos e filhas da classe trabalhadora um acesso mais democrático a um ensino de qualidade, público, gratuito, laico e socialmente referenciado.

Vale destacar a importância no processo de formação profissional do/da aluno/aluna de Serviço Social a participação na construção do movimento estudantil, visto que dentro do percurso histórico do Brasil os estudantes e próprio movimento estudantil se fez presente em todas as lutas em defesa da educação e em defesa dos direitos da classe trabalhadoras, como também na luta pela garantia de direitos fundamentais para toda sociedade. O MESS esteve presente no processo de construção e implementação do novo currículo do curso de Serviço Social, desde sua criação, participou também da construção Diretrizes Curriculares (1996) e na implementação em todas as IES do Brasil.

É importante enfatizar a importância da pesquisa em Serviço Social, por mais que em alguns momentos ela seja dura e cansativa. Durante toda minha graduação e principalmente na feitura desse trabalho foi de extrema importância a utilização da pesquisa, uma vez que a atitude investigativa me proporcionará tanto nesse marco inicial da minha vida e construção acadêmica, como também no meu processo de formação de futura profissional de Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **O novo sindicalismo e o serviço social**: trajetória e processos de luta de uma categoria. São Paulo: Cortez, 1995.

ÂNGULO da praça Venâncio Pessoa. 1925. 1 fotografia, p&b, 8,9cm x 13,8cm. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/bras/4687>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **UFCG inaugura nesta sexta o novo campus de Sousa**. 2012. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/ufcg-inaugura-nesta-sexta-o-novo-campus-de-sousa/>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

BARROS, Aparecida. **Expansão da educação superior no Brasil**: limites e possibilidade. Educ. Soc., Campinas, v. 36, n°. 131, p. 361-390, abr-jun., 2015. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf>. Acesso em:

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. A reação burguesa: reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo. In: **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 2011.

BEZERRA, Francisco Chaves. **O ensino superior de história na Paraíba (1952-1974)**: aspectos acadêmicos e institucionais. João Pessoa: EDITORA, 2007.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. **FIES - fundo de financiamento estudantil**. 2012. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/186905>. Acesso em: 14 jul. 2017.

_____. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. **Reforma da previdência**: 4 pontos fundamentais para entender a pec 287/2016. 2017. Disponível em:

<https://www.anfip.org.br/doc/publicacoes/Documentos_20_03_2017_18_29_32.pdf>.

Acesso em: 06 jun. 2017.

_____. Câmara dos Deputados. **Plano nacional de educação**: lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o plano nacional de educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Edições Câmara, 2014. 86 p. (Legislação). Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>.

Acesso em: 03 jun. 2017.

_____. **Censo da educação superior 2013**: resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: EDITORA, 2005.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados: 1988. 43 p. Brasília-DF | Março, 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Paraíba**: João Pessoa. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250750&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2014 - Notas Estatísticas**. 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2017.

_____. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 13 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: 14 jul. 2017.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Organizações Sociais**. Brasília: Mare, 1998. 75 p. (Cadernos MARE da Reforma do Estado). Disponível em:

<http://www.mcti.gov.br/documents/10179/1697314/1_Caderno_MARE_OS.pdf/ee7fb94e-5b3b-45d2-8053-a70c4e8ec74f>. Acesso em: 01 ago. 2017.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Presidência da República. **Plano diretor da reforma do aparelho do estado**. Brasília: Diário Oficial da União, 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012**: relatório da comissão constituída pela portaria nº 126/2012. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 04 ago. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Qual é a diferença entre faculdades, centros universitários e universidades?** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=116&Itemid=86>. Acesso em: 18 nov. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **O que é: Conheça o Programa Bolsa Família**. 2015. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 30 maio 2017.

BRAZ, Marcelo. **O governo Lula e o projeto ético-político do serviço social**. In: Revista Serviço Social & Sociedade. n. 78. São Paulo: Cortez, 2004.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos (1995) A Reforma do Aparelho do Estado e a Constituição de 1988. **Revista del Clad**: Reforma y Democracia, no.4, 1995.

CARVALHO, Patrícia Felipe de Sousa. **O crescimento urbano da cidade de Sousa – PB e sua contribuição na degradação ambiental do Rio do Peixe**. Cajazeiras, 2015.

CASTRO, Alba Tereza B. de. Política educacional e direitos sociais: reconfiguração do ensino superior no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Org.). **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

CHAUÍ, Marilena. Universidade Operacional. In: **Revista da Avaliação da Educação Superior**. São Paulo, V. 4, nº 3, 1999.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Financiamento do ensino superior no Brasil: novos e antigos mecanismos de privatização do fundo público. In: SALVADOR, Evilasio et al (Org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

DICIONÁRIO ILUSTRADO TUPIGUARANI. **Paraíba**. Disponível em: <<http://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/paraiba/>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

DILMA Rouseff. Disponível em: <<http://presidentes-do-brasil.info/presidentes-da-republica/dilma-rousseff.html>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. In: **Revista Katálysis**. v. 10, n. 1. P.24-34. Florianópolis: UFSC, 2007.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. **Cartilha da ENESSO de mobilização contra o ENADE/SINAES**. 2013. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2013/11/cartilha-enade-net.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. **Documentos pro dia nascer feliz, contribuição para o movimentos estudantil de Serviço Social**. Bahia: 1994.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. **ENESSO: que bicho é esse?**. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2014/04/cartilha-nesso-1.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. **Fora temer e não a pec 241/55!** 2016. Disponível em: <<https://enessooficial.wordpress.com/2016/12/02/fora-temer-e-nao-a-pec-241-55/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

FERREIRA, Flávio. **Resultado Preliminar Edital nº 08/2017 PROBEX/UFCG. 2017.** Assessoria de Comunicação - ASCOM. Disponível em: <<http://ccjs.ufcg.edu.br/Paginas/NoticiaDetalhe.php?noticia=426>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

FERREIRA, Suely. **Reformas na Educação Superior:** de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). Revista da Faculdade de Educação/UnB. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, n. 36, p. 455-472, maio/ago/2012.

FORNAZIER, Tales. Willian Moreira.; CAPUTI, Lesliane. O protagonismo do movimento estudantil de serviço social brasileiro: contribuições para a (re) construção da profissão. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 59, p. 128-141, 2017.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior:** relatório final da pesquisa. Brasília: FONAPRACE, 2004. Disponível em: <http://unb2.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/perfil/2004/IFES/fonaprace_com_linhas.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2017.

GADELHA, Julieta Pordeus. **Antes que ninguém conte.** Sousa, 1986.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1992.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **A conquista da Paraíba.** 2000. Disponível em: <http://www.paraibanos.com/joaopessoa/doc/a_conquista_da_paraiba.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Reforma no ensino superior e Serviço Social.** In: **Temporalis** /Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília. v.1. n. 1, 2000.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

IASI, Mauro. **Processo de consciência.** São Paulo: CPV, 1999.

INSTITUTO LULA. **Os trabalhadores erguem a cabeça: novo sindicalismo (1978 - 1983)**. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/novo-sindicalismo>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

KONDER, Leandro. **Marxismo e Alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LIMA, Katia Regina de Souza. Capitalismo dependente e “Reforma universitária consentida”: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. In: SIQUEIRA, A.C. de; NEVES, L.M.W. (orgs). **Educação superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Editora Xamã, 2006.

_____, Katia. **Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF**. In Universidade e Sociedade, ANDES-SN, n. 44, Brasília: julho de 2009. p. 147-157

_____, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na transformação profissional em serviço social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 15, n. 1, p.31-50, jan./jun. 2009. Semestral. Disponível em: <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/358/315>>. Acesso em: 21 set. 2016.

_____, Kátia Sousa. **Reforma da educação superior do governo lula e educação a distância: democratização ou subordinação das instituições de ensino superior à ordem do capital?**. 2006. Disponível em: <www.anped11.uerj.br/27/Katia%20Souza%20Lima.rtf>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira (org.). **Serviço social e educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

LIMEIRA, Maria das Dores; FORMIGA, Zeluiza. **UFPB: implicações políticas e sociais da sua História**. João Pessoa: Textos UFPB-NDIHR, 1986.

LUKÁCS, Gyorgy. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: COUTINHO; NETTO (Orgs.). **O Jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

Marx, Karl. **O Capital - crítica da economia política: o processo de produção do capital** Boitempo. v. 1. 2013.

MATOS, Elisio. **Faculdade de Direito de Sousa: da criação do curso ao campus VI**. 1991. 2. ed. Sousa, 1991.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Ditadura e Serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

REIS, Daniel Aarão. **O Partido dos Trabalhadores: trajetórias, metamorfoses, perspectivas**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

SÁ, Silvana. **A PEC 55 é um desastre para a economia**. Disponível em: <<http://www.adufrj.org.br/noticia/a-pec-55-e-um-desastre-para-a-economia/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

SILVA, Andréia Alice Rodrigues. **Convite à rebeldia: uma reflexão sobre o movimento estudantil de serviço social e seus desafios na contemporaneidade**. Fortaleza: UECE, 2008.

SOARES, José Francisco. Presidente do INEP. **Acesso e Permanência no Ensino Superior**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. Centro de Ciências Jurídicas e Sociais. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL CAMPUS – SOUSA. 2013.

Unidade Acadêmica de Direito e Serviço Social. **Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Serviço Social (GPEMSS)**. 2015. Disponível em: <<http://www.ccjs.ufcg.edu.br/Documentos/Publicacoes/Doc198Edital%20de%20Sele%C3%A7%C3%A3o%20Projeto%20de%20Pesquisa%20GPEMSS.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

WESKA, Adriana; SILVA, Antônio; ILIESCU, Daniel; NASCIMENTO, Hercília; MARTINS, João; CERQUEIRA, Leandro; NEDER, Maria Lúcia; SILVA, Tamara; RODRIGUES, Yuri. **Relatório da comissão constituída pela portaria nº 126/2012 sobre a análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012**. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1361475592UFMT_-_Maria_Lucia_Neder_-_Relatorio_REUNI.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2017.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior**: percursos de estudantes universitários de camadas populares. In: Rev. Bras. Educ., São Paulo, v.11, n.32, p.226-237, ago. 2006. ISSN 1413-2478.

ANEXOS**QUESTIONÁRIO****DADOS DA ENTREVISTA**

DATA: ___/___/___

HORÁRIO:

DADOS DA/O ENTREVISTADA/O

NOME (opcional):

IDADE:

SEXO: Feminino Masculino**ORIENTAÇÃO-AFETIVO SEXUAL/:** Heterossexual Pansexual Homossexual Assexuado Bissexual**FILHOS:** Apenas 1 Filho 2 Filhos 3 Filhos mais de 4 Filhos Não Possui Filhos**ESTADO CIVIL** SOLTEIRO/A CASADO/A UNIÃO ESTÁVEL**CURSO:****ANO DE INGRESSO:****CIDADE DE ORIGEM:****LOCAL DE MORADIA:****RELIGIÃO:****RAÇA-ETNIA:**

- Branco (a) Pardo (a) Indígena
 Preto (a) Amarelo (a) Não sei declarar

RENDA FAMILIAR (em salários mínimos):

RENDA PESSOAL:

1- Como você avalia, conforme aspectos positivos e/ou negativos o processo de interiorização das instituições de ensino superior públicas no Brasil?

- A) Positivo, pois com a expansão do acesso ao ensino superior, tive a oportunidade de ingressar na graduação, haja vista que não teria condições de sair do interior para estudar na capital.
- B) Relevante pois o mesmo não está sendo realizado de forma que atenda todos os anseios da comunidade acadêmica como: ensino, pesquisa e extensão; mesmo considerando a real importância do processo de democratização do ensino verificamos apenas a permanência do aluno no ensino superior.
- C) Negativa, pois a democratização e o acesso ao ensino superior, promoveu a expansão ao ensino superior, porém não houveram estratégias para garantir a qualidade do ensino e a permanência dos alunos nas instituições.

2- Qual a opinião a respeito das ações do Governo Federal para a criação/expansão do ensino superior no país.

- A) Ótima, pois proporcionou a ampliação do número de vagas no ensino superior, como também a construção de novas universidades e instituições federais, garantido o acesso a um maior número de pessoas.
- B) Regular, pois entendendo que a expansão brasileira do sistema de ensino superior é uma necessidade fundamental e imprescindível esta deveria vir acompanhada da qualidade de ensino necessária, o que não acontece dentro das instituições interiorizadas.
- C) Ruim, uma vez que temos a expansão e construção de novas instituições, mas não temos na mesma proporção a garantia de um ensino totalmente público e de qualidade, o que por vezes não viabiliza o acesso da população menos favorecida ao ensino

3 . O processo de ampliação das universidades federais se deu a partir dos anos 2000, donde verifica-se a interiorização dos centros universitário, como é o caso da UFCG/CAMPUS SOUSA. Assim, como você avalia o processo de expansão e/ou transformações no âmbito das universidades públicas federais a partir de 2004 e sua intensificação após a criação do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) em 2007?

- A) Ótima, uma vez que a importância do processo de democratização do acesso ao ensino superior ganha destaque no contexto da interiorização do ensino superior federal do país. A ampliação e construção de novas universidades e de novos campus vêm trazendo a oportunidade de acesso aos estudos universitários, principalmente aos filhos da classe trabalhadora que vivem fora dos grandes centros urbanos, onde se inseriam quase que exclusivamente as IFES.
- B) Regular, já que em 2007 com a ampliação das instituições federais garantiu o acesso desses estudantes no ensino superior, porém tal ampliação esteve restrita na perspectiva apenas de ampliação estrutural do ensino e não na perspectiva basilar da educação superior, na qual não proporciona o cumprimento do tripé básico da educação (Ensino, pesquisa e extensão).
- C) Ruim, pois os investimentos são insuficientes para garantir o a continuidade desses estudantes no Ensino Superior, como por exemplo sua permanência, além do mais deixa a desejar no cumprimento do tripé fundamental do ensino superior.

3- Após as eleições de 2002, com o Governo Lula, observou-se um avanço nas políticas de educação no Brasil, as quais proporcionaram a ampliação do acesso aos filhos da classe trabalhadora no ensino superior. Enquanto representação estudantil, como você apreende esse processo de democratização do acesso?

4- Como você percebe o PROUNI e o REUNI enquanto mecanismos de democratização do acesso e permanência dos estudantes? Essas políticas educacionais estão contribuindo para universalização da educação superior brasileira?

- A) Bom, pois vem reduzindo o processo de segregação social e a ampliando o acesso ao ensino superior. Na perspectiva democratização da sociedade brasileira esse processo vem garantido o acesso das classes mais baixas da sociedade ingressarem no ensino superior público, popular gratuito e de qualidade.

- B) Regular, pois mesmo com alguns entraves, permite o ingresso de indivíduos de classes mais baixas ingressarem no ensino superior, proporcionando a estes uma perspectiva de futuro melhor, de modo que a educação ainda é um importante instrumento para redução da desigualdade social ainda muito presente no país.
- C) Ruim, dado que o processo de democratização do ensino não garante o acesso efetivo dos filhos da classe trabalhadora. O que podemos verificar é que em sua maioria, na medida que estudantes de famílias mais pobres ingressam em cursos cuja as profissões não são “bem remuneradas”, em contrapartida os filhos de família com melhores condições de sobrevivência ingressam nos cursos de graduação cuja a profissão lhe proporcionem um ascensão social e econômica melhor.

5- No contexto de expansão da educação brasileira, como você analisa essa transformações no interior da realidade de Sousa/ PB?

A) Ótima

B) Regular

C) Ruim

Porquê? _____

6- Quais os principais impactos do Reuni na UFCG/CAMPUS SOUSA.

- A) Ótima, já que ações do Programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliando a oferta de cursos matutinos e vespertinos (como é o caso do Serviço Social) ,como também a promoção de novas estratégias pedagógicas e o combate à evasão do alunos.

- B) Regular, dado que o Programa vêm instaurar uma política implementado pelo Governo Federal e seu principal objetivo é a ampliação das vagas nas instituições de ensino superior federais, entretanto não se preocupa com a qualidade dessa expansão.
- C) Ruim, uma vez que as ações proposta pelo Programa visa apenas a expansão e ampliação do número de vagas nas instituições de ensino superior, porém não trabalha na perspectiva de qualificação e da real democratização do ensino, como por exemplo a garantia do tripé básico da educação ensino, pesquisa e extensão haja vista que muitos filhos da classe trabalhadora não tem acesso as IES.
- 7- Em termos de Política de Assistência Estudantil, essa política acompanhou a lógica de expansão da Universidades Públicas Federais?**

- A) Ótima, dado que a assistência estudantil integra o conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da educação com a finalidade de contribuir para o provimento das condições (materiais e imateriais) necessárias à permanência dos estudantes nas instituições educacionais.
- B) Regular, já que o fortalecimento da lógica do REUNI concentra-se na concepção limitada acerca do acesso e democratização da educação, priorizando a ampliação das vagas e matrículas no ensino superior e, em segundo plano, as condições objetivas a esta ampliação, não garantindo a permanência do aluno nos centros universitários.
- 8- C) Ruim, pois a ações proposta nas universidades não buscam atender as necessidades da classe estudantil. O que existe é a expansão relativa do ensino, mas não garante ao estudante uma assistência estudantil que realmente venha atender os anseios dos mesmo, além da má distribuição e otimização dos recursos financeiros dos grandes pólos universitários.**
- 9- Dentro de uma perspectiva propositiva, de que maneira você acredita que a Política de Assistência Estudantil pode avançar na qualificação do acesso e permanencia dos discentes no ensino superior?**

Termo de consentimento e livre esclarecimento.

Eu _____,
ciente dos objetivos do trabalho e de que minha identidade será mantida em total sigilo e anonimato, autorizo a utilização dos dados obtidos pelo questionário por mim respondido na realização deste trabalho, bem como sua apresentação em eventos científicos e sua posterior publicação.

Fui informado(a) de que esse ato é voluntário, não havendo nenhuma obrigação de realizá-lo se assim o quiser.

Sousa, _____ de _____ de 2017.

Assinatura: _____.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa
 _____ que tem como
 objetivo/s, _____.

Quanto aos riscos, reconhecendo a possibilidade de desconforto, constrangimento que podem ocorrer, a pesquisadora _____ se compromete a tratar com o devido respeito, procurando minimizar qualquer risco que possa ocorrer durante a pesquisa. Quanto aos benefícios, devolvendo os resultados da pesquisa para o grupo pesquisado. Que o conhecimento da realidade possa contribuir para a melhoria dos processos de trabalho.

Dessa forma, pedimos a sua colaboração nesta pesquisa, respondendo a uma entrevista sobre o tema acima proposto que deverá ser gravada se o (a) Sr. (a) concordar. Garantimos que a pesquisa não trará nenhuma forma de prejuízo, dano ou transtorno para aqueles que participarem. Todas as informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e sua identidade não será revelada. Vale ressaltar, que sua participação é voluntária e o (a) Sr.(a) poderá a qualquer momento deixar de participar deste, sem qualquer prejuízo ou dano. Comprometemo-nos a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos e revistas especializadas e ou encontros científicos e congressos, sempre resguardando sua identificação.

Todos(as) os participantes poderão receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa e, ressaltando novamente, terão liberdade para não participarem quando assim não acharem mais conveniente. Contatos e esclarecimentos da pesquisa com a Aluna .
 _____ pelo telefone (84) _____.

Este termo está elaborado em duas vias sendo uma para o sujeito participante da pesquisa e outro para o arquivo do pesquisador.

Eu, _____ tendo
 sido esclarecido (a) a respeito da pesquisa, aceito participar da mesma.

Sousa-PB _____ de _____ de _____.

 Assinatura da Participante

 Assinatura da Pesquisadora